

**AVALIAÇÃO DE FUNDOS
EUROPEUS:
OPERACIONALIZAÇÃO DO
PROGRAMA REGIONAL
ALGARVE 2030**

**Concurso Público - Nº 02/CCDR
ALGARVE/2024
Relatório Final - Anexos**

28 de maio 2026

Entidade Adjudicante:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, I.P.

Cofinanciado por:



**Cofinanciado pela
União Europeia**

Os Fundos Europeus mais próximos de si.

Autoria

EY-Parthenon

Coordenação

Sandra Primitivo

Especialistas

Ana Caetano

Inês Andrade

Luís Carvalho

Manuel Reis

Pedro Casimiro

Ana Terenas

João Guimarães

Teresa Castel-Branco

Índice

Anexo A1. Enquadramento e objeto de avaliação	1
Anexo A2. Elementos de apoio à resposta às Questões de Avaliação	6
Anexo A3. Inquérito a entidades não empresariais - resultados	11
Anexo A4. Inquérito a entidades empresariais - resultados	35
Anexo A5. Listagem da documentação consultada	46
Anexo A6. Listagem de entidades auscultadas	46
Anexo A7. Sinopse das entrevistas.....	48
Anexo A8. Sinopse dos Focus Group	60
Anexo A9. Estudo de Caso.....	70
Anexo A10. Matriz de Avaliação	76
Anexo A11. Matriz de técnicas de recolha e tratamento da informação	82

Índice de Quadros Anexos

Quadro A1. Caracterização dos Objetivos Estratégicos, Eixos e Objetivos Específicos do ALGARVE 2030	1
Quadro A2. Distribuição dos avisos por intervalos de índice de procura, por Tipologia de Intervenção....	6
Quadro A3. Distribuição dos avisos por intervalos de índice de procura qualificada, por Tipologia de Intervenção	7
Quadro A4. Diferença média e máxima entre a data prevista no Plano de Avisos e a data efetiva de publicação dos Avisos, por Objetivo Específico	9
Quadro A7. Indicadores de Realização e Resultado - Investimento Empresarial Produtivo (SI), Criação, expansão ou modernização de micro e pequenas empresas (SI), Cursos Técnicos Superiores Profissionais, Parcerias para a Inovação Social.....	10
Quadro A6. Avaliação das ações de Comunicação e de Divulgação do ALGARVE 2030 no que respeita aos meios / canais de acesso a informações sobre os concursos	11
Quadro A7. Avaliação das ações de Comunicação e de Divulgação do ALGARVE 2030 no que respeita aos meios / canais de acesso a informações sobre os concursos	35
Quadro A10. Tipologias de operação ou medidas do ALGARVE 2030 em que se enquadram os projetos que os promotores desenvolveriam mesmo sem apoio dos fundos comunitários	41
Quadro A11. Listagem entidades auscultadas em sede de entrevista	46
Quadro A12. Listagem entidades participantes nos FG	46
Quadro A13. Resumo temático dos principais contributos das <i>entrevistas</i> realizadas.....	48
Quadro A14. Resumo temático dos principais contributos dos focus group realizados	60

Índice de Figuras Anexos

Figura A1. Teoria da Ação da Operacionalização do ALGARVE 2030.....	4
Figura A2. Teoria da Programação das Tipologias de Operação Específicas	4
Figura A3. Avaliação da forma como os promotores tomaram conhecimento do Algarve 2030	11
Figura A4. Contributo das ações de comunicação e divulgação do ALGARVE 2030.....	12
Figura A5. Avaliação da adequação das tipologias de intervenção/operação colocadas a concurso para apoio pelo Programa ALGARVE 2030 desde o seu lançamento	12
Figura A6. Avaliação da adequação dos Avisos de Concurso a que os promotores se candidataram, no que respeita a diferentes aspetos.....	13
Figura A7. Avaliação dos critérios e da metodologia de avaliação e seleção dos projetos a apoiar, usados nos Avisos a que os promotores se candidataram, no que respeita a diferentes parâmetros.....	13
Figura A8. Avaliação do website do Balcão 2030 relativamente a diversos aspetos	14
Figura A9. Consulta ou pedido de esclarecimento à Linha dos Fundos por parte dos promotores	14
Figura A10. Avaliação da resposta da Linha dos Fundos aos pedidos de esclarecimento ou apoio durante a fase de candidatura.....	15
Figura A11. Avaliação da adequação dos procedimentos e materiais de suporte ao ALGARVE 2030	15
Figura A12. Grau em que diferentes aspetos condicionaram ou facilitaram a candidatura dos promotores	16
Figura A13. Alterações aos projetos iniciais decorrentes das condições de elegibilidade nas candidaturas ao ALGARVE 2030	16
Figura A14. Principais alterações aos projetos resultantes das condições de elegibilidade, selecionadas pelos promotores como mais relevantes	17
Figura A15. Aplicação de Opções de Custos Simplificados (OCS) nos Avisos de Concurso a que os promotores se candidataram.....	17
Figura A16. Grau de concordância dos promotores com diferentes afirmações sobre o Programa ALGARVE 2030.....	18
Figura A17. Grau em que diferentes aspetos condicionaram ou facilitaram o arranque e desenvolvimento dos projetos aprovados	19
Figura A18. Intenção de desenvolvimento do projeto na ausência de apoio financeiro do ALGARVE 2030	19
Figura A19. Alterações introduzidas nos projetos que os promotores desenvolveriam mesmo sem o apoio do ALGARVE 2030	20
Figura A20. Articulação das operações apoiadas pelo ALGARVE 2030 com outras operações financiadas por instrumentos nacionais e/ou comunitários	20
Figura A21. Projetos elegíveis para apoio no âmbito do ALGARVE 2030 cuja candidatura foi priorizada noutros instrumentos financeiros, como o PRR	20

Figura A22. Avaliação da adequação dos indicadores de realização e de resultado associados ao projeto aprovado, relativamente a diferentes parâmetros	21
Figura A23. Expectativas dos promotores quanto à capacidade de execução dos projetos e à execução dos valores de investimento contratados, por tipologia de operação ou medida	22
Figura A24. Expectativas dos promotores quanto à capacidade de execução dos projetos face ao contratado e ao alcance das metas previstas nos indicadores, por tipologia de operação ou medida	23
Figura A25. Áreas de intervenção/domínios dos projetos aprovados das Entidades	24
Figura A26. Avaliação do contributo dos projetos das entidades com projetos aprovados no domínio ITI CIM	24
Figura A27. Avaliação do contributo dos projetos das entidades com projetos aprovados no domínio Parcerias para a Inovação Social.....	25
Figura A28. Avaliação do contributo dos projetos das entidades com projetos aprovados no domínio CTeSP	26
Figura A29. Avaliação do contributo dos projetos das entidades com projetos aprovados no domínio Apoio à educação de adultos.....	27
Figura A30. Avaliação do contributo dos projetos das entidades com projetos aprovados no domínio Apoio ao ensino primário e secundário	28
Figura A31. Avaliação do contributo dos projetos das entidades com projetos aprovados no domínio Apoio específico ao emprego dos jovens e à sua integração socioeconómica.....	28
Figura A32. Avaliação do contributo dos projetos das entidades com projetos aprovados no domínio Desenvolvimento de competências para a especialização inteligente, a transição industrial, o empreendedorismo e a capacidade de adaptação das empresas à mudança	29
Figura A33. Avaliação do contributo dos projetos das entidades com projetos aprovados no domínio Infraestruturas comerciais para PME (incluindo instalações e parques industriais).....	29
Figura A34. Avaliação do contributo dos projetos das entidades com projetos aprovados no domínio Medidas de promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa na sociedade.....	30
Figura A35. Avaliação do contributo dos projetos das entidades com projetos aprovados no domínio Medidas destinadas a reforçar a igualdade de acesso em tempo útil a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços comportáveis	31
Figura A36. Avaliação do contributo dos projetos das entidades com projetos aprovados no domínio Promoção da integração social das pessoas em risco de pobreza ou de exclusão social, incluindo as mais carenciadas e as crianças	32
Figura A37. Avaliação do contributo dos projetos das entidades com projetos aprovados no domínio Proteção, desenvolvimento e promoção de ativos públicos de turismo e serviços turísticos.....	33
Figura A38. Avaliação do contributo dos projetos das entidades com projetos aprovados no domínio Proteção, desenvolvimento e promoção do património cultural e dos serviços culturais.....	34
Figura A39. Avaliação da forma como os promotores tomaram conhecimento do ALGARVE 2030	35
Figura A40. Contributo das ações de comunicação e divulgação do ALGARVE 2030.....	36
Figura A41. Avaliação da adequação das tipologias de intervenção/operação colocadas a concurso para	

apoio pelo Programa ALGARVE 2030 desde o seu lançamento	36
Figura A42. Avaliação da adequação dos Avisos de Concurso a que os promotores se candidataram, no que respeita a diferentes aspetos.....	37
Figura A43. Avaliação dos critérios e da metodologia de avaliação e seleção dos projetos a apoiar, usados nos Avisos a que os promotores se candidataram, no que respeita a diferentes parâmetros	37
Figura A44. Avaliação do website do Balcão 2030 relativamente a diversos aspetos	37
Figura A45. Consulta ou pedido de esclarecimento à Linha dos Fundos por parte dos promotores	38
Figura A46. Avaliação da resposta da Linha dos Fundos aos pedidos de esclarecimento ou apoio durante a fase de candidatura.....	38
Figura A47. Avaliação da adequação dos procedimentos e materiais de suporte ao ALGARVE 2030	38
Figura A48. Grau em que diferentes aspetos condicionaram ou facilitaram a candidatura dos promotores	39
Figura A49. Alterações aos projetos iniciais decorrentes das condições de elegibilidade nas candidaturas ao ALGARVE 2030	39
Figura A50. Principais alterações aos projetos resultantes das condições de elegibilidade, selecionadas pelos promotores como mais relevantes	39
Figura A51. Aplicação de Opções de Custos Simplificados (OCS) nos Avisos de Concurso a que os promotores se candidataram	40
Figura A52. Grau de concordância dos promotores com diferentes afirmações sobre o Programa ALGARVE 2030.....	40
Figura A53. Grau em que diferentes aspetos condicionaram ou facilitaram o arranque e desenvolvimento dos projetos aprovados	41
Figura A54. Intenção de desenvolvimento do projeto na ausência de apoio financeiro do ALGARVE 2030	41
Figura A55. Alterações introduzidas nos projetos que os promotores desenvolveriam mesmo sem o apoio do ALGARVE 2030	42
Figura A56. Articulação das operações apoiadas pelo ALGARVE 2030 com outras operações financiadas por instrumentos nacionais e/ou comunitários	43
Figura A57. Projetos elegíveis para apoio no âmbito do ALGARVE 2030 cuja candidatura foi priorizada noutros instrumentos financeiros, como o PRR	43
Figura A58. Avaliação da adequação dos indicadores de realização e de resultado associados ao projeto aprovado, relativamente a diferentes parâmetros	43
Figura A59. Expectativas dos promotores quanto à capacidade de execução dos projetos e à execução dos valores de investimento contratados, por tipologia de operação ou medida	44
Figura A60. Expectativas dos promotores quanto à capacidade de execução dos projetos face ao contratado e ao alcance das metas previstas nos indicadores, por tipologia de operação ou medida	44
Figura A61. Contributo do projeto (real ou esperado) para diferentes dimensões de impacto	45
Figura A62. Contributo do projeto (real ou esperado) para diferentes dimensões de impacto	45

Figura A63. Evolução do número absoluto de inscritos 1ºano/1ªvez do CTeSP em Sistemas e Tecnologia de Informação (STI)	70
Figura A64. Taxa de Crescimento do nº de inscritos CTeSP em STI face ao Algarve e ao Ensino Superior	71
Figura A65. Evolução do perfil etário de inscritos 1ºano/1ªvez	71
Figura A66. Evolução da forma de ingresso 2022-2025	72
Figura A67. Distribuição das Habilitações dos Pais (2022-2025).....	72

Anexo A1. Enquadramento e objeto de avaliação

Quadro A1. Caracterização dos Objetivos Estratégicos, Eixos e Objetivos Específicos do ALGARVE 2030

Objetivos Estratégicos (UE)	Eixos	Objetivos específicos	Grupos-alvo	Dotação Programada (€)
OE1 - Uma Europa mais competitiva e inteligente	1A - Inovação e Competitividade	1 - i) Desenvolver e reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas	<ul style="list-style-type: none"> Instituições Produtores de tecnologias Utilizadores avançados dessas tecnologias 	39 000 000
		1 - ii) Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas, os organismos de investigação e as autoridades públicas	<ul style="list-style-type: none"> Cidadãos Empresas e instituições, públicas e privadas que interagem com a Administração Local 	9 900 000
		1 - iii) Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME, bem como a criação de emprego nas PME, inclusive através de investimentos produtivos	<ul style="list-style-type: none"> Empresas PME Instituições que as representam 	155 800 000
		1 - iv) Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo	<ul style="list-style-type: none"> Entidades do Sistema Científico e Tecnológico não empresarias Entidades públicas e associações 	5 000 000
	1B - Conectividade Digital	1 - v) Reforçar a conectividade digital	<ul style="list-style-type: none"> Cidadão cujos locais de trabalho ou residência se encontram em locais de baixa densidade populacional Empresas e outras instituições 	15 000 000
OE2 - Uma Europa mais verde e resiliente	2A - Sustentabilidade e Biodiversidade	2 - i) Promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa	<ul style="list-style-type: none"> Empresas Universidades. Instituições de investigação 	38 800 000
		2 - ii) Promover as energias renováveis, em conformidade com a Diretiva (UE) 2018/2001, incluindo os critérios de sustentabilidade nela estabelecidos	<ul style="list-style-type: none"> Empresas e população 	18 000 000
		2 - iv) Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas em ecossistemas	<ul style="list-style-type: none"> Empresas, instituições e cidadãos 	49 500 000
		2 - v) Promover o acesso à água e a gestão sustentável da água	<ul style="list-style-type: none"> Cidadãos 	66 000 000
		2 - vi) Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos	<ul style="list-style-type: none"> Cidadãos 	52 000 000

Objetivos Estratégicos (UE)	Eixos	Objetivos específicos	Grupos-alvo	Dotação Programada (€)
			<ul style="list-style-type: none"> • Empresas 	
		2 - vii) Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição	<ul style="list-style-type: none"> • Cidadãos 	57 300 000
	2B - Mobilidade e Descarbonização	2 - viii) Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono	<ul style="list-style-type: none"> • Cidadãos • Empresas, operadores e entidades responsáveis da área de transportes de mercadorias ou pessoas 	86 600 000
OE4 - Uma Europa mais social e inclusiva	4A - Qualificações, Emprego e Inclusão	4 - a) Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação para todos os candidatos a emprego, em especial os jovens, sobretudo através da implementação da Garantia para a Juventude, para os desempregados de longa duração e os grupos desfavorecidos no mercado de trabalho, e para as pessoas inativas, bem como promover o emprego por conta própria e a economia social;	<ul style="list-style-type: none"> • Desempregados (jovens 18-29 anos e pessoas com idade superior que se encontrem desempregadas há mais de 12 meses). 	13 800 000
		4 - d) Promover a adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança, o envelhecimento ativo e saudável e um ambiente de trabalho saudável e bem adaptado capaz de prevenir riscos para a saúde;	<ul style="list-style-type: none"> • Empresas • Trabalhadores e dirigentes de entidades públicas • Diplomados com qualificação superior 	12 200 000
		4 - f) Promover a igualdade de acesso e a conclusão, em especial por parte dos grupos desfavorecidos, de um percurso de educação e formação inclusivo e de qualidade, desde a educação e acolhimento na primeira infância até ao ensino superior, passando pelo ensino e formação gerais e vocacionais, bem como a educação e aprendizagem de adultos, facilitando, nomeadamente, a mobilidade para fins de aprendizagem para todos e a acessibilidade para as pessoas com deficiência;	<ul style="list-style-type: none"> • Jovens que pretendem prosseguir o percurso educativo no ensino superior • Adultos que necessitam de qualificação académica e profissional 	17 500 000
		4 - g) Promover a aprendizagem ao longo da vida, em especial através de oportunidades flexíveis de melhoria de competências e de requalificação para todos, tendo em conta as competências nos domínios do empreendedorismo e do digital, antecipar melhor a mudança e as novas exigências em matéria de competências com base nas necessidades do mercado de trabalho, facilitar as transições de carreira e fomentar a mobilidade profissional	<ul style="list-style-type: none"> • Cidadãos adultos empregados ou desempregados • Centros especializados em qualificação de adultos 	15 500 000
		4 - h) Favorecer a inclusão ativa, com vista a promover a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a participação ativa, e melhorar a empregabilidade, em particular dos grupos desfavorecidos;	<ul style="list-style-type: none"> • Desempregados • Cidadão em condição de vulnerabilidade 	14 300 000
		4 - k) Reforçar a igualdade de acesso em tempo útil a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços comportáveis, incluindo serviços que promovam o acesso a habitação e a cuidados centrados na pessoa, incluindo cuidados de saúde; modernizar os sistemas de proteção social, inclusive promovendo o acesso à proteção social, com especial ênfase nas crianças e nos grupos desfavorecidos; melhorar a acessibilidade, inclusive para as pessoas com deficiência, a eficácia e a resiliência dos sistemas de saúde e dos serviços de cuidados continuados;	<ul style="list-style-type: none"> • Estudantes • Idosos • Técnicos • Vítimas de violência doméstica 	18 700 000

Objetivos Estratégicos (UE)	Eixos	Objetivos específicos	Grupos-alvo	Dotação Programada (€)
		4 - ii) Melhorar o acesso equitativo a serviços inclusivos e de qualidade na educação, na formação e na aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento de infraestruturas acessíveis, nomeadamente através da promoção da resiliência no que diz respeito à educação e formação à distância e em linha	<ul style="list-style-type: none"> Jovens que pretendem prosseguir os seus estudos pós-secundários População adulta que pretende completar a sua formação académica 	10 000 000
		4 - v) Garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde, fomentar a resiliência dos sistemas de saúde, inclusive dos cuidados de saúde primários, e promover a transição dos cuidados institucionais para os cuidados centrados na família e de proximidade	<ul style="list-style-type: none"> Cidadãos com necessidade de diagnóstico e tratamento para doenças oncológicas 	8 000 000
		4 - vi) Reforçar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, na inclusão social e na inovação social	<ul style="list-style-type: none"> Cidadãos residentes e turistas Empresas e instituições, públicas e privadas 	4 008 733
OE5 - Uma Europa mais próxima dos cidadãos	5A - Coesão Social e Territorial	5 - i) Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas	<ul style="list-style-type: none"> Cidadãos Empresas e instituições, públicas e privadas 	38 200 000
		5 - ii) Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas não urbanas	<ul style="list-style-type: none"> Cidadãos Empresas e instituições, públicas e privadas 	15 200 000
AT - Assistência Técnica	7A - Assistência Técnica	7 - i) Assistência Técnica	<ul style="list-style-type: none"> Todas as entidades com responsabilidade na gestão e acompanhamento do PO 	20 000 000

Figura A1. Teoria da Ação da Operacionalização do ALGARVE 2030

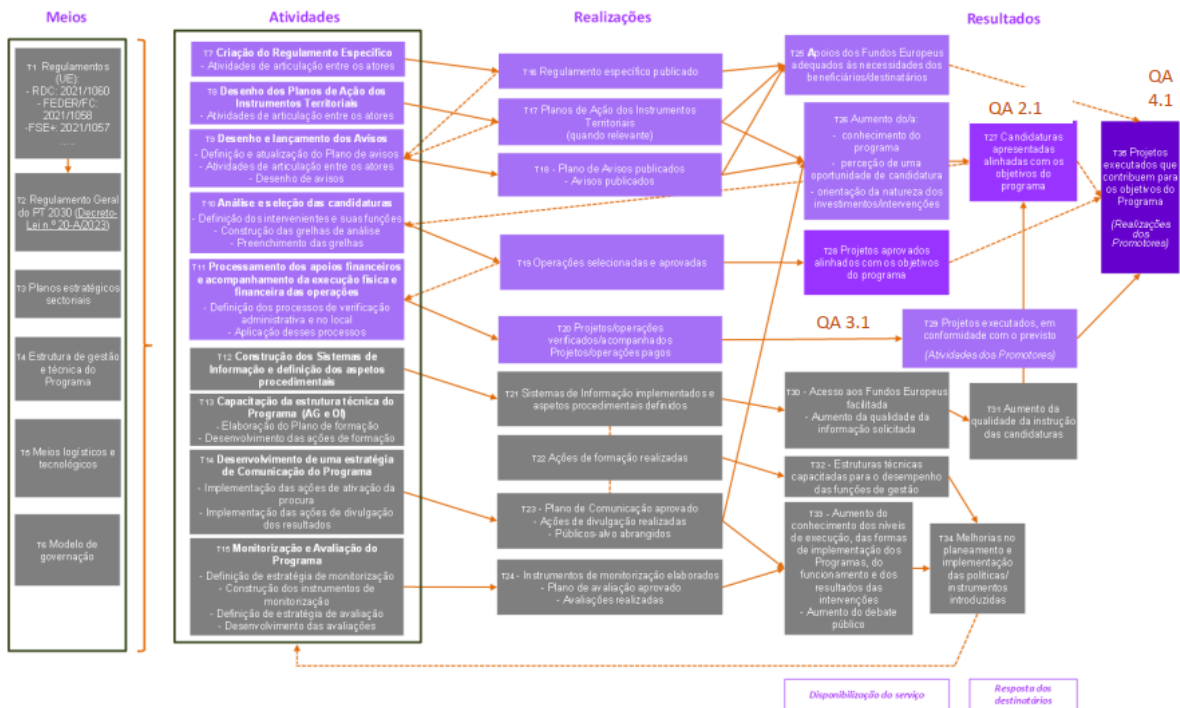
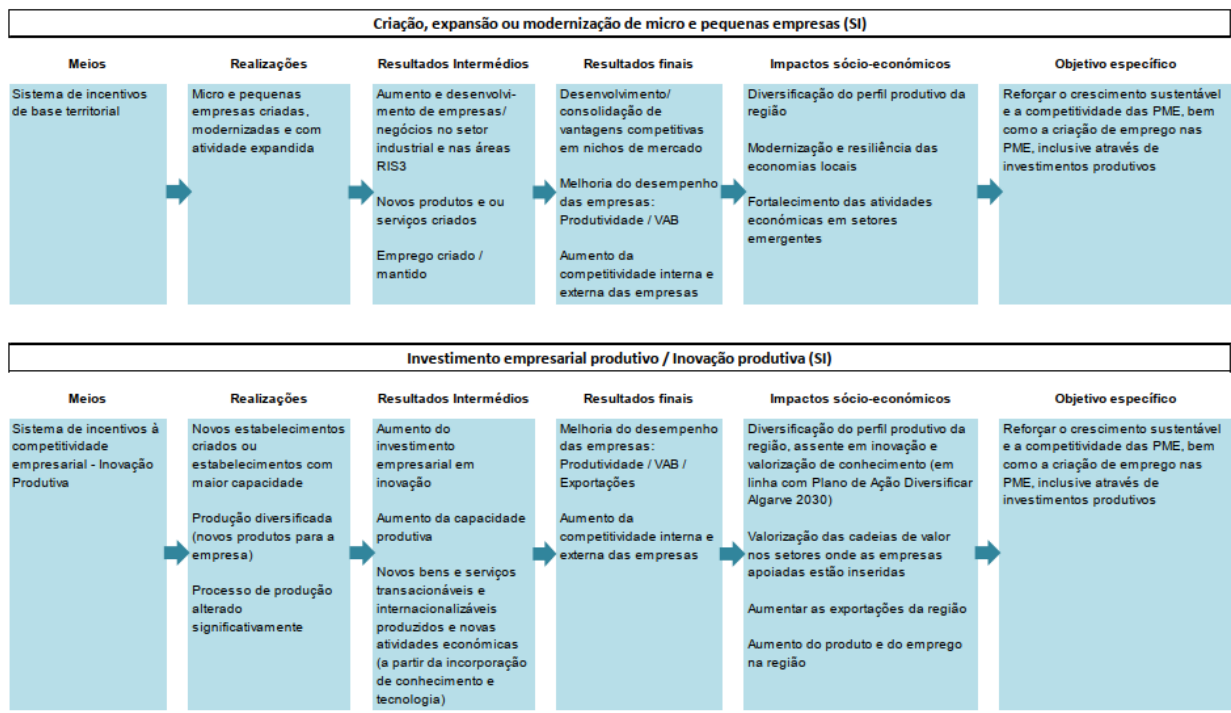
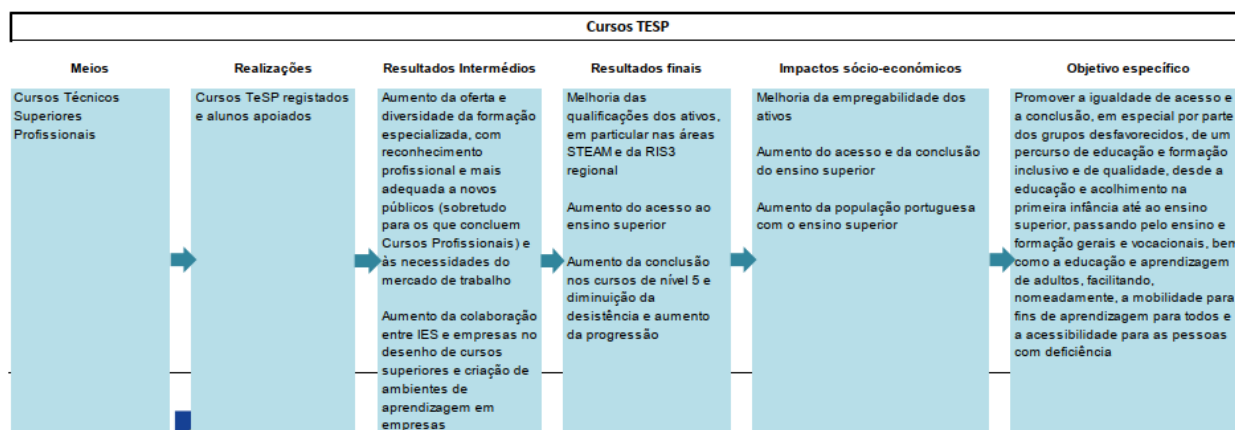


Figura A2. Teoria da Programação das Tipologias de Operação Específicas





Anexo A2. Elementos de apoio à resposta às Questões de Avaliação

Quadro A2. Distribuição dos avisos por intervalos de índice de procura, por Tipologia de Intervenção

Tipologia Intervenção	Índice de Procura (Fundo Candidatado/ Dotação Fundo AAC)					
	Nº Avisos	Abaixo de 10%	De 10% a 50%	De 50% a 75%	De 75% a 100%	Maior ou igual a 100%
Estágios profissionais	1	0%	0%	0%	0%	100%
Apoio ao emprego e empreendedorismo	2	0%	0%	0%	0%	100%
Apoios a estudantes carenciados do ensino superior	1	0%	0%	0%	0%	100%
Promoção do sucesso educativo	4	0%	0%	0%	25%	75%
Acompanhamento e apoio especializado	5	0%	20%	40%	0%	40%
Abordagens territoriais para a inclusão	1	0%	0%	0%	0%	100%
Inserção de recursos humanos altamente qualificados	3	0%	0%	0%	0%	100%
Formação superior	3	0%	0%	33%	33%	33%
Formação de ativos para a empregabilidade	3	0%	0%	0%	33%	67%
Programa de (re)qualificação de adultos	1	0%	0%	0%	0%	100%
Qualidade do sistema de educação e formação	1	0%	0%	0%	0%	100%
Formação de base qualificante	1	0%	0%	0%	0%	100%
Inclusão ativa de grupos vulneráveis	2	0%	0%	0%	0%	100%
Empreendedorismo e inovação social	4	0%	0%	0%	25%	75%
Investigação científica e tecnológica	2	50%	0%	0%	0%	50%
I&D empresarial	3	67%	0%	0%	0%	33%
Empreendedorismo Qualificado associado ao conhecimento	2	0%	0%	0%	50%	50%
Transferência do conhecimento científico e tecnológico	1	0%	0%	100%	0%	0%
Inovação Produtiva	4	0%	0%	0%	0%	100%
Investimentos de base territorial	1	0%	0%	0%	0%	100%
Qualificação e internacionalização das empresas	6	33%	0%	0%	0%	67%

Tipologia Intervenção	Índice de Procura (Fundo Candidatado/ Dotação Fundo AAC)					
	Nº Avisos	Abaixo de 10%	De 10% a 50%	De 50% a 75%	De 75% a 100%	Maior ou igual a 100%
Infraestruturas de acolhimento empresarial de nova geração	1	0%	100%	0%	0%	0%
Descarbonização das empresas	1	0%	0%	0%	0%	100%
Proteção civil e gestão integrada de riscos	1	0%	0%	100%	0%	0%
CUA - Ciclo Urbano da Água em alta	1	0%	0%	0%	0%	100%
CUA - Ciclo Urbano da Água em baixa	1	0%	0%	0%	0%	100%
Melhoria e monitorização da qualidade do ar e do ruído	1	100%	0%	0%	0%	0%
Redes de transporte de passageiros de elevada capacidade	1	0%	0%	0%	100%	0%
Ensino Superior	1	0%	0%	0%	0%	100%
Ensino Pré-escolar, Básico e Secundário (IT)	2	0%	0%	0%	0%	100%
Património cultural e natural (IT)	2	0%	0%	0%	0%	100%
Valorização de recursos endógenos	1	0%	0%	0%	0%	100%
Várias TI	3	100%	0%	0%	0%	0%
Total	67	13%	3%	7%	9%	67%

Fonte: Sistema de Informação ALGARVE 2030

Nota: Apenas são considerados avisos fechados à data de corte (31/12/2024). O valor do fundo candidatado é estimado a partir da multiplicação entre a taxa de cofinanciamento da operação e o custo total declarado pela entidade. Nos casos em que o valor do fundo candidatado é superior ao fundo aprovado, assume-se o montante aprovado. A assistência técnica não é incluída na análise

Quadro A3. Distribuição dos avisos por intervalos de índice de procura qualificada, por Tipologia de Intervenção

Tipologia Intervenção	Índice de Procura Qualificada (Fundo Aprovado/ Dotação Fundo AAC)					
	Nº Avisos	Abaixo de 10%	De 10% a 50%	De 50% a 75%	De 75% a 100%	Maior ou igual a 100%
Estágios profissionais	1	0%	0%	0%	0%	100%
Apoio ao emprego e empreendedorismo	2	50%	0%	0%	0%	50%
Apoios a estudantes carenciados do ensino superior	1	0%	0%	0%	0%	100%
Promoção do sucesso educativo	4	25%	0%	0%	25%	50%
Acompanhamento e apoio especializado	5	0%	20%	40%	0%	40%
Abordagens territoriais para a inclusão	1	0%	0%	0%	0%	100%

Tipologia Intervenção	Índice de Procura Qualificada (Fundo Aprovado/ Dotação Fundo AAC)					
	Nº Avisos	Abaixo de 10%	De 10% a 50%	De 50% a 75%	De 75% a 100%	Maior ou igual a 100%
Inserção de recursos humanos altamente qualificados	3	0%	0%	67%	0%	33%
Formação superior	3	33%	0%	33%	33%	0%
Formação de ativos para a empregabilidade	3	33%	0%	0%	0%	67%
Programa de (re)qualificação de adultos	1	0%	0%	0%	0%	100%
Qualidade do sistema de educação e formação	1	0%	0%	0%	0%	100%
Formação de base qualificante	1	100%	0%	0%	0%	0%
Inclusão ativa de grupos vulneráveis	2	0%	0%	0%	0%	100%
Empreendedorismo e inovação social	4	25%	0%	50%	0%	25%
Investigação científica e tecnológica	2	100%	0%	0%	0%	0%
I&D empresarial	3	67%	0%	0%	0%	33%
Empreendedorismo Qualificado associado ao conhecimento	2	0%	0%	50%	0%	50%
Transferência do conhecimento científico e tecnológico	1	100%	0%	0%	0%	0%
Inovação Produtiva	4	50%	25%	25%	0%	0%
Investimentos de base territorial	1	0%	0%	100%	0%	0%
Qualificação e internacionalização das empresas	6	67%	0%	17%	0%	17%
Infraestruturas de acolhimento empresarial de nova geração	1	0%	100%	0%	0%	0%
Descarbonização das empresas	1	0%	0%	100%	0%	0%
Proteção civil e gestão integrada de riscos	1	0%	0%	100%	0%	0%
CUA - Ciclo Urbano da Água em alta	1	100%	0%	0%	0%	0%
CUA - Ciclo Urbano da Água em baixa	1	100%	0%	0%	0%	0%
Melhoria e monitorização da qualidade do ar e do ruído	1	100%	0%	0%	0%	0%
Redes de transporte de passageiros de elevada capacidade	1	0%	0%	0%	100%	0%
Ensino Superior	1	100%	0%	0%	0%	0%

Tipologia Intervenção	Índice de Procura Qualificada (Fundo Aprovado/ Dotação Fundo AAC)					
	Nº Avisos	Abaixo de 10%	De 10% a 50%	De 50% a 75%	De 75% a 100%	Maior ou igual a 100%
Ensino Pré-escolar, Básico e Secundário (IT)	2	0%	0%	0%	0%	100%
Património cultural e natural (IT)	2	0%	0%	0%	0%	100%
Valorização de recursos endógenos	1	0%	0%	0%	0%	100%
Várias TI	3	100%	0%	0%	0%	0%
Total	67	36%	4%	19%	4%	36%

Fonte: Sistema de Informação ALGARVE 2030

Nota: Apenas são considerados avisos fechados à data de corte (31/12/2024). A assistência técnica não é incluída na análise

Quadro A4. Diferença média e máxima entre a data prevista no Plano de Avisos e a data efetiva de publicação dos Avisos, por Objetivo Específico

	Plano de Avisos 22/09/2023		Plano de Avisos 05/01/2024		Plano de Avisos 28/03/2024		Plano de Avisos 24/07/2024	
	Média dias	Máx. dias	Média dias	Máx. dias	Média dias	Máx. dias	Média dias	Máx. dias
ESO4.1 - Acesso ao emprego			0	0			-1	-1
ESO4.1.1 - Acesso a serviços de qualidade	1	1			-60	-60	3	0
ESO4.4 - Adaptação dos trabalhadores e das empresas à mudança			0	0	-98	-196	-83	-91
ESO4.6 - Acesso à educação e formação	0	0					11	11
ESO4.7 - Aprendizagem ao longo da vida e transições profissionais	11	11	-20	-62			0	0
ESO4.8 - Inclusão ativa e empregabilidade	0	0	-18	-30			0	0
RSO1.1 - Promover a investigação e a inovação	-5	-7	2	0	-6	-12	1	-16
RSO1.2 - Colher os benefícios da digitalização					-31	-31		
RSO1.3 - Crescimento e competitividade das PMEs	0	-2	0	0	-3	-7		
RSO2.1 - Eficiência energética			0	0			16	3
RSO2.4 - Adaptação às alterações climáticas					0	0	10	9
RSO2.5 - Gestão sustentável da água					-78	-114	9	8
RSO2.6 - Economia circular					-117	-117	2	-7
RSO2.7 - Proteção da natureza e biodiversidade			-141	-141	-31	-61	12	12
RSO2.8 - Mobilidade urbana sustentável			-92	-92	-28	-56		
RSO4.2 - Infraestruturas de educação e formação					1	1	5	5
RSO4.5 - Acesso aos cuidados de saúde							5	5
RSO4.6 - Cultura e turismo sustentáveis							0	0
RSO5.1 - Desenvolvimento integrado nas zonas urbanas			-113	-122	-2	-31	19	19

	Plano de Avisos 22/09/2023		Plano de Avisos 05/01/2024		Plano de Avisos 28/03/2024		Plano de Avisos 24/07/2024	
	Média dias	Máx. dias	Média dias	Máx. dias	Média dias	Máx. dias	Média dias	Máx. dias
RS05.2 - Desenvolvimento integrado nas zonas rurais e costeiras					2	2		
Grand Total	-1	-7	-30	-141	-25	-196	1	-91

Fonte: Plano de Avisos (CIC PT2030)

Notas: Apenas são considerados os Planos de Avisos com datas previstas de lançamento até 31/12/2024 (p.e. a 17/12/2024 foi publicado um Plano que apenas mencionava avisos que seriam lançados em 2025, não sendo incluído nesta análise) e não são analisados os avisos cuja publicação esteja prevista para um trimestre ao invés de um mês específico. Adicionalmente, tendo em conta que os Planos de Avisos apenas referem o mês de publicação e não um dia em específico, para efeitos analíticos, é utilizado o último dia do respetivo mês como referência.

Quadro A5. Indicadores de Realização e Resultado - Investimento Empresarial Produtivo (SI), Criação, expansão ou modernização de micro e pequenas empresas (SI), Cursos Técnicos Superiores Profissionais, Parcerias para a Inovação Social

TO	ID do Indicador	Tipo Indicador	Natureza do Indicador	Nome do Indicador
1038	RPO008	Realização	Projeto/Operação	Inovações introduzidas na empresa
1038	RCR01	Resultado	Comum	Postos de trabalho criados
1038	RPR003	Resultado	Projeto/Operação	Postos de trabalho criados - Ano Cruzeiro
1038	RSR23	Resultado	Específico	Empregos qualificados criados nas entidades apoiadas
1038	RPR001	Resultado	Projeto/Operação	Volume de negócios
1038	RPR031	Resultado	n.a.	Volume de negócios
1038	RPR002	Resultado	Projeto/Operação	Valor Acrescentado por trabalhador
1038	RPR080	Resultado	n.a.	Valor Acrescentado por trabalhador
1038	RPA001	Resultado	Acompanhamento	Intensidade Exportadora
1038	RPA002	Resultado	Acompanhamento	Emissões de GEE
1038	RPA003	Resultado	Acompanhamento	Consumo energético
1038	RPA004	Resultado	Acompanhamento	Consumo de recursos
1042	RPO067	Realização	Projeto/Operação	Postos trabalho a manter
1042	RPO068	Realização	Projeto/Operação	Novos Produtos, serviços ou processos inovadores (ou diferenciados) introduzidos na empresa
1042	EEPR024	Resultado	Projeto/Operação	Manutenção do número de postos de trabalho 6 meses após conclusão do projeto.
1042	RPR001	Resultado	Projeto/Operação	Volume de negócios
4026	EECO10	Realização	Comum	Pessoas que completaram o ensino secundário ou estudos pós-secundários.
4026	EECR03	Resultado	Comum	Participantes que obtêm uma qualificação uma vez terminada a participação.
4069	EEPO005	Realização	Projeto/Operação	Pessoas abrangidas diretamente pela operação
4069	EEPR008	Resultado	Projeto/Operação	Compromisso assumido no Plano de Desenvolvimento
4069	EESR14	Resultado	Específico	Instituições envolvidas em projetos de inovação e experimentação social

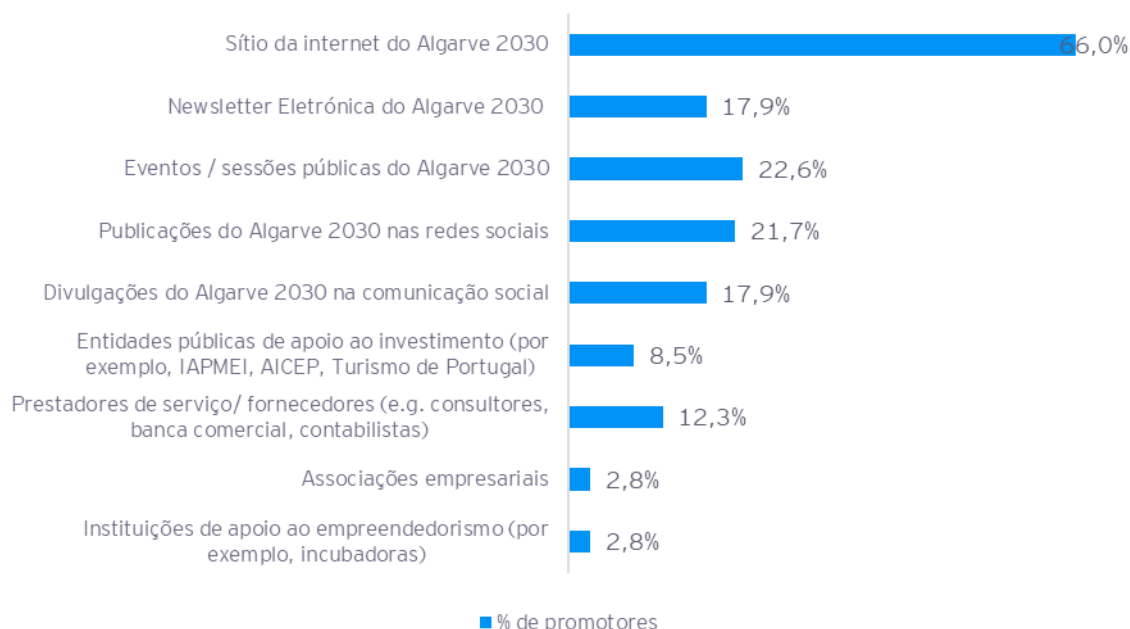
Fonte: Sistema de Informação ALGARVE 2030.

Notas: 1038 - Investimento Empresarial Produtivo (SI); 1042 - Criação, expansão ou modernização de micro e pequenas empresas (SI); 4026 - Cursos Técnicos Superiores Profissionais; 4069 - Parcerias para a Inovação Social.

Anexo A3. Inquérito a entidades não empresariais - resultados

Bloco 1 - Estratégia de comunicação

Figura A3. Avaliação da forma como os promotores tomaram conhecimento do Algarve 2030



Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários

Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=106)

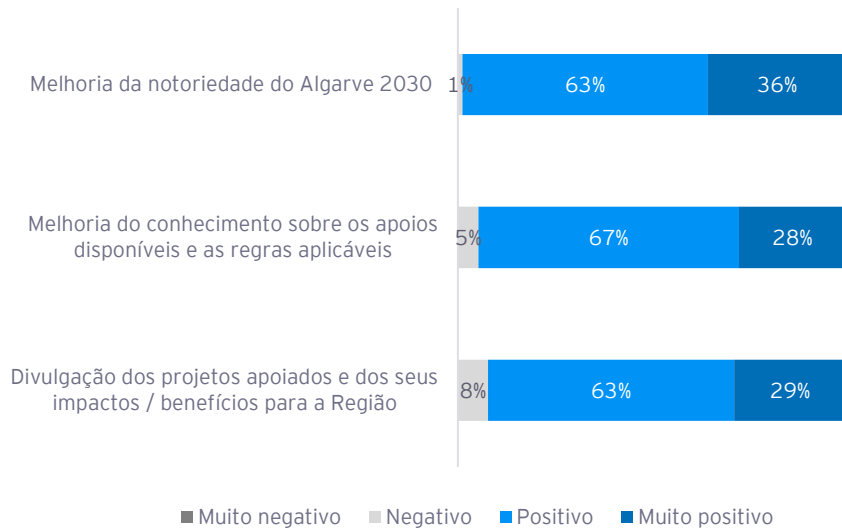
Quadro A6. Avaliação das ações de Comunicação e de Divulgação do ALGARVE 2030 no que respeita aos meios / canais de acesso a informações sobre os concursos

Meios/ Canais Divulgação	Oportunas (timing de lançamento)		Pertinentes (conteúdo)		Claras		Simples (fácil acesso e interpretação)	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Sítio online do ALGARVE 2030	96%	4%	100%	0%	98%	2%	89%	11%
Newsletter Eletrónica do ALGARVE 2030	100%	0%	98%	2%	93%	7%	95%	5%
Eventos / sessões públicas do ALGARVE 2030	88%	12%	97%	3%	98%	2%	97%	3%
Publicações do ALGARVE 2030 nas redes sociais	98%	2%	100%	0%	94%	6%	96%	4%
Divulgações do ALGARVE 2030 na comunicação social	92%	8%	94%	6%	96%	4%	98%	2%

Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários

Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=106)

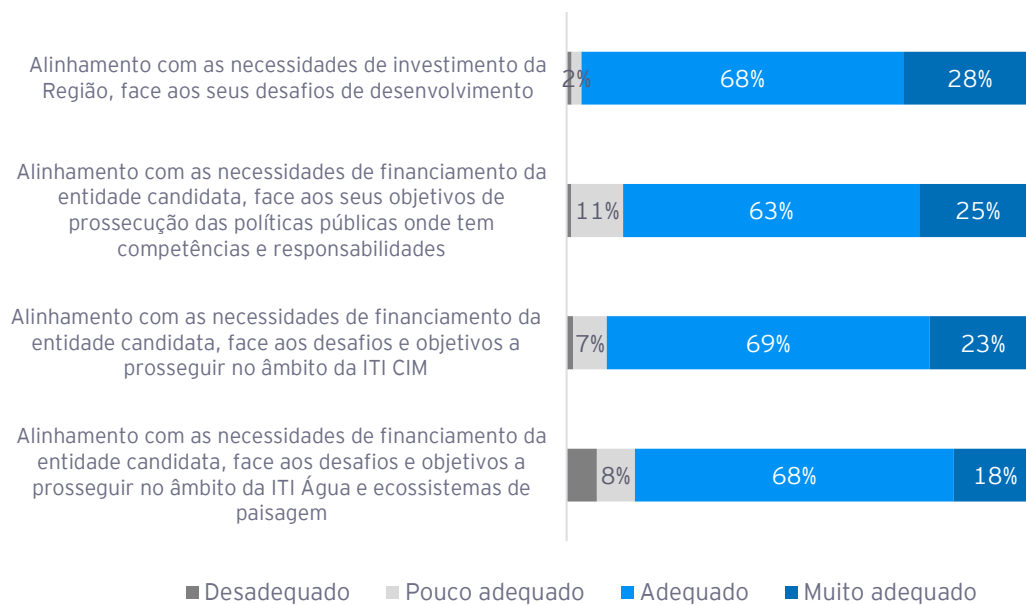
Figura A4. Contributo das ações de comunicação e divulgação do ALGARVE 2030



Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários
 Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=106)

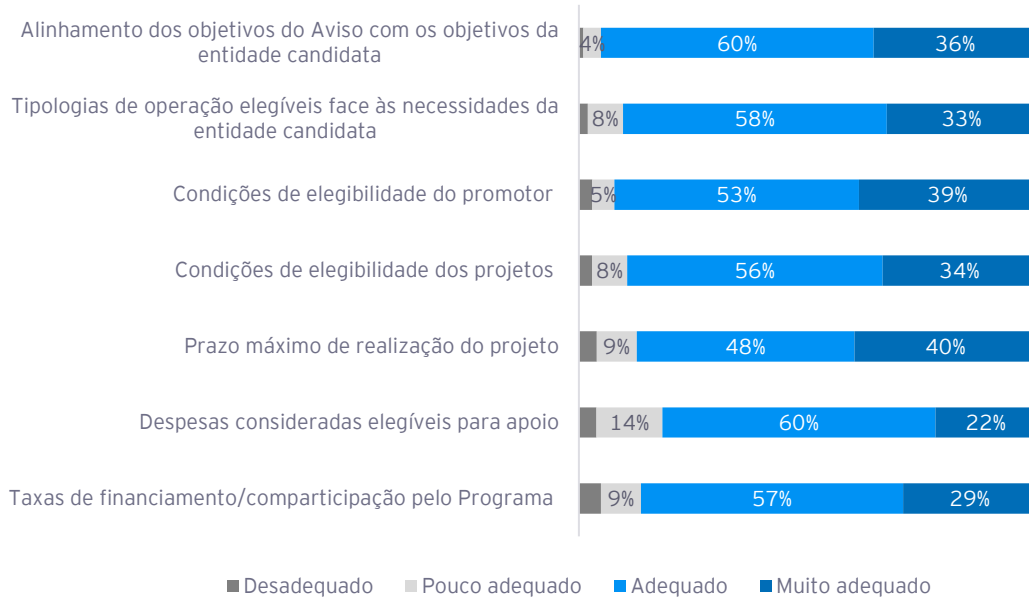
Bloco 2 - Processo de candidatura

Figura A5. Avaliação da adequação das tipologias de intervenção/operação colocadas a concurso para apoio pelo Programa ALGARVE 2030 desde o seu lançamento



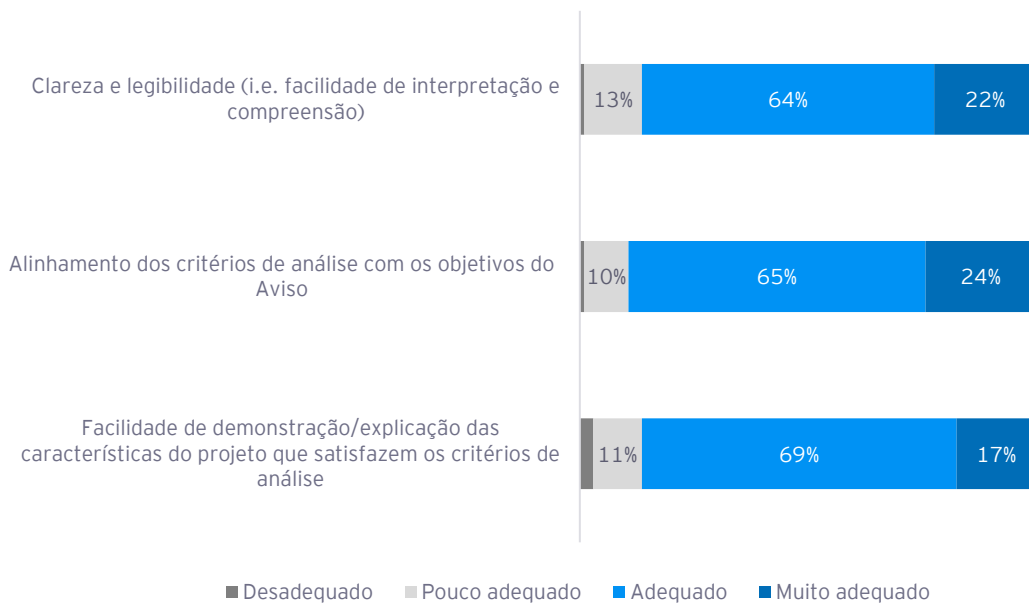
Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários
 Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=106)

Figura A6. Avaliação da adequação dos Avisos de Concurso a que os promotores se candidataram, no que respeita a diferentes aspetos



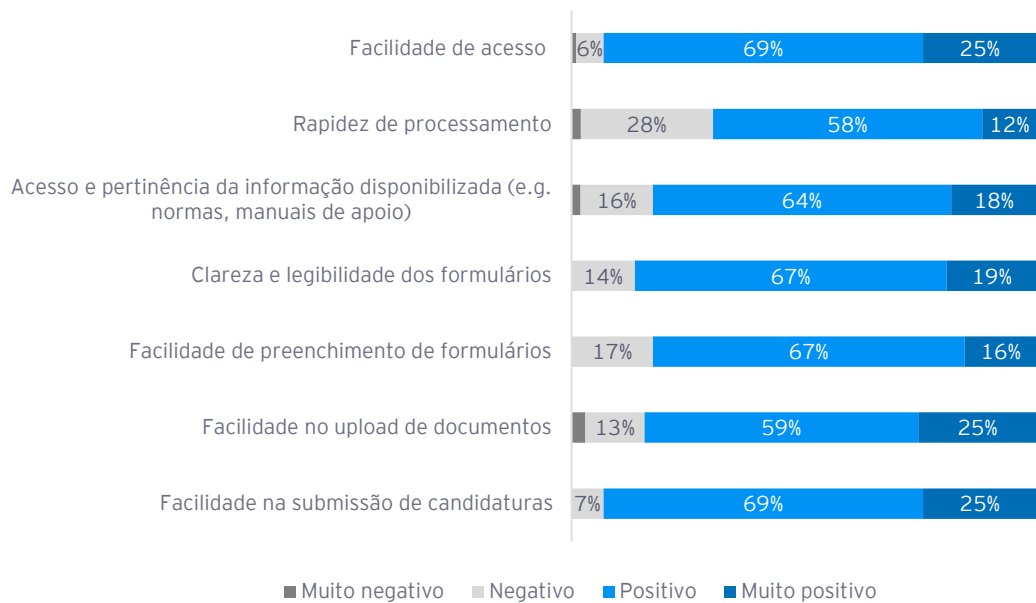
Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários
 Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=106)

Figura A7. Avaliação dos critérios e da metodologia de avaliação e seleção dos projetos a apoiar, usados nos Avisos a que os promotores se candidataram, no que respeita a diferentes parâmetros



Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários
 Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=106)

Figura A8. Avaliação do website do Balcão 2030 relativamente a diversos aspetos



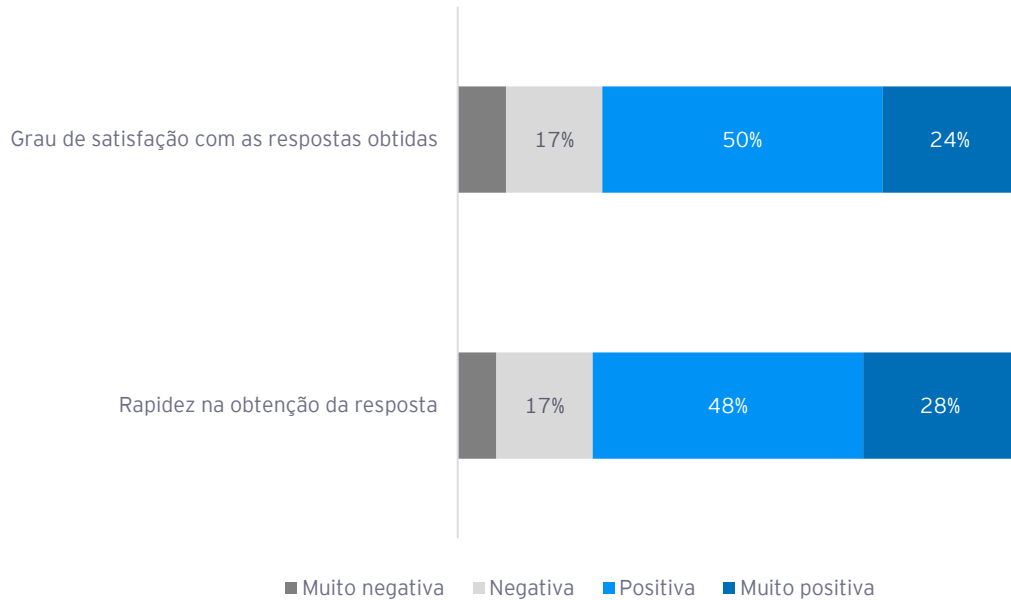
Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários
 Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=106)

Figura A9. Consulta ou pedido de esclarecimento à Linha dos Fundos por parte dos promotores



Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários
 Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=106)

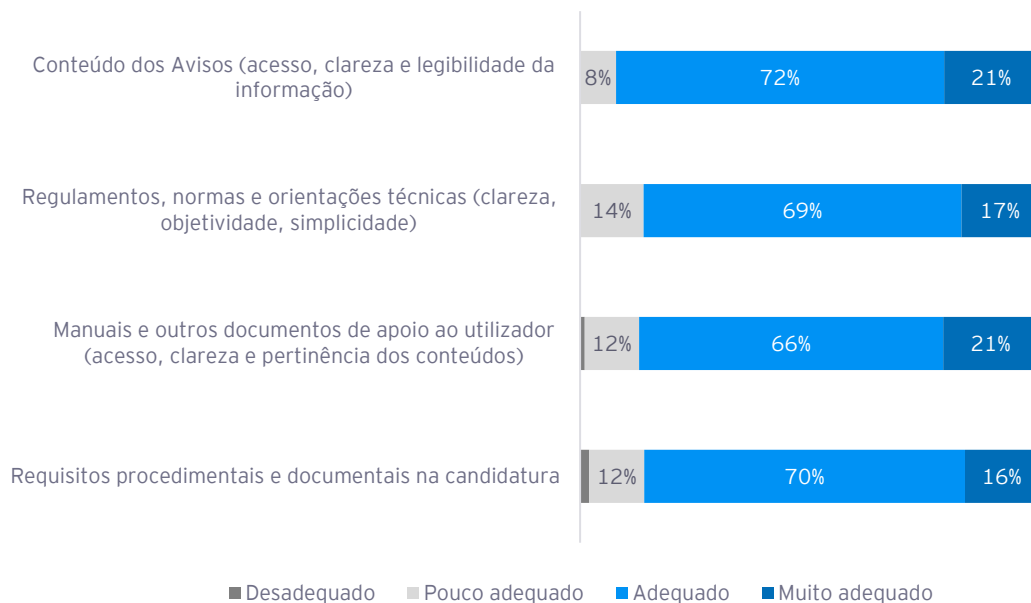
Figura A10. Avaliação da resposta da Linha dos Fundos aos pedidos de esclarecimento ou apoio durante a fase de candidatura



Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários

Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=106)

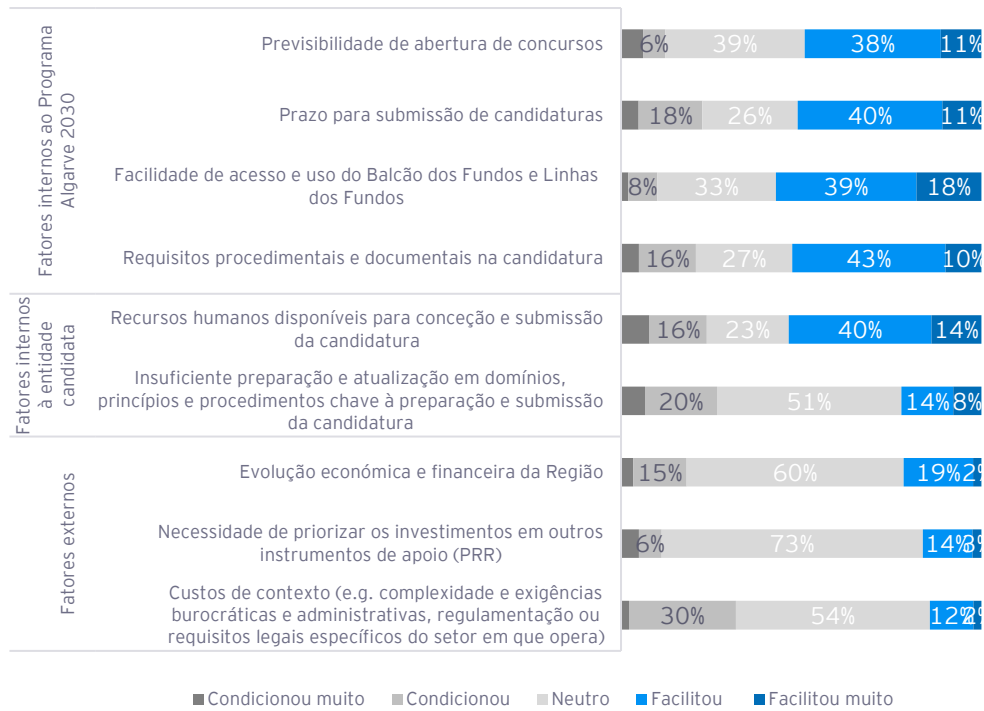
Figura A11. Avaliação da adequação dos procedimentos e materiais de suporte ao ALGARVE 2030



Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários

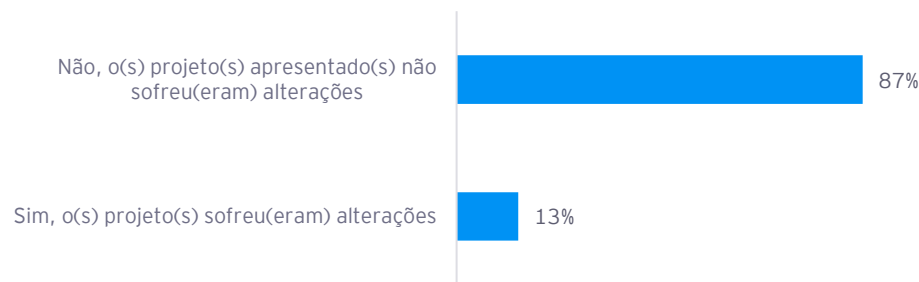
Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=106)

Figura A12. Grau em que diferentes aspetos condicionaram ou facilitaram a candidatura dos promotores



Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários
 Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=106)

Figura A13. Alterações aos projetos iniciais decorrentes das condições de elegibilidade nas candidaturas ao ALGARVE 2030



Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários
 Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=106)

Figura A14. Principais alterações aos projetos resultantes das condições de elegibilidade, selecionadas pelos promotores como mais relevantes



Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários

Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=106)

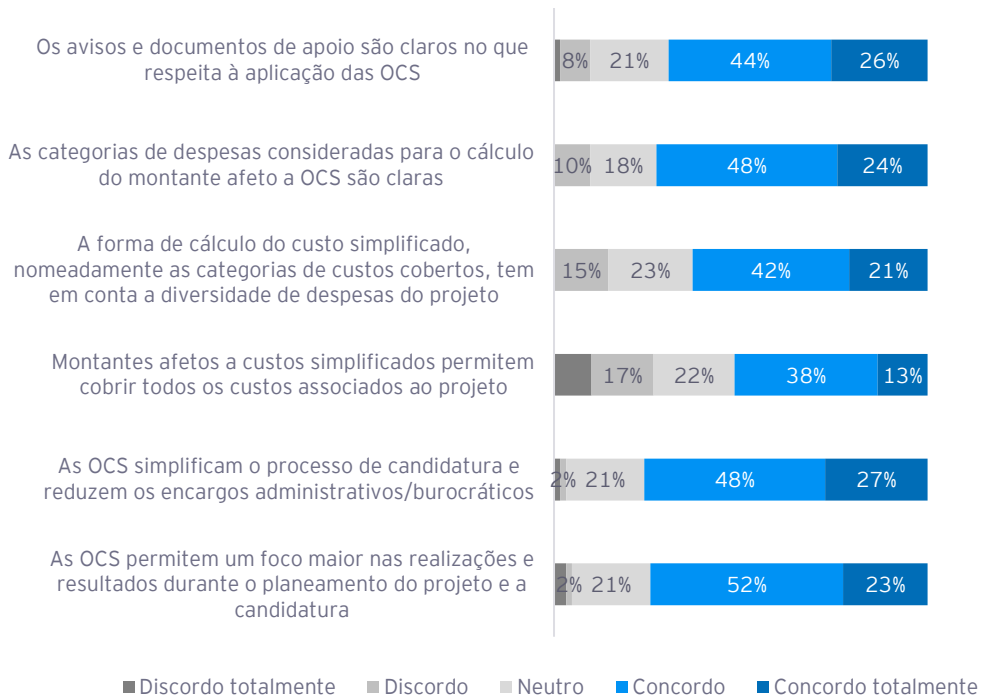
Figura A15. Aplicação de Opções de Custos Simplificados (OCS) nos Avisos de Concurso a que os promotores se candidataram



Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários

Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=106)

Figura A16. Grau de concordância dos promotores com diferentes afirmações sobre o Programa ALGARVE 2030

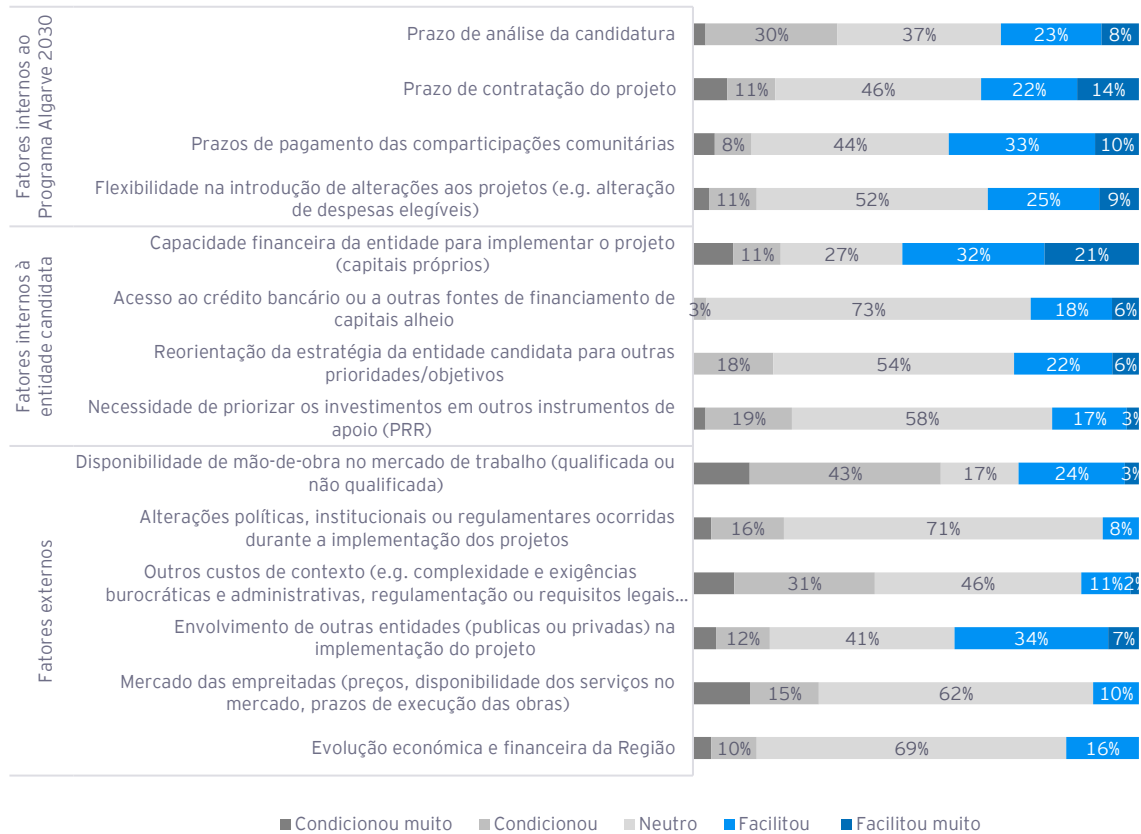


Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários

Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=106)

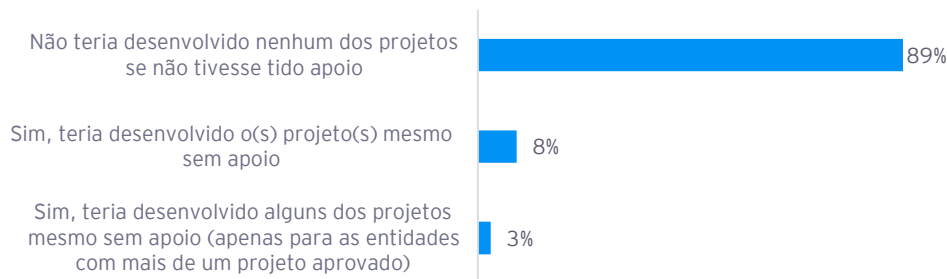
Bloco 3 - Dinâmicas de realização e fatores críticos

Figura A17. Grau em que diferentes aspetos condicionaram ou facilitaram o arranque e desenvolvimento dos projetos aprovados



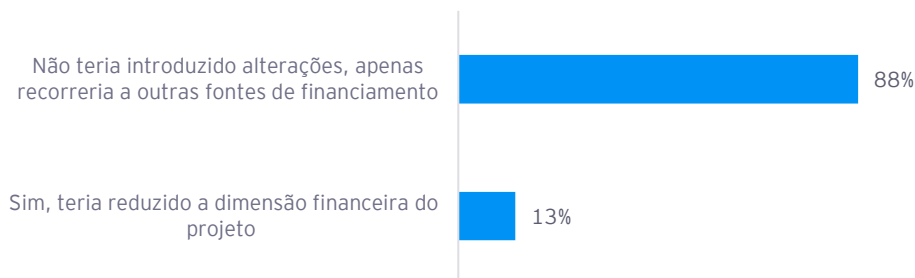
Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários
 Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=74)

Figura A18. Intenção de desenvolvimento do projeto na ausência de apoio financeiro do ALGARVE 2030



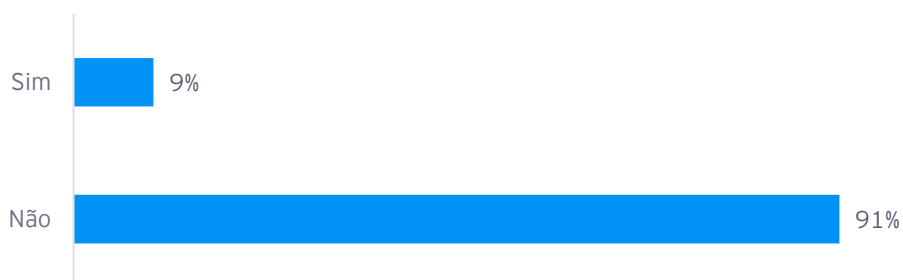
Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários
 Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=74)

Figura A19. Alterações introduzidas nos projetos que os promotores desenvolveriam mesmo sem o apoio do ALGARVE 2030



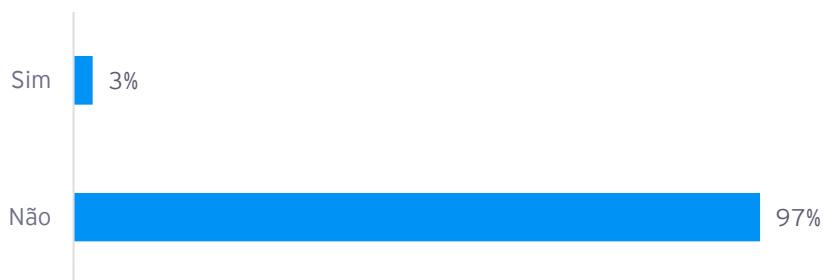
Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários
 Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=74)

Figura A20. Articulação das operações apoiadas pelo ALGARVE 2030 com outras operações financiadas por instrumentos nacionais e/ou comunitários



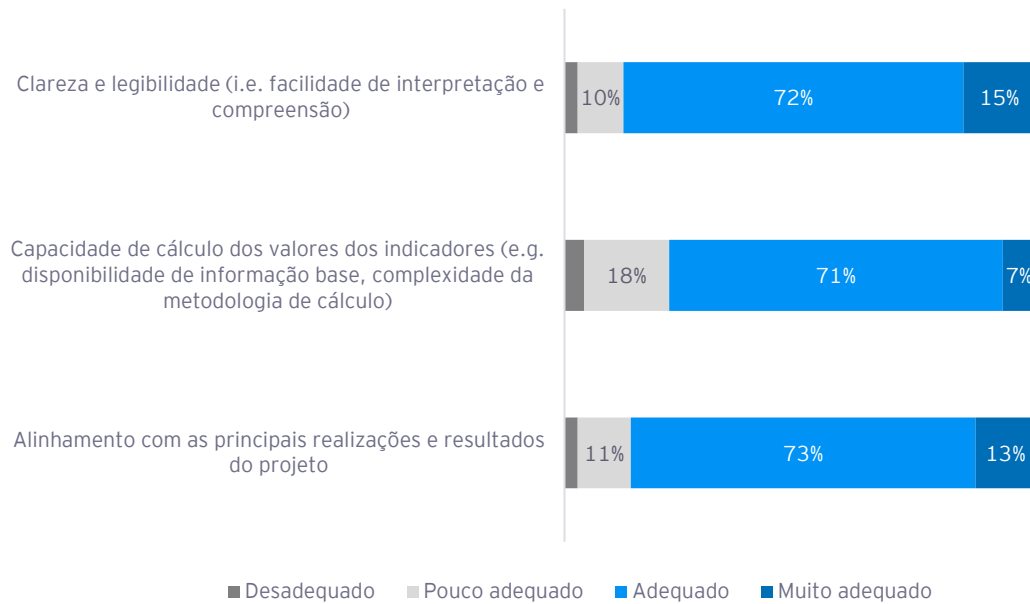
Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários
 Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=74)

Figura A21. Projetos elegíveis para apoio no âmbito do ALGARVE 2030 cuja candidatura foi priorizada noutros instrumentos financeiros, como o PRR



Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários
 Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=74)

Figura A22. Avaliação da adequação dos indicadores de realização e de resultado associados ao projeto aprovado, relativamente a diferentes parâmetros

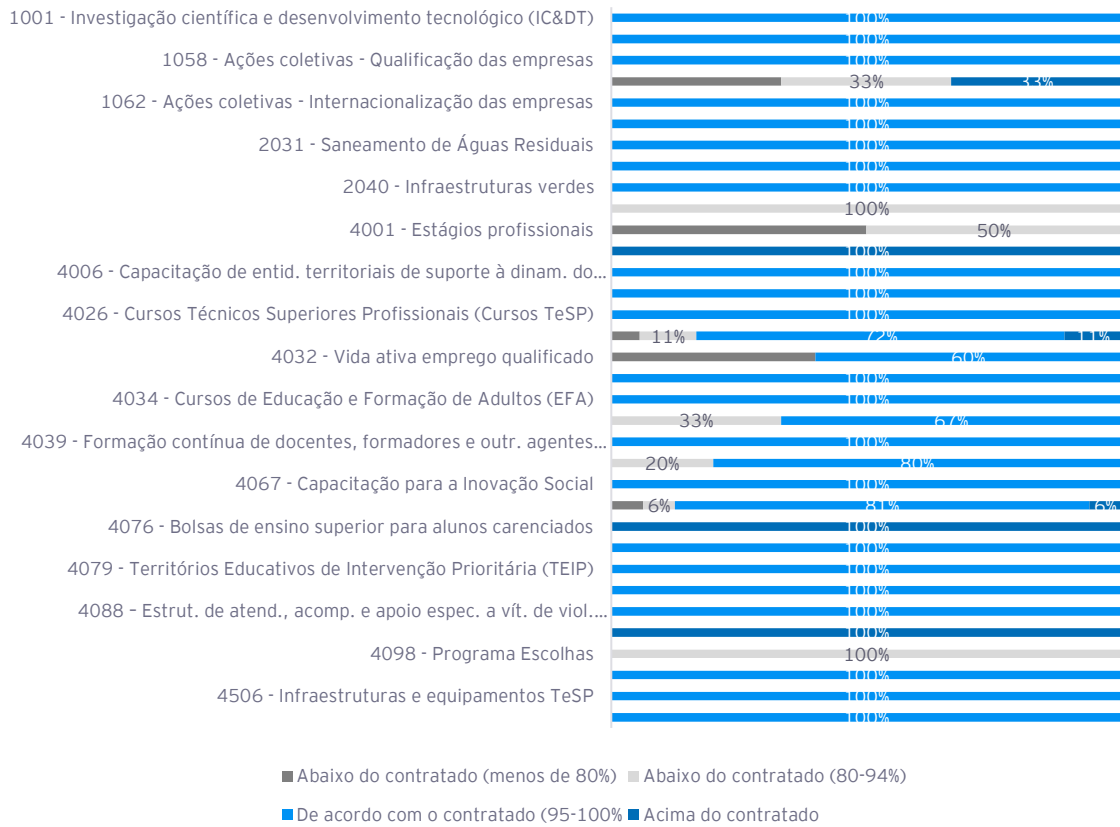


Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários

Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=74)

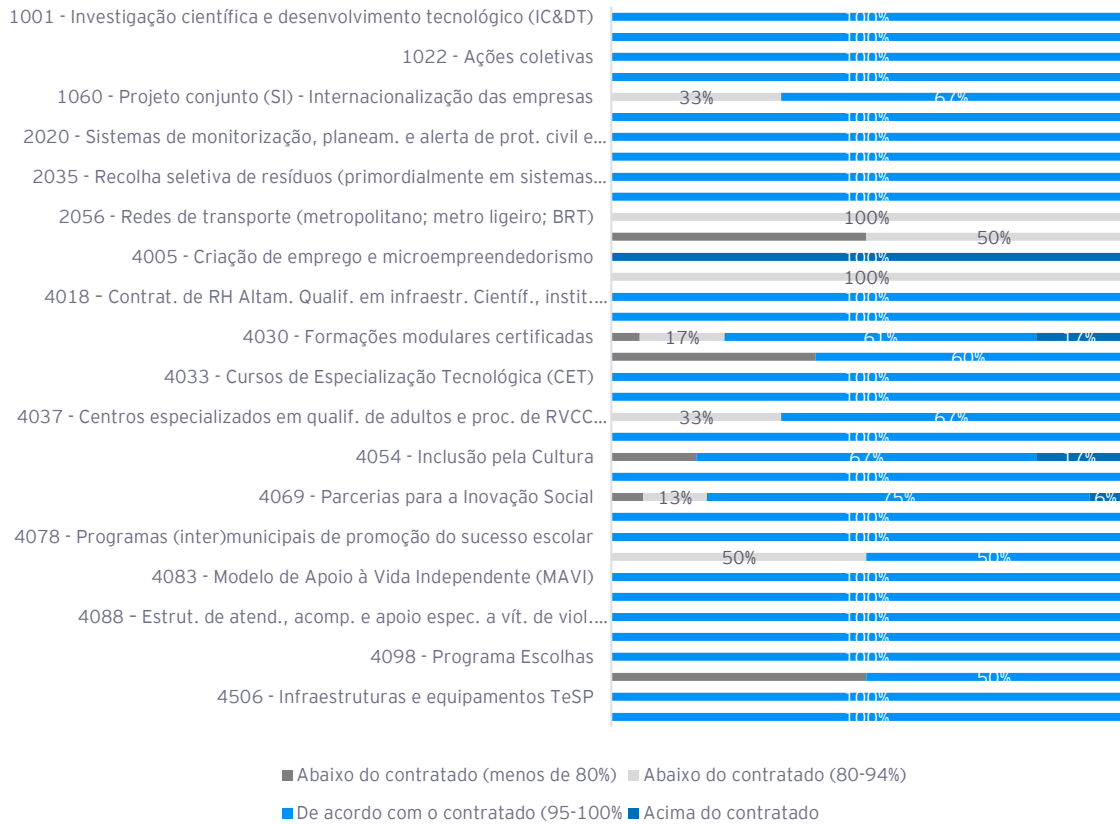
Bloco 4 - Resultados

Figura A23. Expectativas dos promotores quanto à capacidade de execução dos projetos e à execução dos valores de investimento contratados, por tipologia de operação ou medida



Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários
 Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=74)

Figura A24. Expectativas dos promotores quanto à capacidade de execução dos projetos face ao contratado e ao alcance das metas previstas nos indicadores, por tipologia de operação ou medida



Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários
 Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=74)

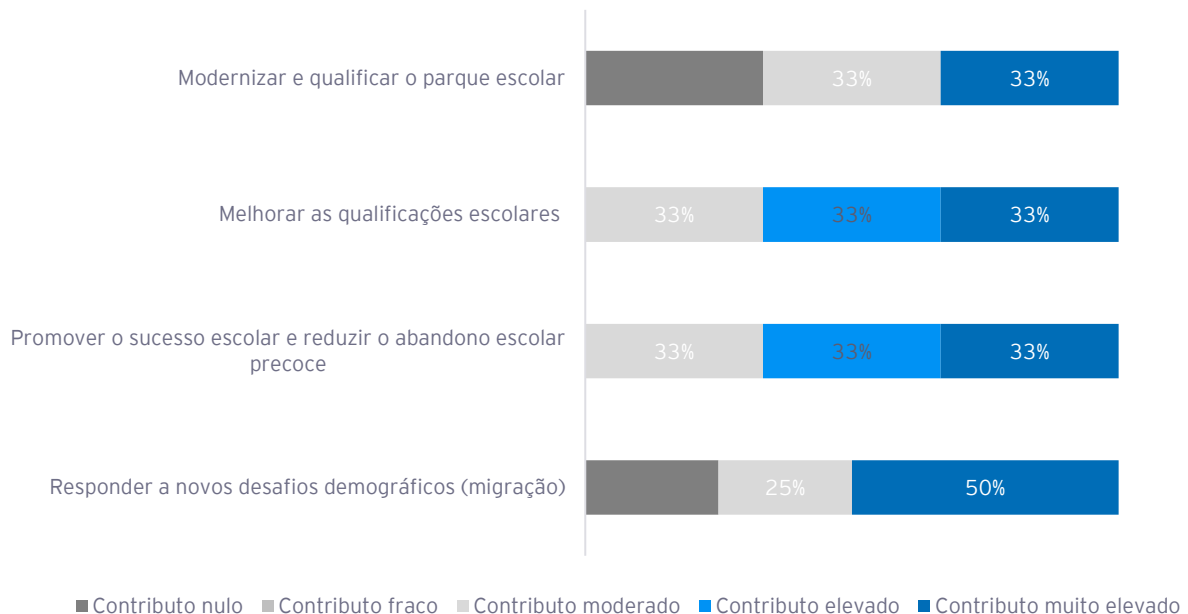
Figura A25. Áreas de intervenção/domínios dos projetos aprovados das Entidades



Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários

Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=74)

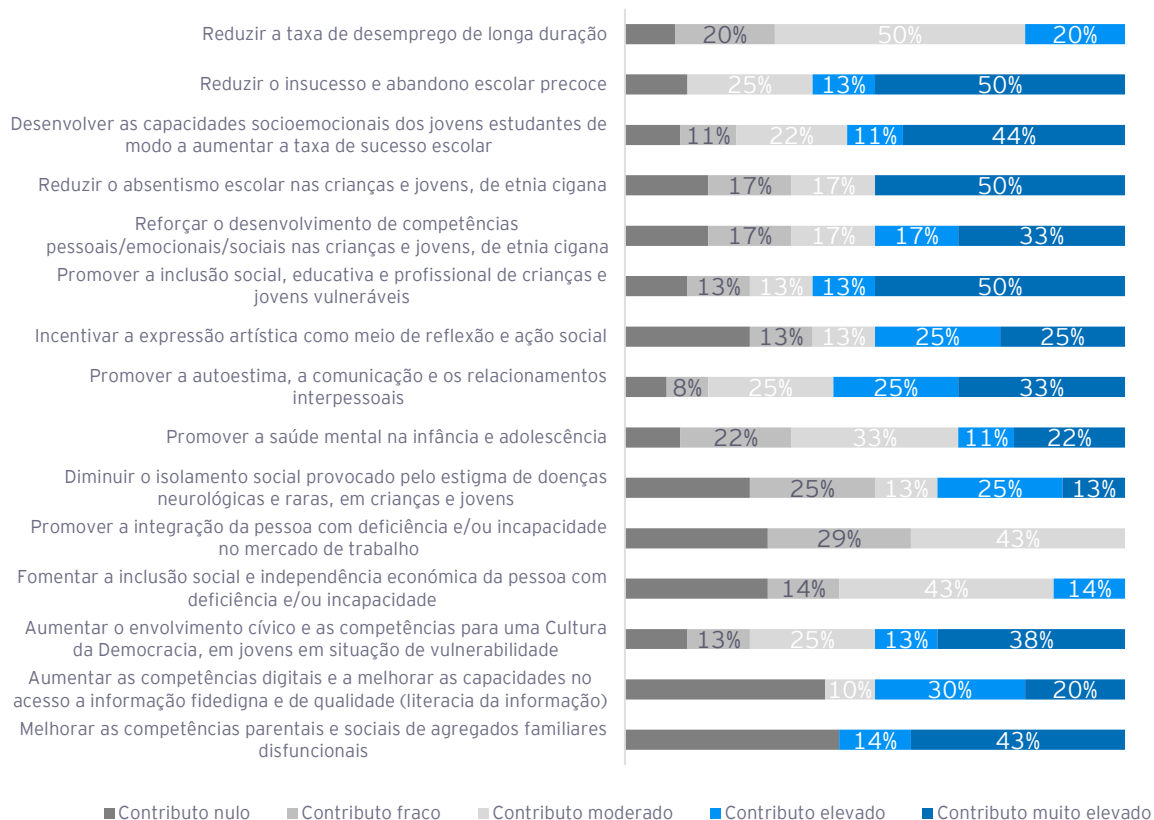
Figura A26. Avaliação do contributo dos projetos das entidades com projetos aprovados no domínio ITI CIM



Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários

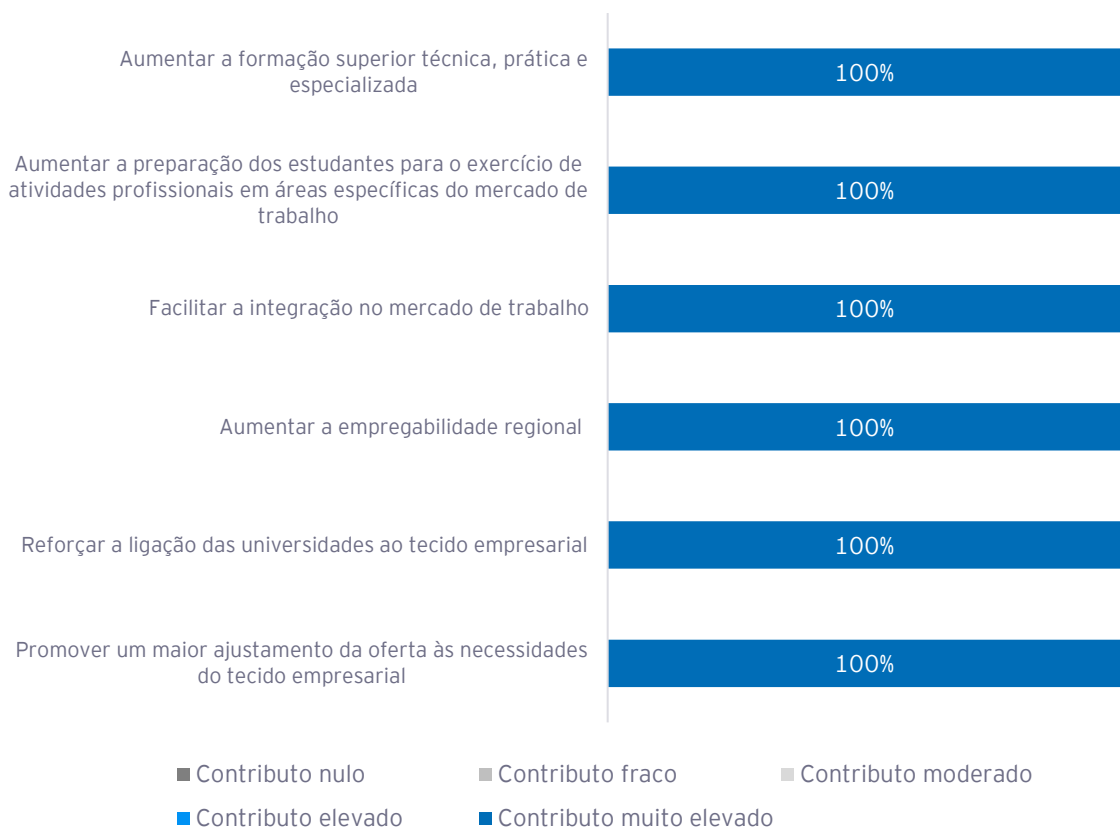
Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=74)

Figura A27. Avaliação do contributo dos projetos das entidades com projetos aprovados no domínio Parcerias para a Inovação Social



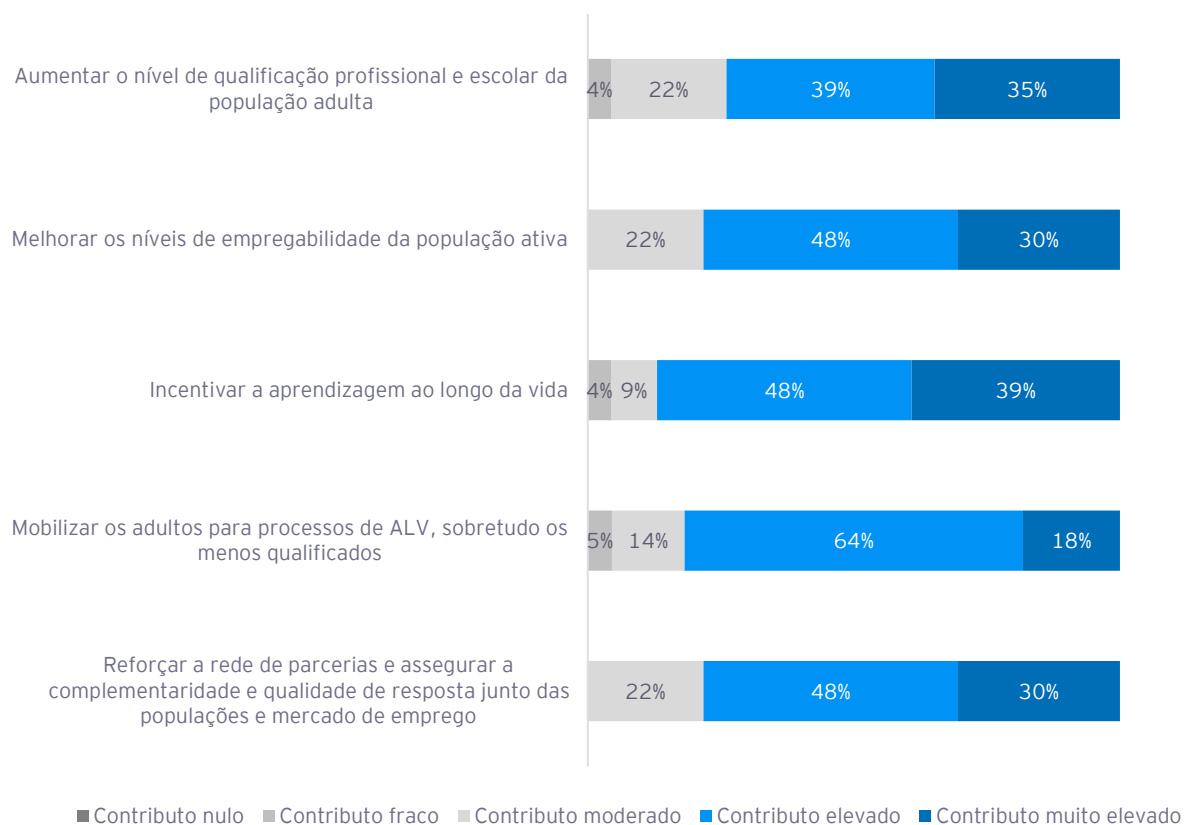
Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários
 Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=74)

Figura A28. Avaliação do contributo dos projetos das entidades com projetos aprovados no domínio CTeSP



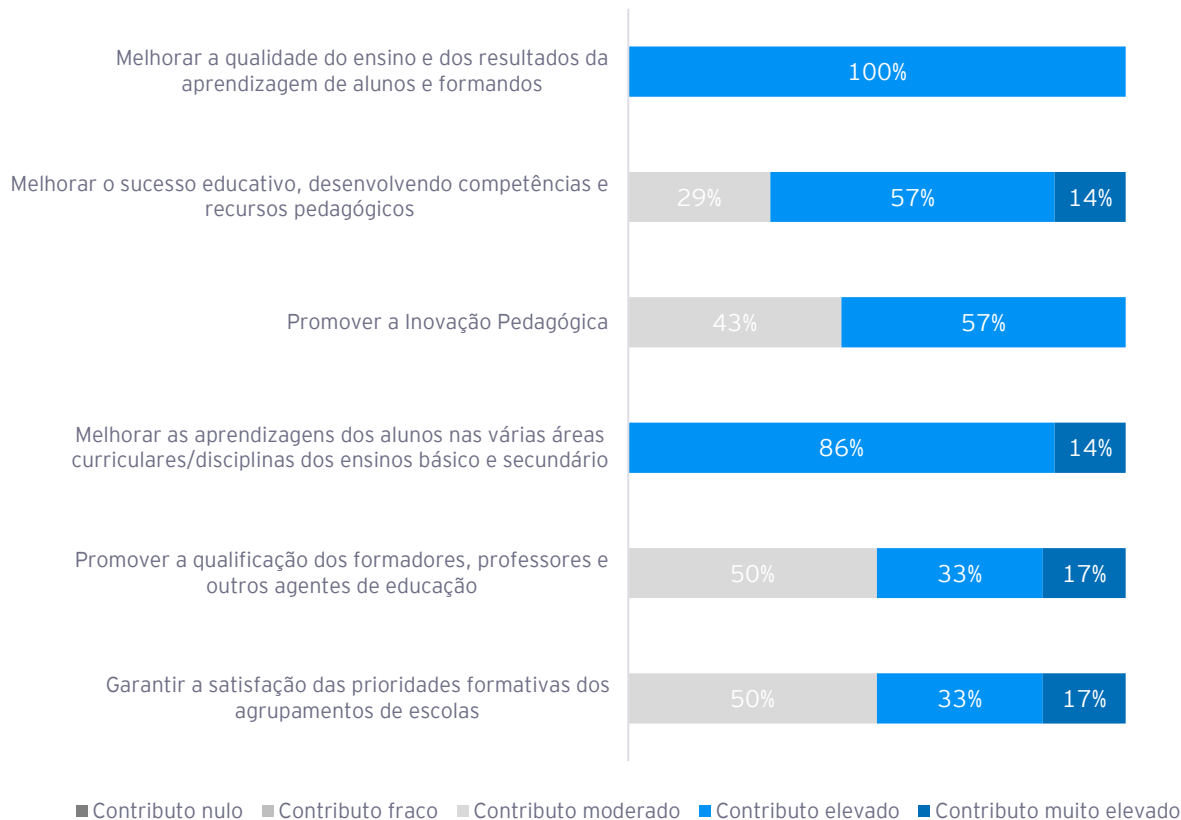
Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários
 Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=74)

Figura A29. Avaliação do contributo dos projetos das entidades com projetos aprovados no domínio Apoio à educação de adultos



Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários
 Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=74)

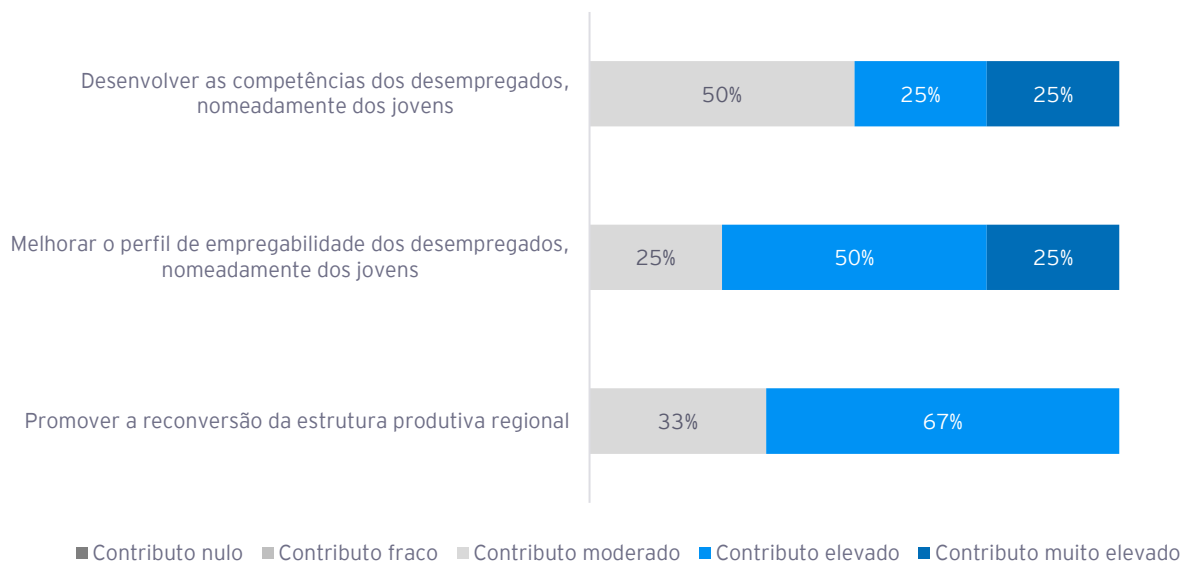
Figura A30. Avaliação do contributo dos projetos das entidades com projetos aprovados no domínio Apoio ao ensino primário e secundário



Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários

Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=74)

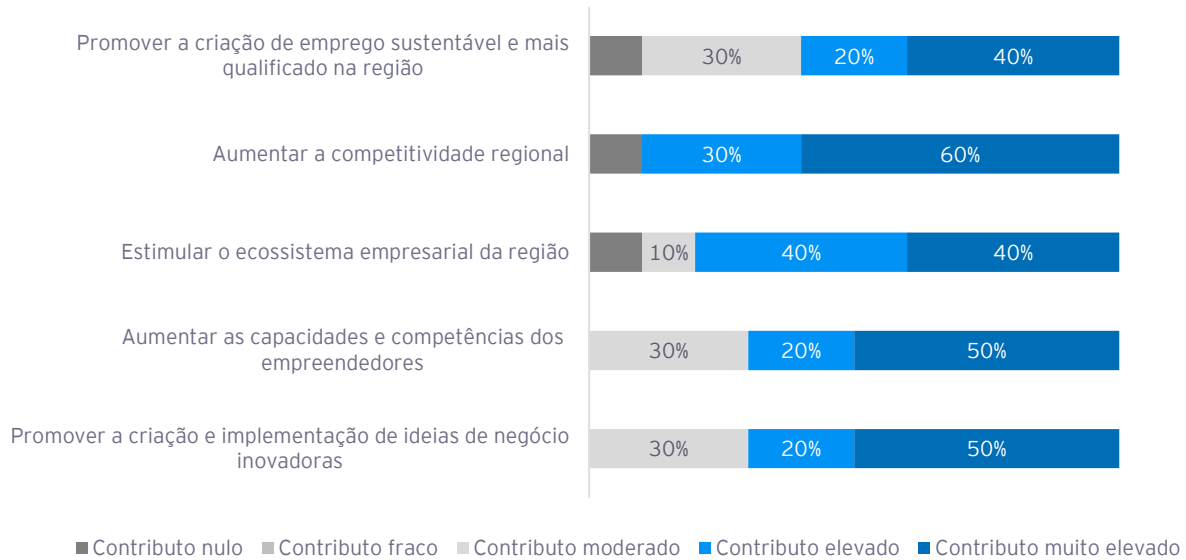
Figura A31. Avaliação do contributo dos projetos das entidades com projetos aprovados no domínio Apoio específico ao emprego dos jovens e à sua integração socioeconómica



Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários

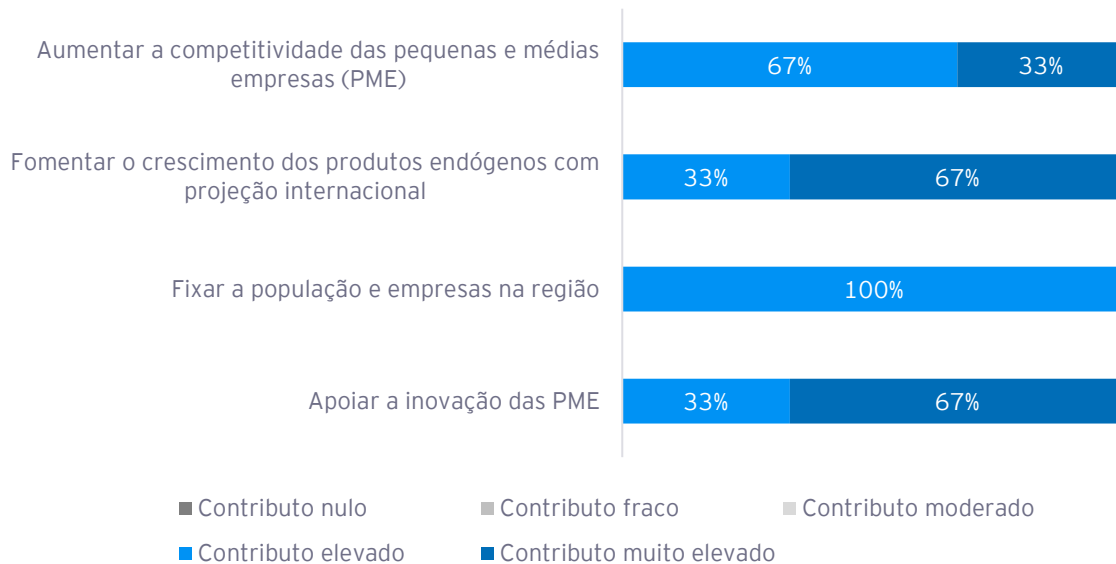
Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=74)

Figura A32. Avaliação do contributo dos projetos das entidades com projetos aprovados no domínio Desenvolvimento de competências para a especialização inteligente, a transição industrial, o empreendedorismo e a capacidade de adaptação das empresas à mudança



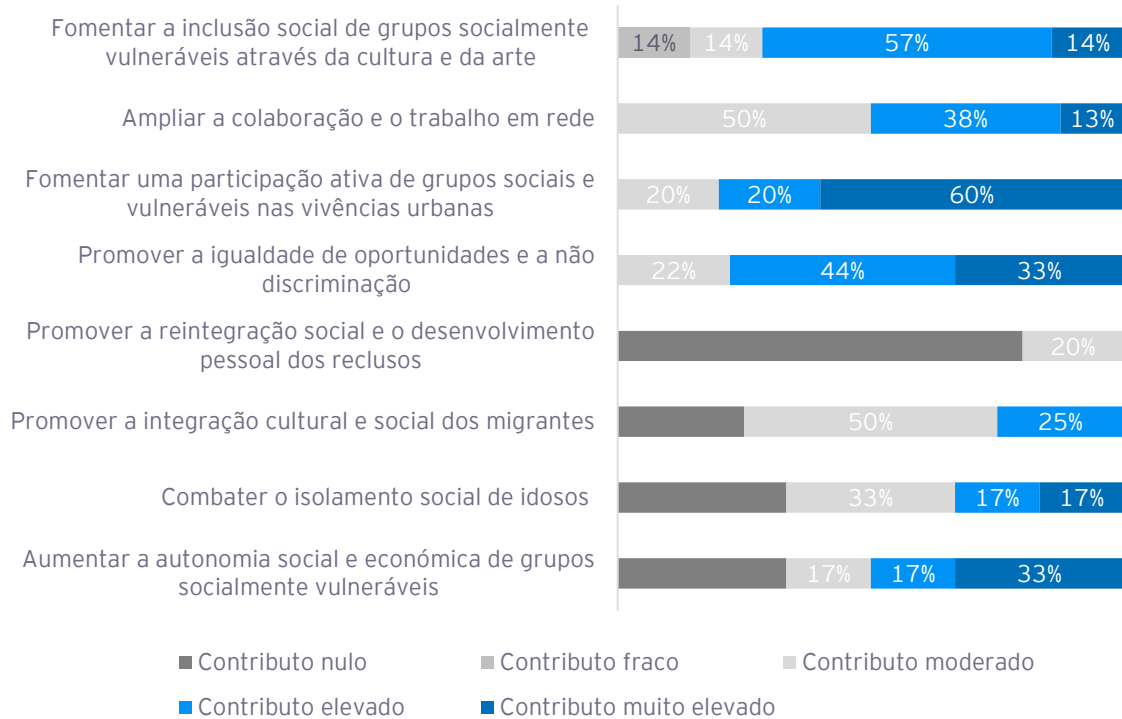
Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários
 Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=74)

Figura A33. Avaliação do contributo dos projetos das entidades com projetos aprovados no domínio Infraestruturas comerciais para PME (incluindo instalações e parques industriais)



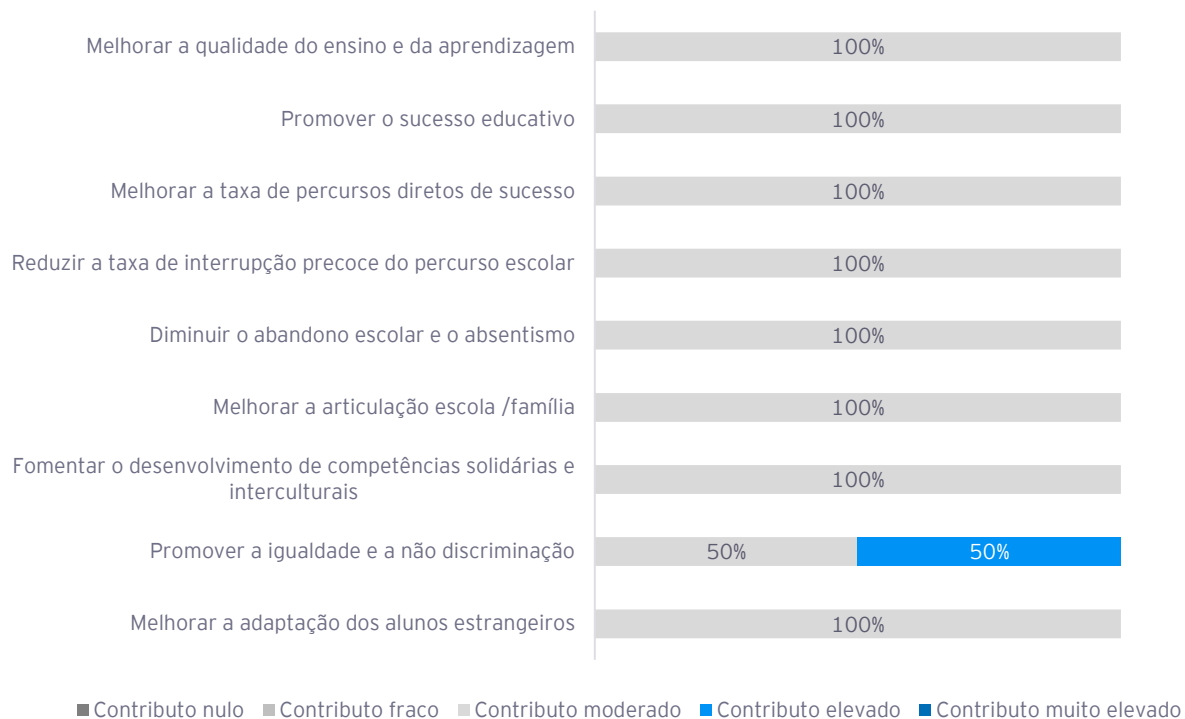
Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários
 Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=74)

Figura A34. Avaliação do contributo dos projetos das entidades com projetos aprovados no domínio Medidas de promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa na sociedade



Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários
 Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=74)

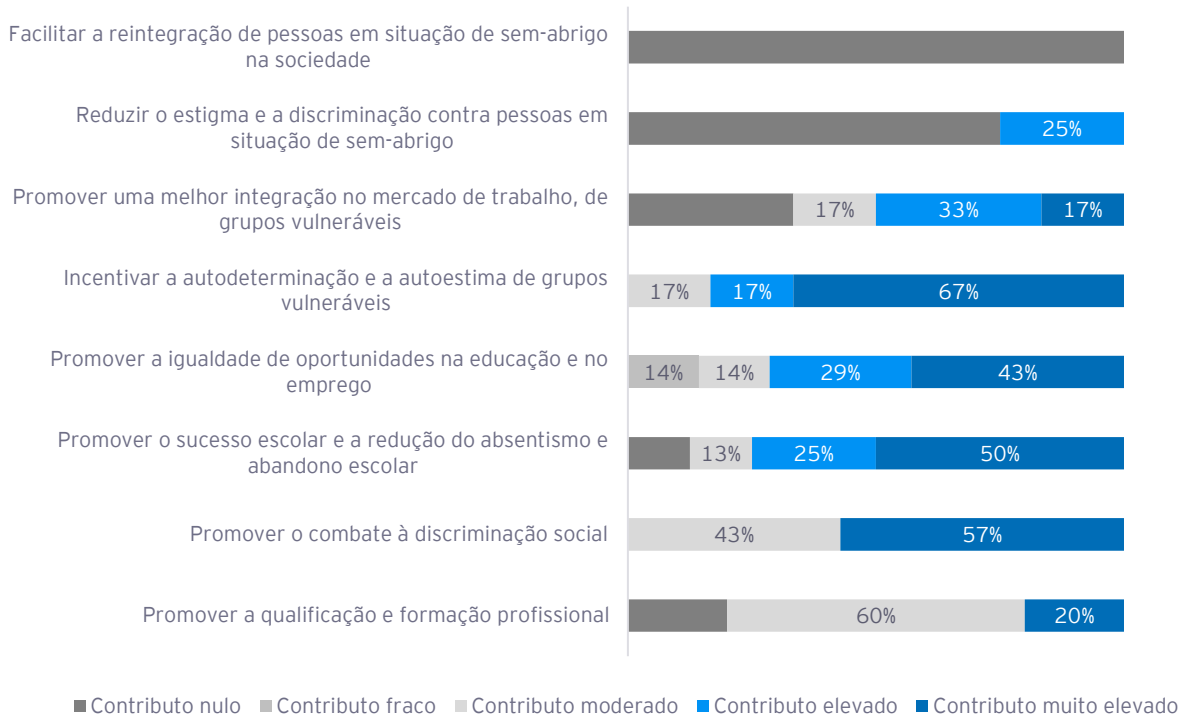
Figura A35. Avaliação do contributo dos projetos das entidades com projetos aprovados no domínio Medidas destinadas a reforçar a igualdade de acesso em tempo útil a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços comportáveis



Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários

Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=74)

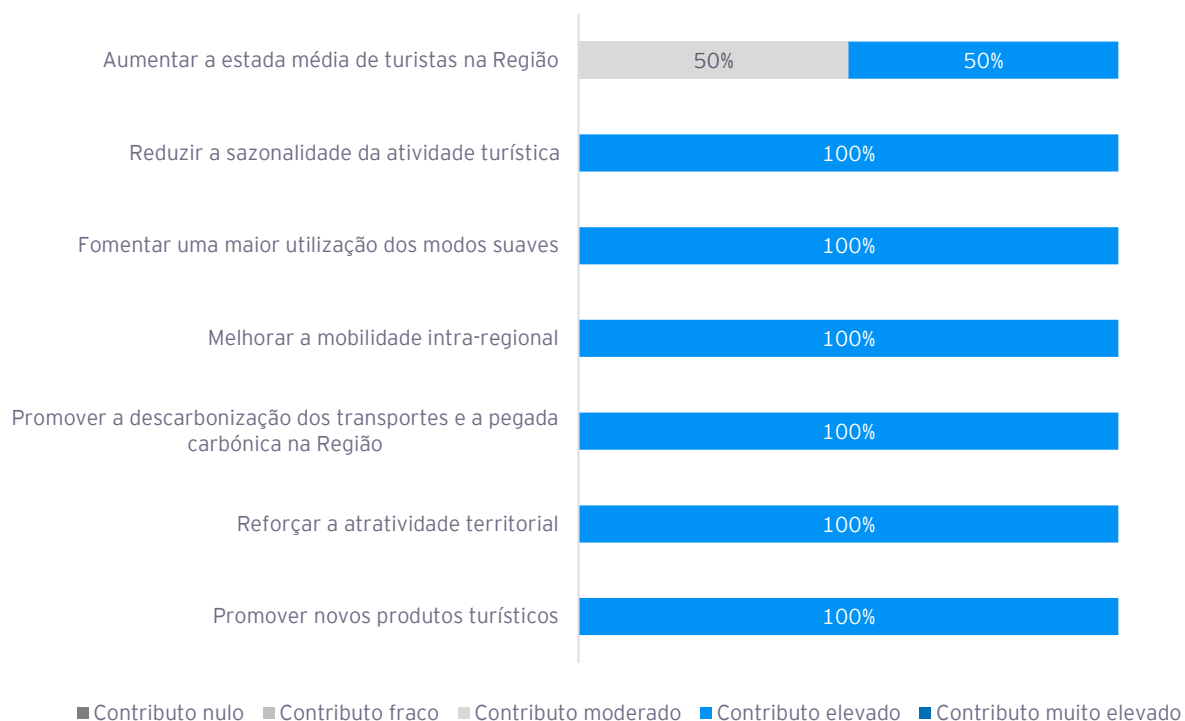
Figura A36. Avaliação do contributo dos projetos das entidades com projetos aprovados no domínio Promoção da integração social das pessoas em risco de pobreza ou de exclusão social, incluindo as mais carenciadas e as crianças



Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários

Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=74)

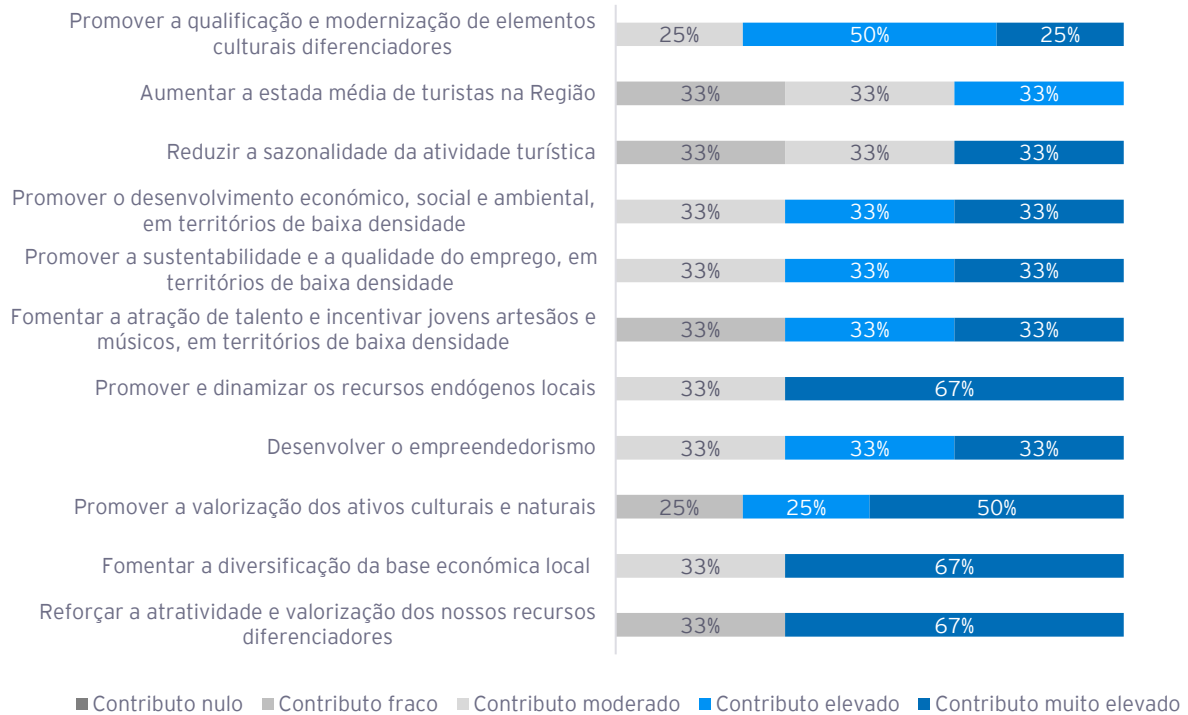
Figura A37. Avaliação do contributo dos projetos das entidades com projetos aprovados no domínio Proteção, desenvolvimento e promoção de ativos públicos de turismo e serviços turísticos



Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários

Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=74)

Figura A38. Avaliação do contributo dos projetos das entidades com projetos aprovados no domínio Proteção, desenvolvimento e promoção do património cultural e dos serviços culturais



Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários

Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=74)

Anexo A4. Inquérito a entidades empresariais - resultados

Bloco 1 - Caracterização de Promotores

	nº Promotores			nº de Projetos			nº de Projetos aprovados		
	Universo (total=311)	Respondentes (n=110)	Margem de Erro (7,2%)	Universo (total=311)	Respondentes (n= 136)	Margem de Erro (6,35%)	Universo (n=90)	Respondentes (n =57)	Margem de Erro
Projetos de I&DT (SI)	14	8	26%	15	9	22%	8	6	22%
Projetos demonstradores (SI)	2	2	0%	3	3	0%	-	-	-
Regime contratual (SI)	1	0	-	1	0	-	-	-	-
Internacionalização da I&D - operações de I&D industrial à escala europeia (SI)	4	3	33%	8	7	14%	7	6	17%
Criação de novas empresas e novos negócios (SI)	2	1	98%	2	1	98%	1	0	-
Investimento Empresarial Produtivo (SI)	51	14	23%	53	15	22%	9	3	49%
Criação, expansão ou modernização de micro e pequenas empresas (SI)	151	68	8,9%	155	69	8,9%	59	37	9,3%
Projeto Individual (SI) - Qualificação das empresas	8	3	48%	8	3	48%	-	-	-
Projeto Individual (SI) - Internacionalização das empresas	14	5	37%	15	5	38%	-	-	-
Criação de emprego e microempreendedorismo	21	11	18%	22	11	22%	-	-	-
Contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados por empresas (micro, pequenas e médias) (SI)	28	13	21%	29	13	21%	6	5	19,6%

Bloco 2 - Estratégia de comunicação

Figura A39. Avaliação da forma como os promotores tomaram conhecimento do ALGARVE 2030



Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários

Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=110), % de projetos (n=136)

Quadro A7. Avaliação das ações de Comunicação e de Divulgação do ALGARVE 2030 no que respeita aos meios / canais de acesso a informações sobre os concursos

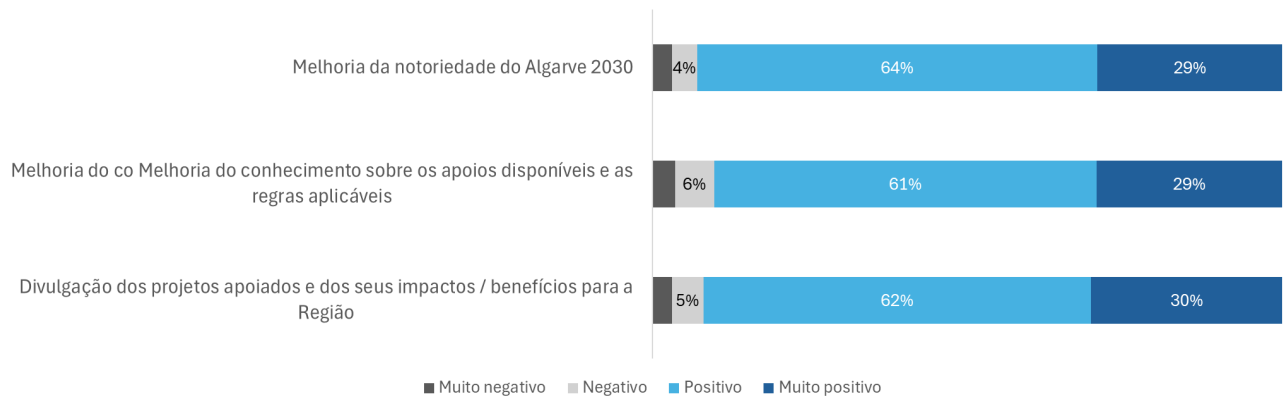
Meios/ Canais Divulgação	Oportunas (timing de lançamento)		Pertinentes (conteúdo)		Claras		Simples (fácil acesso e interpretação)	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Sítio online do ALGARVE 2030	94%	6%	96%	4%	83%	17%	64%	36%
Newsletter Eletrónica do ALGARVE 2030	75%	25%	90%	10%	85%	15%	84%	16%

Meios/ Canais Divulgaçãoção	Oportunas (timing de lançamento)		Pertinentes (conteúdo)		Claras		Simples (fácil acesso e interpretação)	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Eventos / sessões públicas do ALGARVE 2030	67%	33%	88%	12%	85%	15%	84%	16%
Publicações do ALGARVE 2030 nas redes sociais	87%	13%	94%	6%	89%	11%	88%	12%
Divulgações do ALGARVE 2030 na comunicação social	70%	30%	88%	12%	76%	24%	78%	22%

Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários

Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=110)

Figura A40. Contributo das ações de comunicação e divulgação do ALGARVE 2030

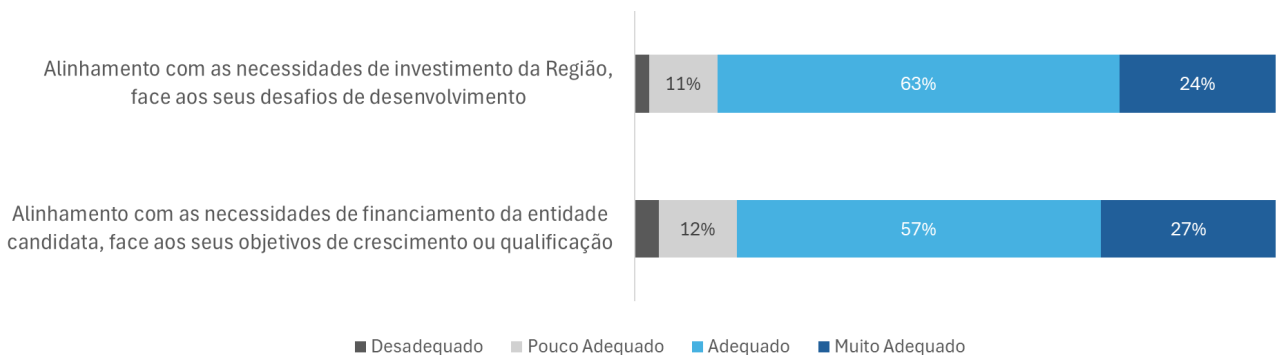


Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários

Nota: Unidade de medida - % de projetos (n=136)

Bloco 3 - Processo de candidatura

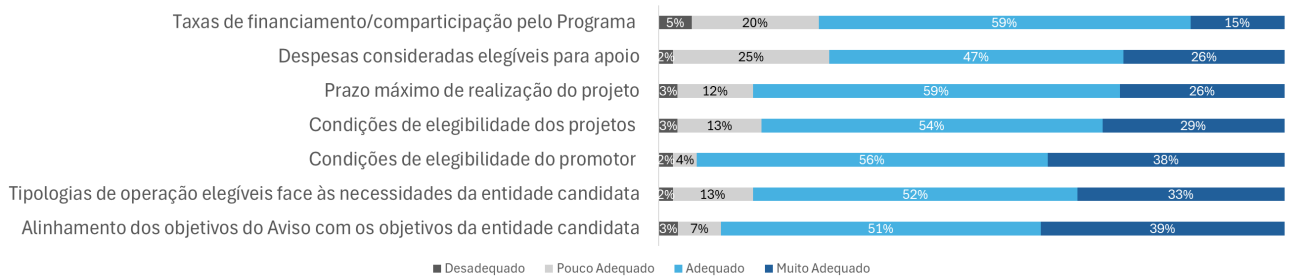
Figura A41. Avaliação da adequação das tipologias de intervenção/operação colocadas a concurso para apoio pelo Programa ALGARVE 2030 desde o seu lançamento



Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários

Nota: Unidade de medida - % de projetos (n=136)

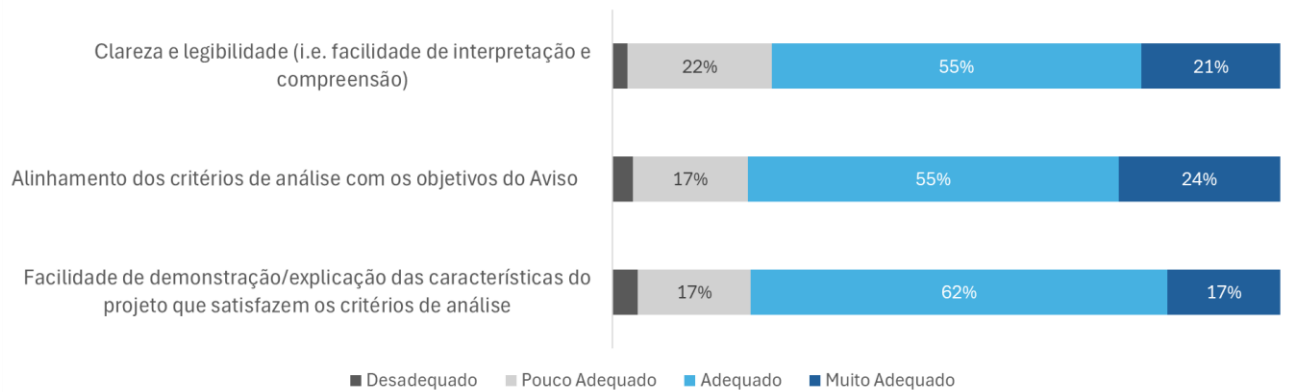
Figura A42. Avaliação da adequação dos Avisos de Concurso a que os promotores se candidataram, no que respeita a diferentes aspetos



Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários

Nota: Unidade de medida - % de projetos (n=136)

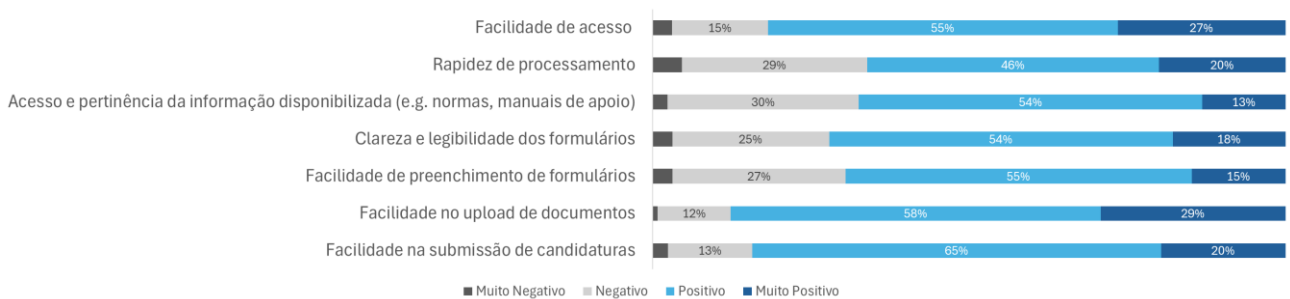
Figura A43. Avaliação dos critérios e da metodologia de avaliação e seleção dos projetos a apoiar, usados nos Avisos a que os promotores se candidataram, no que respeita a diferentes parâmetros



Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários

Nota: Unidade de medida - % de projetos (n=136)

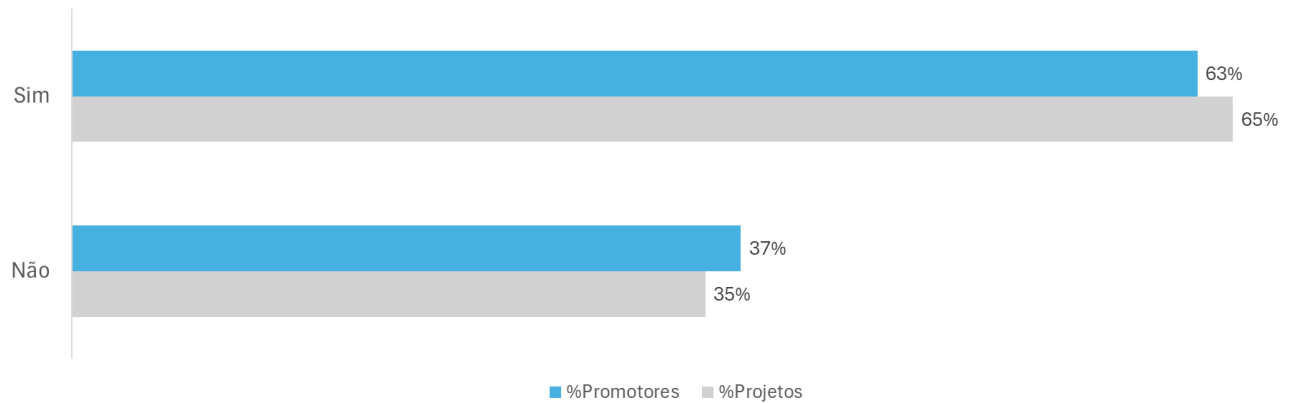
Figura A44. Avaliação do website do Balcão 2030 relativamente a diversos aspetos



Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários

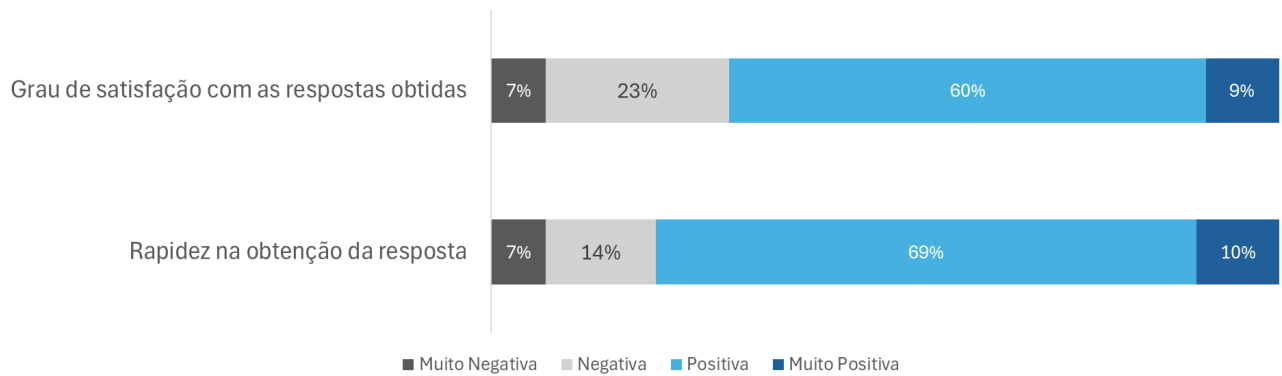
Nota: Unidade de medida - % de projetos (n=136)

Figura A45. Consulta ou pedido de esclarecimento à Linha dos Fundos por parte dos promotores



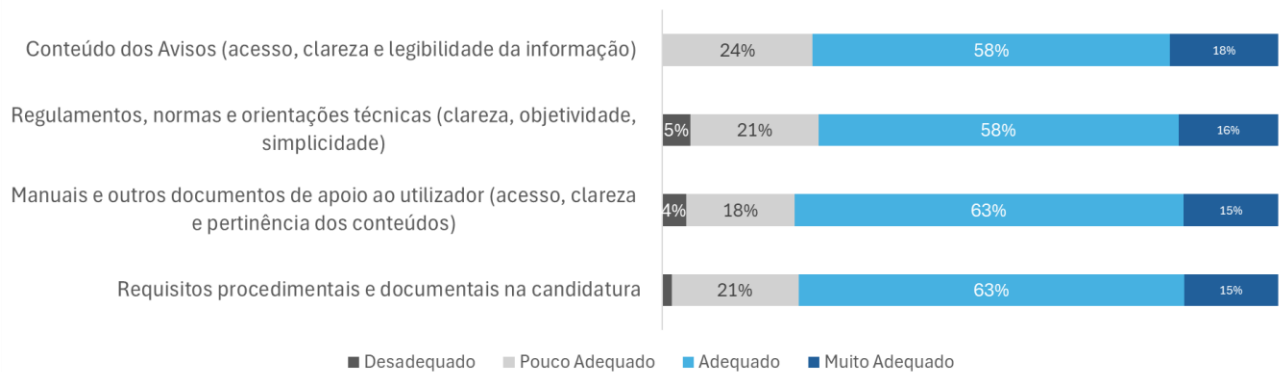
Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários
 Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=110), % de projetos (n=136)

Figura A46. Avaliação da resposta da Linha dos Fundos aos pedidos de esclarecimento ou apoio durante a fase de candidatura



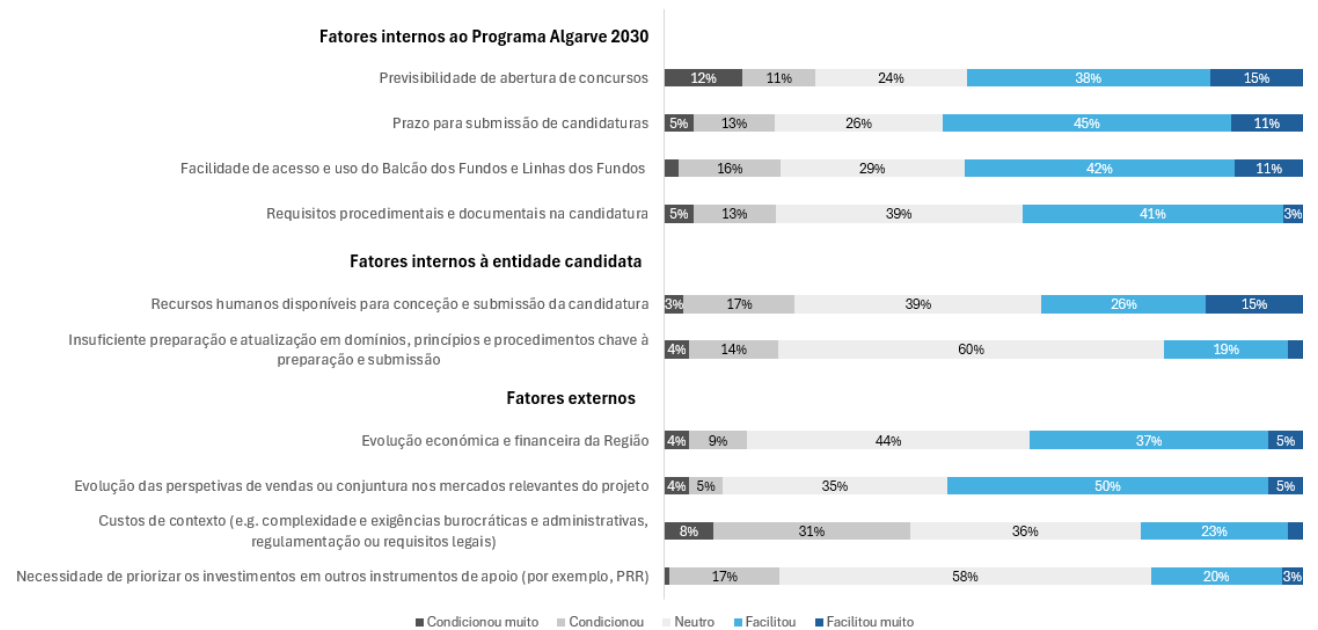
Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários
 Nota: Unidade de medida - % de projetos (n=136)

Figura A47. Avaliação da adequação dos procedimentos e materiais de suporte ao ALGARVE 2030



Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários
 Nota: Unidade de medida - % de projetos (n=136)

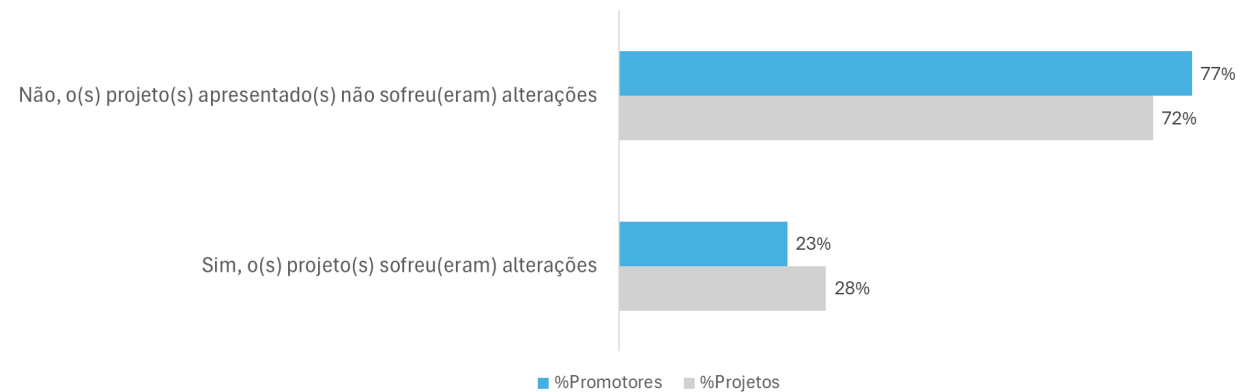
Figura A48. Grau em que diferentes aspetos condicionaram ou facilitaram a candidatura dos promotores



Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários

Nota: Unidade de medida - % de projetos (n=136)

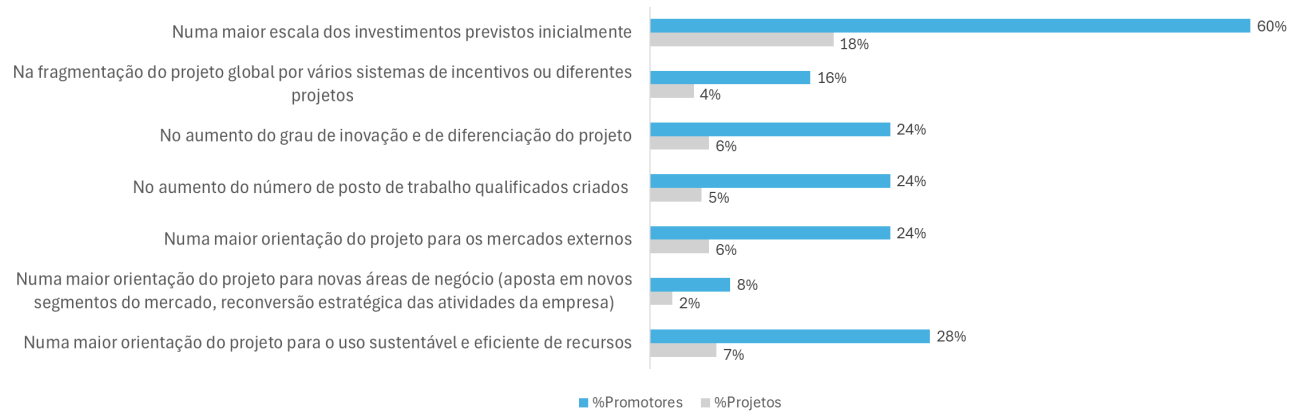
Figura A49. Alterações aos projetos iniciais decorrentes das condições de elegibilidade nas candidaturas ao ALGARVE 2030



Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários

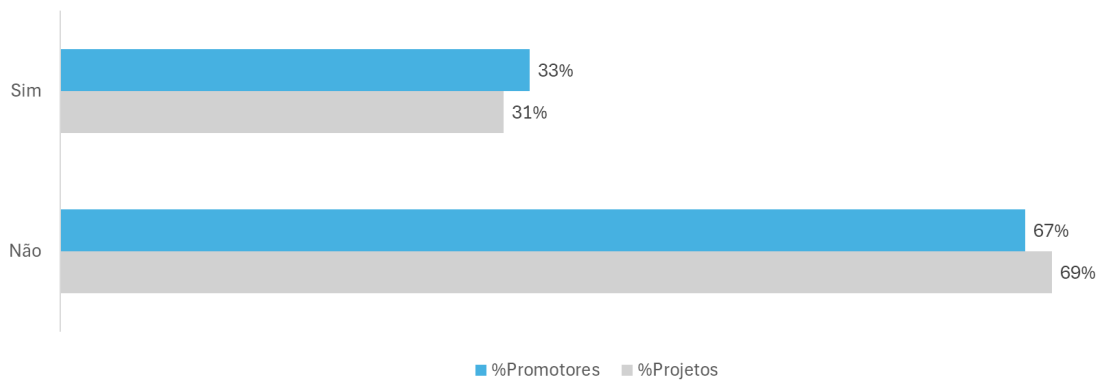
Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=110), % de projetos (n=136)

Figura A50. Principais alterações aos projetos resultantes das condições de elegibilidade, selecionadas pelos promotores como mais relevantes



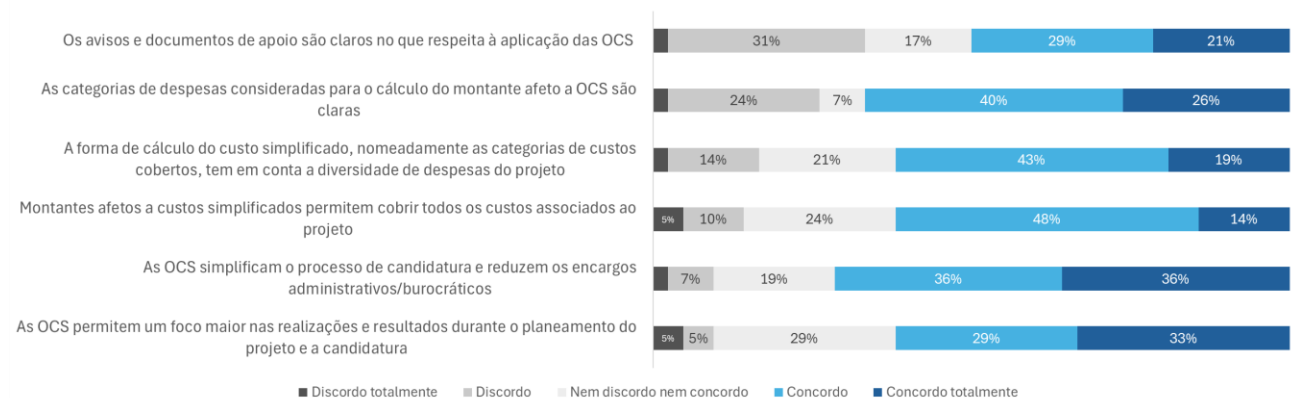
Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários
 Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=110), % de projetos (n=136)

Figura A51. Aplicação de Opções de Custos Simplificados (OCS) nos Avisos de Concurso a que os promotores se candidataram



Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários
 Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=110), % de projetos (n=136)

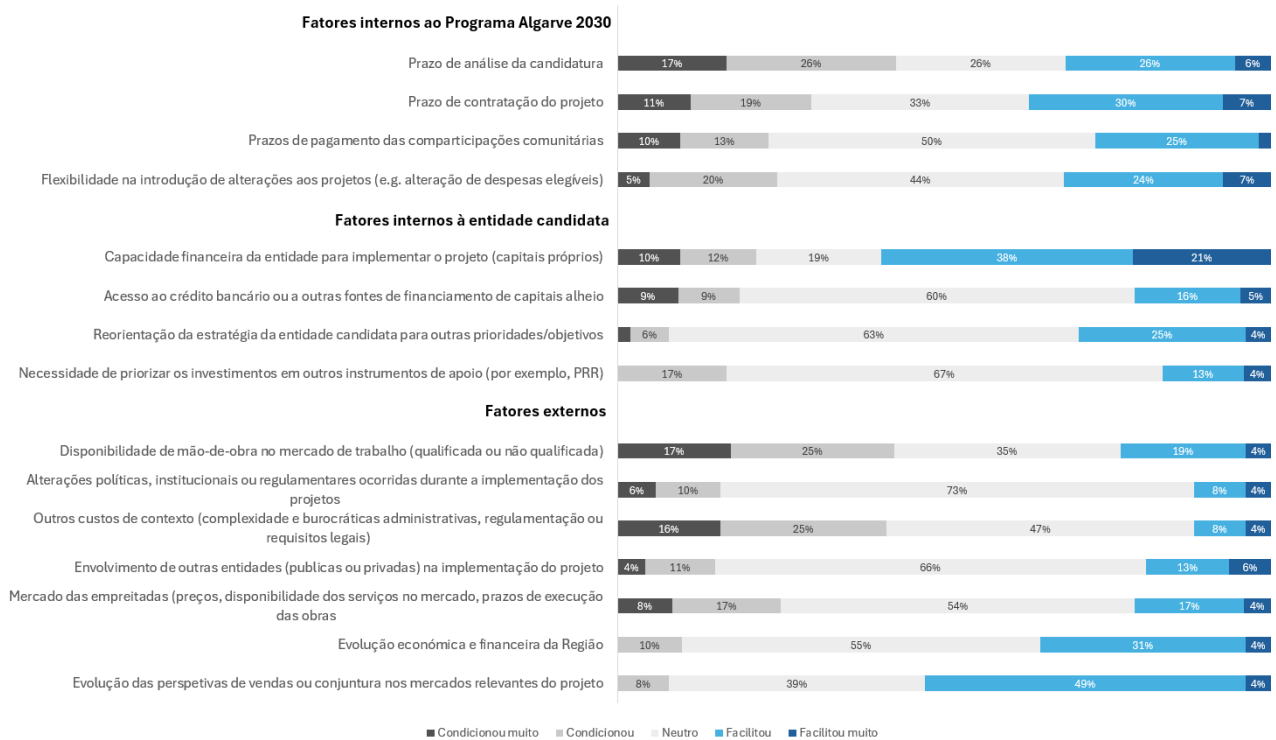
Figura A52. Grau de concordância dos promotores com diferentes afirmações sobre o Programa ALGARVE 2030



Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários
 Nota: Unidade de medida - % de projetos (n=136)

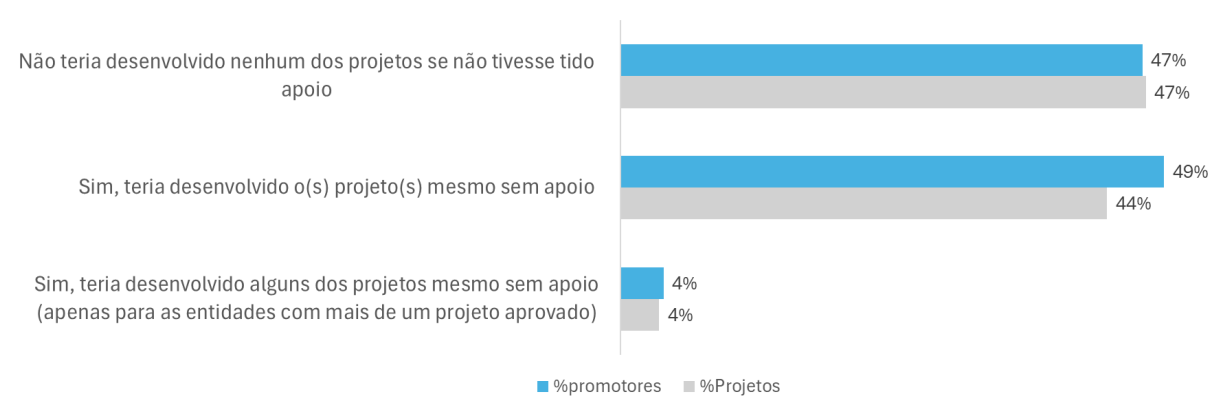
Bloco 4 - Dinâmicas de realização e fatores críticos

Figura A53. Grau em que diferentes aspetos condicionaram ou facilitaram o arranque e desenvolvimento dos projetos aprovados



Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários
 Nota: Unidade de medida - % de projetos aprovados (n=54)

Figura A54. Intenção de desenvolvimento do projeto na ausência de apoio financeiro do ALGARVE 2030



Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários
 Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=51), % de projetos aprovados (n=54)

Quadro A8. Tipologias de operação ou medidas do ALGARVE 2030 em que se enquadram os projetos que os promotores desenvolveriam mesmo sem apoio dos fundos comunitários

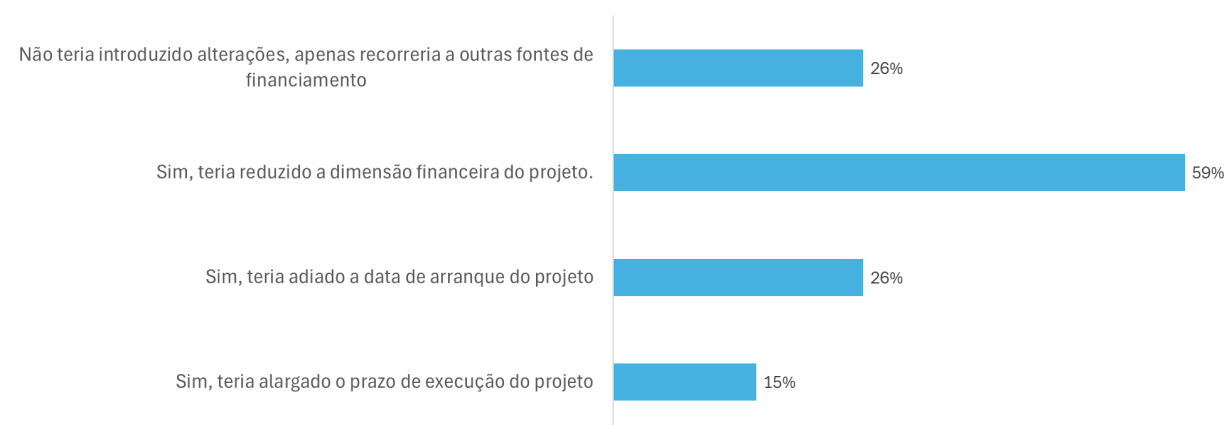
	Não teria desenvolvido nenhum dos projetos se não tivesse tido apoio		Não desenvolveria alguns projetos		Desenvolveria alguns projetos mesmo sem apoio		Sim, teria desenvolvido todos os projetos mesmo sem apoio	
	Nº Projetos	%dos projetos	Nº Projetos	%dos projetos	Nº Projetos	%dos projetos	Nº Projetos	%dos projetos
Projetos de I&DT (SI)	5	100%	-	-	-	-	-	-
Internacionalização da I&D - operações de I&D	5	100%	-	-	-	-	-	-

industrial à escala europeia (SI)								
Aprov.Criação de novas empresas e novos negócios (SI)	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimento Empresarial Produtivo (SI)	2	7%	-	-	-	-	-	-
Criação, expansão ou modernização de micro e pequenas empresas (SI)	14	38%	-	-	2	5%	21	57%
Contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados por empresas (micro, pequenas e médias) (SI)	1	20%	-	-	-	-	4	80%

Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários

Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=51)

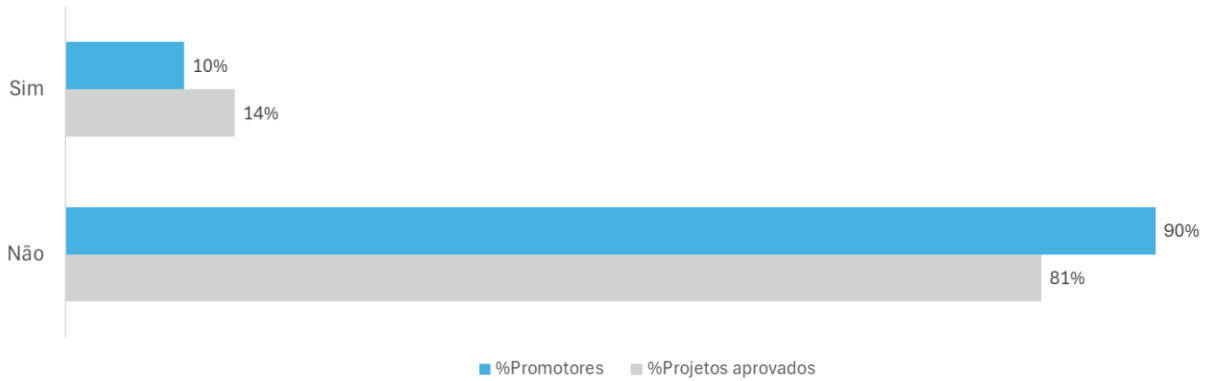
Figura A55. Alterações introduzidas nos projetos que os promotores desenvolveriam mesmo sem o apoio do ALGARVE 2030



Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários

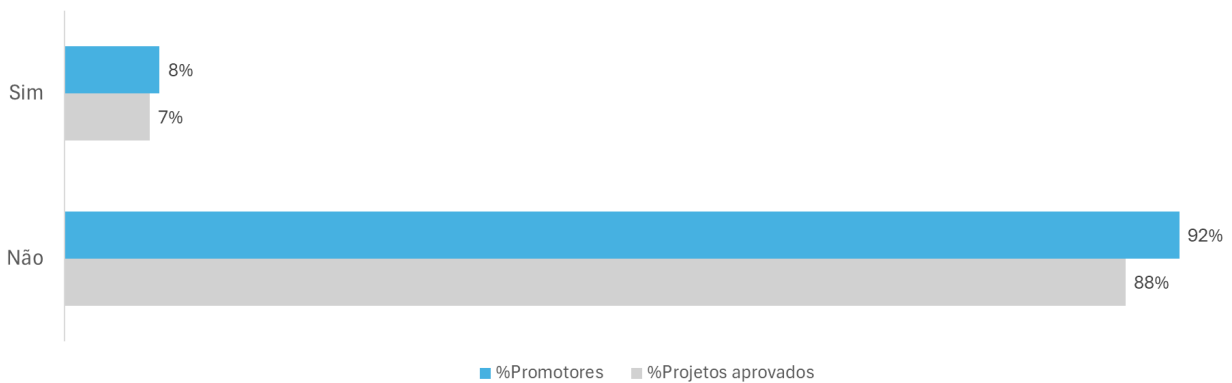
Nota: Unidade de medida - % de projetos aprovados (n=54)

Figura A56. Articulação das operações apoiadas pelo ALGARVE 2030 com outras operações financiadas por instrumentos nacionais e/ou comunitários



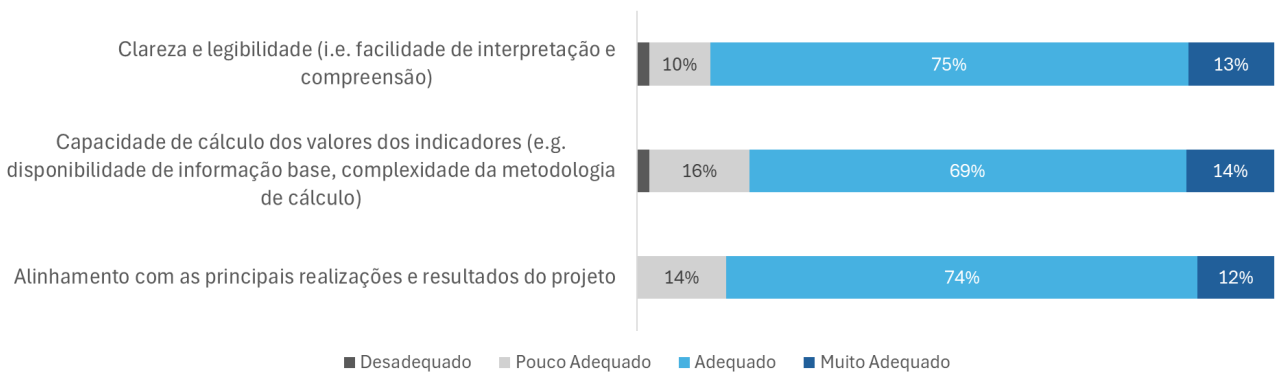
Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários
 Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=51), % de projetos aprovados (n=54)

Figura A57. Projetos elegíveis para apoio no âmbito do ALGARVE 2030 cuja candidatura foi priorizada noutros instrumentos financeiros, como o PRR



Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários
 Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=51), % de projetos aprovados (n=54)

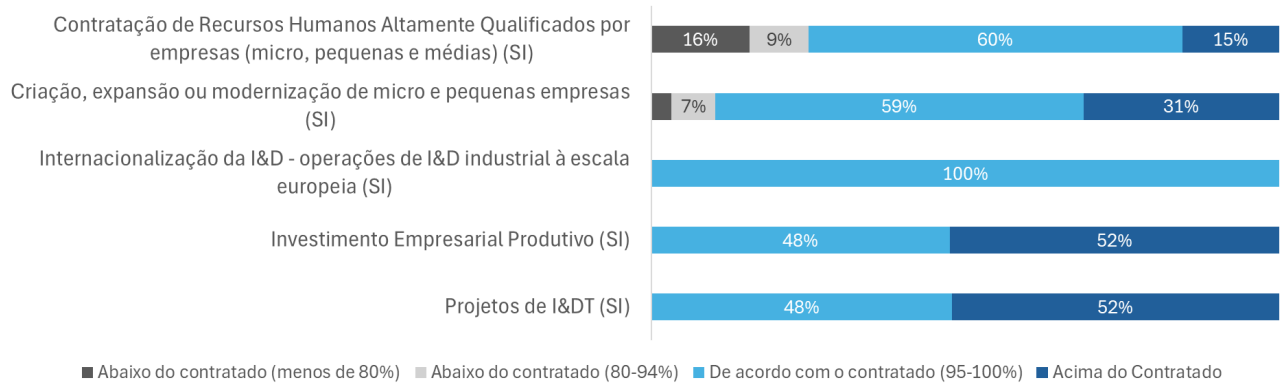
Figura A58. Avaliação da adequação dos indicadores de realização e de resultado associados ao projeto aprovado, relativamente a diferentes parâmetros



Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários
 Nota: Unidade de medida - % de projetos aprovados (n=54)

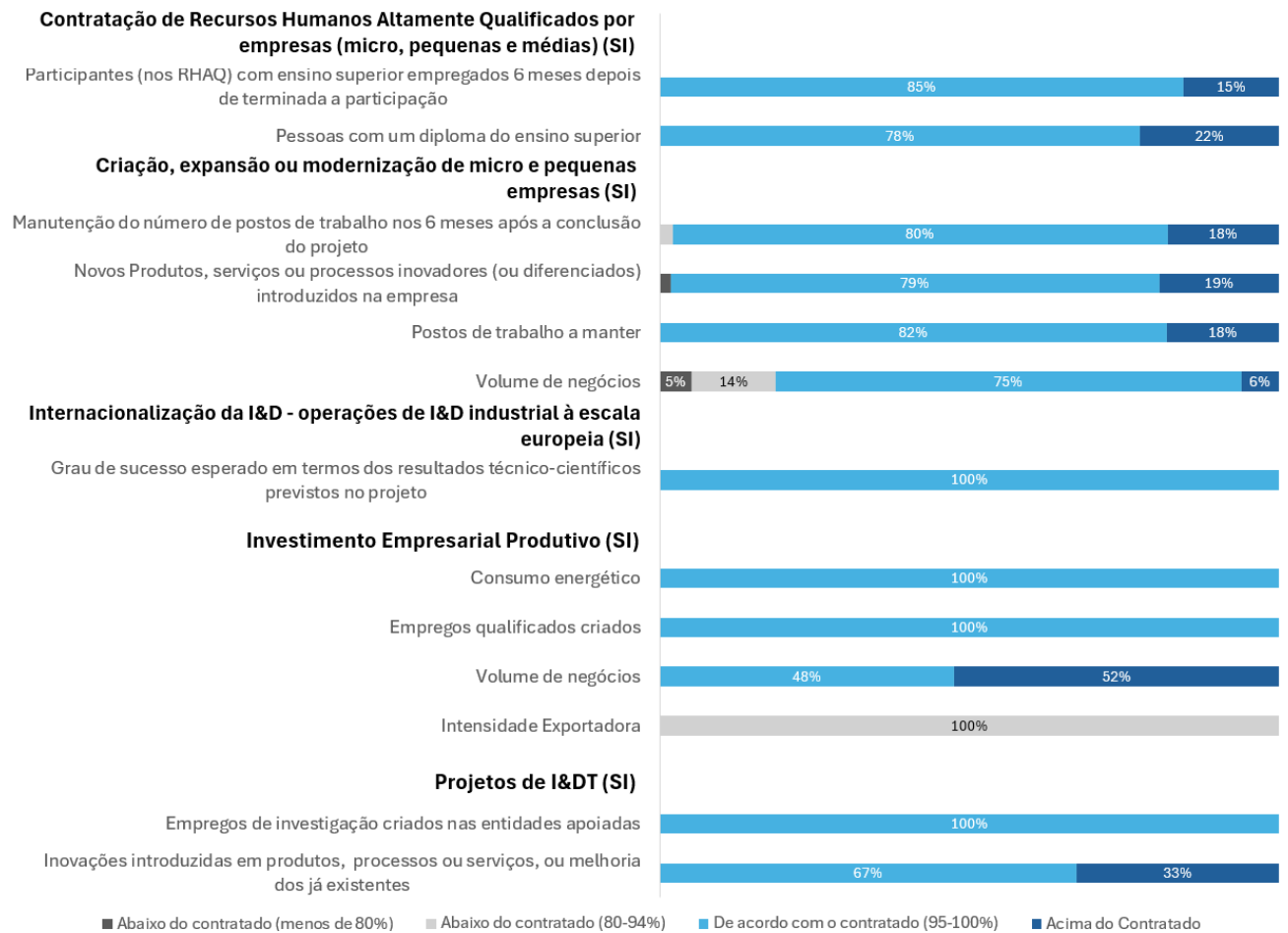
Bloco 4 - Resultados

Figura A59. Expectativas dos promotores quanto à capacidade de execução dos projetos e à execução dos valores de investimento contratados, por tipologia de operação ou medida



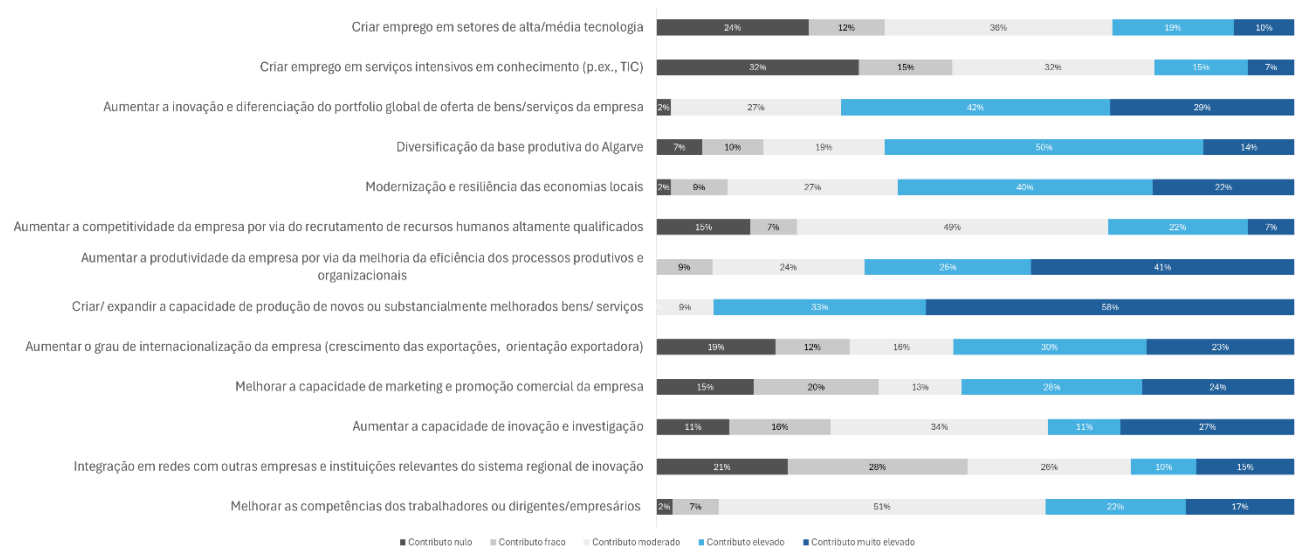
Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários
 Nota: Unidade de medida - % de projetos aprovados (n=54)

Figura A60. Expectativas dos promotores quanto à capacidade de execução dos projetos face ao contratado e ao alcance das metas previstas nos indicadores, por tipologia de operação ou medida



Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários
 Nota: Unidade de medida - % de projetos aprovados (n=54)

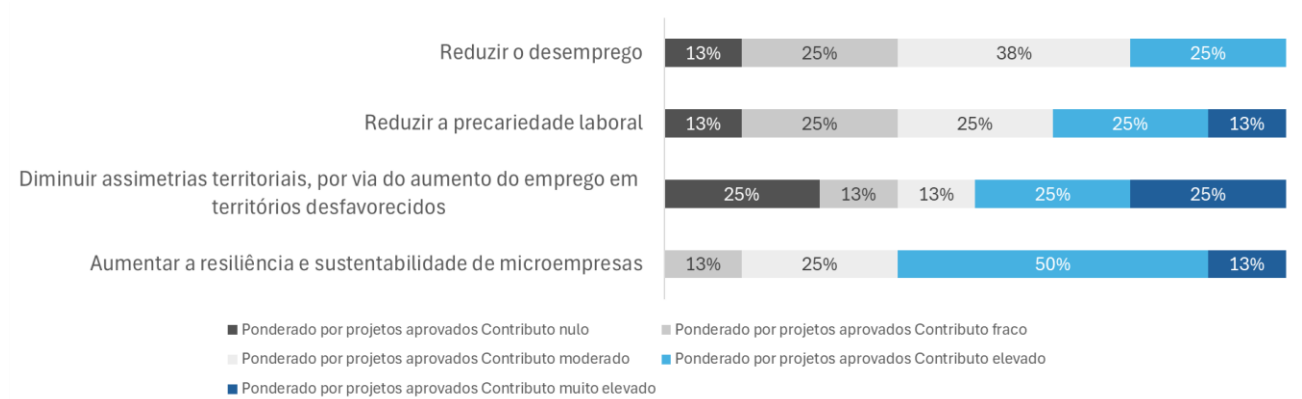
Figura A61. Contributo do projeto (real ou esperado) para diferentes dimensões de impacto



Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários

Nota: Unidade de medida - % de projetos aprovados (n=54)

Figura A62. Contributo do projeto (real ou esperado) para diferentes dimensões de impacto



Fonte: Equipa, com base nos dados do inquérito aos beneficiários

Nota: Unidade de medida - % de projetos aprovados (n=54)

Anexo A5. Listagem da documentação consultada

Para além das referências bibliográficas e eletrónicas incluídas no Capítulo 6 do Relatório e dos ficheiros extraídos do Sistema de Informação do ALGARVE 2030, destacam-se as seguintes fontes de informação:

- Decreto-Lei n.º 5/2023, de 25 de janeiro da Presidência do Conselho de Ministros
- Estratégia Portugal 2030
- Estratégia Regional de Especialização Inteligente ALGARVE 2030
- Investimento Territorial Integrado do Algarve e Alentejo. Fundamentação Estratégica dos pressupostos do ITI
- Instrumento Territorial Integrado Água e Ecossistemas da Paisagem Água - Algarve e Alentejo
- Plano de Avaliação do Programa ALGARVE 2030
- Plano Global de Avaliação do Portugal 2030
- Programa ALGARVE 2030
- Regulamento (UE) 2021/1060 do Parlamento Europeu e do Conselho de 24 de junho de 2021
- AAC lançados até à data de corte da avaliação
- Bases de dados e SI ALGARVE 2030

Anexo A6. Listagem de entidades auscultadas

Quadro A9. Listagem entidades auscultadas em sede de entrevista

Entidade Auscultada	Data de Realização da Entrevista
AG ALGARVE 2030	16 de maio de 2025
CIG	30 de maio de 2025
EMPIS	2 de junho de 2025
AMAL	2 de junho de 2025
Turismo de Portugal	4 de junho de 2025
AICEP	5 de junho de 2025
ANI	5 de junho de 2025
ANQEP	5 de junho de 2025
IAPMEI	5 de junho de 2025
FCT	15 de julho de 2025

Quadro A10. Listagem entidades participantes nos FG

Focus Group	Data de Realização da sessão	Entidades Participantes
FG 1.1 - ITI CIM	7 de julho de 2025	Município Loulé
		Município de Albufeira
		Município de Tavira
		Município de Lagos
		Ambiolhão
		TAVIRAVERDE
		Município de Aljezur
		Município de Albufeira
		Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
		Município de Portimão
		Município de Olhão

Focus Group	Data de Realização da sessão	Entidades Participantes
		Agência Portuguesa do Ambiente AMAL Município de Faro CCDR-Algarve
FG 1.2 - ITI Água	7 de julho de 2025	Associação Terras do Baixo Guadiana ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, Direção Regional do Algarve Universidade do Algarve Agência Portuguesa do Ambiente CCDR Algarve AMBIOLHAO VICENTINA Associação para Desenvolvimento do Sudoeste Alentejo e Costa Vicentina AGIF Algarve Associação in Loco Município de Mértola CCDR Algarve Águas de Portugal AMAL Município de Lagos Município de Mértola Associação in Loco Almargem
FG 2	09 de julho de 2025	Câmara de Comércio e Indústria Luso Alemã Instituto do Emprego e Formação Profissional Associação Portuguesa de Apoio à Vítima ANQEP Algar, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos ULS Algarve Inovinter Madrefruta Turisforma CIG Centro de Formação Profissional da Reparação de Automóveis Cruz Vermelha Portuguesa Agência para a Integração Migrações e Asilo Associação dos Empresários do Algarve CCDR Algarve ANQEP Segurança Social
FG 3.1 - SI e CT&I	8 de julho de 2025	GTE Consultores MESOSYSTEM Consultores GreenCoLab ROFICER Universidade do Algarve ANI

Focus Group	Data de Realização da sessão	Entidades Participantes
		S2AQUACOLAB Turismo de Portugal ABC Colab
FG 3.2 - CTeSP	8 de julho de 2025	Universidade do Algarve - Escola Superior da Educação e Comunicação CCDR Algarve Universidade do Algarve - Escola Superior de Saúde Instituto do Emprego e Formação Profissional Universidade do Algarve - Escola Superior de Gestão Hotelaria e Turismo Escola Superior de Saúde Jean Piaget do Algarve
FG 3.3 - Inovação Social	9 de julho de 2025	Associação Mômes Integra-te - Fundação António Aleixo CCDR Algarve Associação de Proteção à Rapariga e à Família YMCA Setúbal Instituto da Segurança Social Class of Wonders Santa Casa da Misericórdia de Castro Marim Associação de Apoio à Pessoa Excecional do Algarve Santa Casa da Misericórdia de Albufeira Associação Movimento Juvenil em Olhão Fundação da Juventude Teach For Portugal Fundação da Juventude Associação Movimento Juvenil em Olhão

Anexo A7. Sinopse das entrevistas

Quadro A11. Resumo temático dos principais contributos das entrevistas realizadas

Tema	Principais conclusões
Adequação de apoios face às necessidades	<ol style="list-style-type: none"> A maioria dos participantes reconhece que o ALGARVE 2030 se encontra alinhado com a política de coesão, mas identificam-se limitações significativas na capacidade do programa para responder plenamente às necessidades específicas da região. Destacam-se, neste âmbito: <ul style="list-style-type: none"> Existem desequilíbrios entre a estratégia regional e o que é financiável no programa, nomeadamente em áreas como mobilidade, ferrovia e ligação à Andaluzia, que não se encontram abrangidas no OP3. Também a área da saúde (OP4) apresenta uma cobertura considerada insuficiente. As dotações disponíveis para reabilitação urbana e cultura são muito reduzidas, obrigando os promotores a recorrer a ajustes financeiros para viabilizar projetos, o que limita o seu impacto. Algumas tipologias foram adiadas para evitar sobreposição com o PRR, o que condiciona o calendário de execução e levanta dúvidas sobre a articulação entre instrumentos. A diferença nas taxas de cofinanciamento entre programas (100% no PRR versus 60% no ALGARVE 2030) gera concorrência entre instrumentos e desvia projetos, sendo frequente

Tema	Principais conclusões
	<p>a reorganização de prioridades por parte dos municípios em função dos avisos mais vantajosos.</p> <p>2. As limitações estruturais da região condicionam a procura e a qualidade das candidaturas submetidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A participação do Algarve representa apenas 1% a 2% do total nacional, reflexo de uma estrutura empresarial frágil e com pouca capacidade de resposta às tipologias existentes. • A taxa de sucesso nas candidaturas é reduzida, e a procura por determinados apoios, como os da internacionalização, continua muito concentrada no turismo, com pouca expressão noutros setores. • Ainda assim, foram identificados sinais de diversificação em setores como o mar, autoculturas, área médica e informática, bem como uma atitude positiva por parte de algumas empresas. • Na inovação produtiva, apesar da elevada procura, a qualidade das candidaturas tem sido fraca, particularmente em territórios de baixa densidade. <p>3. No plano da governação e operacionalização, registam-se avanços, mas também constrangimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A AMAL e a CIM assumem atualmente funções como Organismos Intermédios (OI) no âmbito do ITI, passando de um papel de acompanhamento para uma intervenção mais ativa. A dotação do ITI CIM (155M€) foi previamente negociada e encontra-se em fase de execução. • Apesar deste reforço institucional, subsistem dificuldades nos territórios em assegurar a contrapartida nacional de 40%, nomeadamente em projetos na área da água, o que compromete a execução do previsto. • Foi ainda referida a ausência de procura em áreas como eficiência energética, atribuída a fatores como o valor mínimo de investimento elegível (200 mil euros) e a falta de experiência na análise de candidaturas nessas tipologias. <p>4. Em áreas como qualificação e inclusão, os apoios existentes são vistos como adequados e bem alinhados com as necessidades regionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os Centros Qualifica são considerados essenciais numa região marcada por uma elevada proporção de população adulta pouco qualificada. • A resposta do ALGARVE 2030 nesta matéria foi concertada com o PRR (componente C6) e com o programa PESSOAS, resultando em instrumentos como o Acelerador Qualifica e projetos locais já contratualizados. • Há consenso quanto à importância de manter os centros e garantir a continuidade da cobertura no território, ainda que se prevejam limitações financeiras para responder a todas as necessidades até ao final do quadro comunitário. <p>5. Por fim, foram destacadas questões setoriais e transversais relevantes para a adequação dos apoios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A ausência de incentivos dirigidos a infraestruturas científicas e tecnológicas é apontada como uma falha, sobretudo tendo em conta o potencial de produção de conhecimento na região. • No setor do turismo, destaca-se a existência de empreendimentos novos e qualificados, mas também de unidades antigas que carecem de requalificação. O financiamento de novas

Tema	Principais conclusões
Coerência dos apoios	<p>unidades torna-se cada vez mais difícil, exceto em casos de projetos inovadores ou localizados no interior.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Foi referida a evolução positiva em matéria de sustentabilidade, com exemplos como novas embarcações elétricas, e salientada a necessidade de maior envolvimento do Turismo de Portugal na definição estratégica para a região. • A cooperação técnica com a CCDR foi valorizada, sobretudo na elaboração dos avisos, e reconhece-se que, apesar das limitações orçamentais, o ALGARVE 2030 é um programa transversal, com mecanismos que permitem enquadrar projetos com perfil diferenciador. <p>1. As opiniões recolhidas evidenciam uma perceção mista sobre a coerência entre os vários instrumentos de financiamento, com reconhecimento de algumas boas práticas de articulação, mas também com a identificação de barreiras que afetam a complementaridade e a execução eficaz dos apoios disponíveis. Destacam-se os seguintes aspetos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Verifica-se uma sobreposição de objetivos entre o ALGARVE 2030 e o PRR, sobretudo em áreas como água, energia, escolas e ambiente, o que gera concorrência entre programas. As diferenças nas regras de acesso, taxas de cofinanciamento e critérios operacionais dificultam a articulação plena e penalizam a coerência estratégica. • O PRR, com taxa de financiamento a 100%, tem sido mais apelativo para os promotores, levando a uma canalização preferencial de projetos, mesmo quando existiriam condições para enquadramento no ALGARVE 2030. • Algumas tipologias do ALGARVE 2030 não têm concorrência direta, mas a sua procura é limitada por expectativas em relação a novos avisos ou a condições mais favoráveis no PRR. • A intenção inicial de complementaridade entre programas foi fragilizada por reprogramações e alterações posteriores que criaram incerteza entre os beneficiários. <p>2. A coerência dos apoios está igualmente condicionada pela capacidade das entidades promotoras e pelas disparidades territoriais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Municípios de menor dimensão e com menor capacidade financeira e técnica enfrentam maiores dificuldades na resposta aos diferentes instrumentos disponíveis (ex: ITI CIM, PRR, Fundo Ambiental, PADRE), sendo penalizados por uma maior complexidade regulatória e por encargos administrativos elevados. • A flexibilidade na gestão de dotações entre Tipologias de Operação é valorizada, mas existem limitações à abertura de novos projetos por falta de dotação disponível, nomeadamente a partir de 2026. • Foi identificada uma aversão ao risco associada ao uso de instrumentos como os títulos de capacitação, devido à exigência de que os investidores assumam o papel de beneficiários diretos, o que tem gerado retração, apesar da evolução em relação ao PT2020. • No caso dos instrumentos baseados em títulos, a ausência de abertura legal para modelos de gestão indireta é apontada como um entrave à sua utilização plena.

Tema	Principais conclusões
	<p>3. Apesar das dificuldades, foram também identificados exemplos de articulação bem-sucedida e de alinhamento estratégico:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A implementação no domínio da qualificação e inclusão demonstra forte articulação com o PRR e com o programa PESSOAS, com alinhamento nos critérios, indicadores e textos dos avisos, e uma divisão clara de responsabilidades: o PRR apoia diretamente os adultos, enquanto o PT2030 o faz através das OCS. • A articulação técnica com entidades como a ANQEP é valorizada, contribuindo para uma execução mais coesa. • Na área da investigação, destaca-se a complementaridade entre financiamentos da FCT e do ALGARVE 2030. Projetos alinhados com a RIS3 são cofinanciados, enquanto os não alinhados são apoiados na totalidade pela FCT, permitindo acomodar iniciativas relevantes fora da estratégia regional. <p>4. A gestão da complementaridade entre apoios nacionais e comunitários continua a representar um desafio operacional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Foram mencionadas situações em que entidades candidatas ao SI Inovação prescindiram de parcelas reembolsáveis para melhor gerir a complementaridade com outros apoios, como os TP. • No caso do Algarve, esta articulação entre fontes tem-se revelado particularmente difícil, exigindo ajustes caso a segunda fonte de financiamento não seja comunitária (ex: fundos LAQ2021 ou via BPF). • Embora teoricamente possível recorrer a sistemas híbridos, a sua aplicação prática continua limitada por obstáculos regulamentares e incerteza institucional.
Dinâmicas de Procura	<p>1. As dinâmicas de procura observadas no âmbito do ALGARVE 2030 revelam um cenário misto, marcado por elevada procura em algumas tipologias, mas com desafios significativos ao nível da qualidade, da adequação dos projetos e da capacidade de resposta dos promotores. Destacam-se os seguintes aspetos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nos Projetos de Inovação Produtiva, verificou-se uma procura elevada, mas acompanhada por candidaturas de fraca qualidade, com algumas propostas “maquilhadas” para se enquadrarem nos critérios definidos, revelando desajuste entre a oferta e as necessidades reais do tecido empresarial. • A percentagem de avisos desertos (28% em 2023) reflete esse desalinhamento entre oferta e procura, independentemente da existência de concorrência direta com o PRR. • A atratividade do PRR, pelas suas condições mais simples e favoráveis, tem alterado os comportamentos de candidatura, levando muitos beneficiários a reorganizarem as suas prioridades em função dos incentivos disponíveis. • Apesar disso, em áreas como a I&DT copromoção, a procura foi superior ao esperado, sinalizando algum esforço de promoção regional e melhoria das condições de acesso. <p>2. Nalguns domínios, a procura revela continuidade face a ciclos anteriores, embora condicionada por fatores estruturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em termos gerais, a procura mantém-se em linha com o histórico da região, com um ligeiro aumento na participação.

Tema	Principais conclusões
	<ul style="list-style-type: none"> • A taxa de insucesso tende a ganhar expressão num universo pequeno de candidaturas, dificultando análises estatísticas robustas. • No caso de certos avisos, a resposta foi rápida e positiva – como no exemplo do aviso lançado em janeiro de 2024 para os Centros Qualifica, cujas candidaturas chegaram muito estruturadas, beneficiando da experiência anterior e de critérios bem ajustados. • A existência de metas claras, como o foco na taxa de certificação, e de estratégias atualizadas contribuiu para a maturidade das propostas. <p>3. Algumas dificuldades estruturais limitam a mobilização de entidades, sobretudo em domínios mais exigentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • As exigências associadas às candidaturas a fundos comunitários desincentivam muitas entidades, que acabam por recorrer a outras fontes de financiamento mais acessíveis e locais. • No Algarve, a atuação em certos domínios é pouco estruturada, e a ausência de entidades com experiência específica dentro da rede nacional de apoio foi apontada como uma limitação expectável. • Apesar disso, admite-se a possibilidade de participação de entidades em processo de certificação, o que poderá alargar o leque de candidatos elegíveis. <p>4. A procura por instrumentos sociais tem sido significativa, embora nem sempre seja acompanhada pela capacidade de execução plena:</p> <ul style="list-style-type: none"> • As parcerias são o instrumento mais procurado, mas enfrentam desafios associados à necessidade de assegurar 20% de comparticipação por parte de investidores sociais, o que tem levado à desistência de algumas candidaturas. • Representantes regionais assumem frequentemente um papel ativo na ligação entre fundações, municípios e beneficiários, tentando viabilizar projetos. • Foram observadas várias candidaturas com mérito absoluto e, em alguns casos, os avisos foram reforçados devido à elevada procura. • O instrumento de “Empreendimentos” tem sido utilizado como motor de implementação, com resultados mistos – três entidades foram incentivadas, mas apenas uma conseguiu candidatar-se com sucesso. • A capacitação, testada em experiência piloto, não será continuada, já que o mercado supriu essa função com consultoras e outros instrumentos do 2030. <p>5. Algumas tipologias registaram procura significativa em áreas sociais prioritárias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entre 2023 e 2024, houve reforço de dotação para projetos com crianças e jovens (quase 2 milhões de euros), e um segundo aviso com âmbito mais alargado atraiu projetos centrados no isolamento de idosos e em temáticas sociais conexas. <p>6. Em setores específicos, nomeadamente o turismo, identificam-se barreiras adicionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A procura tem sido pouco qualificada, com projetos pouco diferenciadores e escassamente inovadores. • A ausência de auxílios regionais e o orçamento limitado do Algarve dificultam o financiamento, nomeadamente em requalificações turísticas e transformação de edifícios.

Tema	Principais conclusões
	<ul style="list-style-type: none"> • Limites de apoio às PME (20%) criam entraves à viabilidade dos projetos, agravados por dificuldades de acesso a financiamento externo e por expectativas de retorno a longo prazo. • Continuam a surgir projetos com foco em alojamento local, considerados desajustados face às prioridades regionais. • A região é frequentemente percebida como rica, mas enfrenta carências estruturais significativas, agravadas pela sazonalidade, que influencia diretamente os modelos de contratação e investimento.
<p>Perfil da Procura</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. O perfil da procura observado no âmbito do ALGARVE 2030 evidencia desequilíbrios entre a quantidade de candidaturas submetidas e a sua qualidade, bem como constrangimentos relacionados com critérios de avaliação e exigências administrativas. Destacam-se os seguintes aspetos: <ul style="list-style-type: none"> • A procura tem sido elevada em determinadas áreas, como a inovação produtiva, mas a qualidade das candidaturas é, em geral, considerada abaixo do esperado. • Na I&DT, os projetos em copromoção superaram as expectativas, com uma procura reforçada e resultados positivos. • Nos Centros Qualifica, os beneficiários já eram entidades com experiência acumulada, o que contribuiu para a solidez das candidaturas e o alinhamento com os padrões de qualidade. 2. Os critérios de elegibilidade e avaliação têm gerado dificuldades, com impacto direto na taxa de aprovação: <ul style="list-style-type: none"> • Muitas candidaturas são excluídas por falhas formais, e não por falta de mérito. • Alguns projetos avançam sem licenças aprovadas, o que leva à sua rejeição, sendo criticada a obrigatoriedade de apresentar documentação completa à partida. • Defende-se que certos processos de licenciamento, sobretudo em setores como o turismo, poderiam decorrer em paralelo à candidatura. • Há também preocupação com a documentação exigida na fase de encerramento dos projetos já em curso. 3. A aplicação dos critérios de avaliação levanta dúvidas quanto à sua proporcionalidade e consistência: <ul style="list-style-type: none"> • A ponderação atribuída ao alinhamento com a RIS3 – que pode atingir 40% – é vista como excessiva e dificultadora da diferenciação entre projetos. • Embora os critérios sejam considerados adequados, o seu peso relativo pode influenciar de forma desproporcionada os resultados. • Em áreas como a ciência e o turismo, foram referidos casos em que projetos não alinhados com a RIS3 obtiveram boa pontuação, com base na sua qualidade intrínseca. • A subjetividade na avaliação de projetos turísticos foi também apontada, nomeadamente quanto ao contributo territorial e ao tipo de intervenção.

Tema	Principais conclusões
	<p>4. Outros fatores técnicos e operacionais influenciam a composição da procura:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Na eficiência energética, o valor mínimo de investimento é considerado desajustado, limitando o número de candidaturas. • No FSE+, a adoção de OCS tem sido benéfica, ao contribuir para a desburocratização dos processos. • Nos domínios da qualificação, a existência de uma carta de qualidade e de grelhas de análise alinhadas com essa referência tem reforçado a coerência das candidaturas. • A ANQEP assegura uma análise consistente, baseada no conhecimento das exigências técnicas e operacionais do setor.
<p>Facilitadores / Condicionantes do arranque do Programa</p>	<p>1. O arranque do ALGARVE 2030 foi amplamente condicionado por diversos fatores operacionais, institucionais e tecnológicos, refletindo os efeitos da sobreposição com o encerramento do PT2020 e a concorrência com o PRR. Com destaque para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O arranque coincidiu com um momento de grande pressão sobre as equipas técnicas, que tiveram de gerir simultaneamente o encerramento do PT2020 e a transição para o novo ciclo. A sobrecarga foi agravada pela existência de equipas incompletas e pelo cansaço acumulado. • A perda de know-how durante a transição entre sistemas (ex: do AG+ para o PESSOAS) dificultou a análise técnica, sobretudo em áreas novas, obrigando ao recurso a consultorias externas especializadas. • Houve grande dificuldade em contratar e reter recursos humanos qualificados, em especial para a administração pública, devido à concorrência com o setor privado, aos salários pouco atrativos e à elevada carga de trabalho. • A estrutura de execução continua ainda muito dependente de recursos do PT2020, o que impacta negativamente a análise de candidaturas e os pedidos de pagamento. <p>2. A operacionalização dos sistemas de informação e das plataformas digitais foi um dos principais constrangimentos identificados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O atraso no desenvolvimento e estabilização dos módulos dos sistemas informáticos afetou diretamente o funcionamento inicial, nomeadamente o Balcão dos Fundos e os formulários de candidatura. • Em alguns casos, os sistemas foram alterados pouco antes do arranque, sem realização de testes prévios, o que originou problemas técnicos e necessidade de sucessivos esclarecimentos. • Verificaram-se falhas críticas, como a impossibilidade de submissão de resultados de avaliação e a inexistência de módulos para introdução de despesas por parte de investigadores, o que levou à decisão de não abrir mais candidaturas em certas áreas. • A articulação com os restantes Programas Operacionais (ex: Centro, Lisboa) também foi afetada por estes constrangimentos tecnológicos. <p>3. A articulação institucional e a estrutura de governação revelaram-se insuficientes em algumas dimensões:</p>

Tema	Principais conclusões
	<ul style="list-style-type: none"> • O modelo de governação foi considerado estabilizado, mas existem fragilidades na coordenação técnica, com risco de falhas sob pressão política. • Nos casos dos ITI, como o da Água, o modelo foi descrito como complexo, com muitas reuniões e reduzida efetividade – sendo referido que, na primeira fase, não se registaram candidaturas. • Algumas competências passaram dos Organismos Intermédios para a Autoridade de Gestão, o que gerou atrasos operacionais, por exemplo nos pagamentos, que chegaram a apresentar intervalos de 22 dias úteis. • Faltam pareceres e orientações por parte de entidades centrais, como a AD&C, o que condiciona a fluidez da implementação em várias áreas. <p>4. A concorrência com o PRR foi um fator adicional que condicionou o arranque:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O lançamento quase simultâneo dos dois instrumentos, aliado à maior simplicidade procedimental do PRR, desviou o interesse dos beneficiários e limitou a atenção dedicada ao ALGARVE 2030. • A maior atratividade do PRR, pelas condições mais favoráveis e menor complexidade, resultou numa procura inferior no ALGARVE 2030 e num número reduzido de candidaturas contratualizadas. <p>5. Apesar dos constrangimentos, foram também referidos elementos positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alguns entrevistados destacaram que, apesar dos desafios, a comunicação com os beneficiários tem sido fluída, especialmente em contextos com um número reduzido de candidatos. • Em casos pontuais, foi possível reforçar a dotação de avisos com base no mérito das candidaturas recebidas. • No contexto do PESSOAS, a relação é descrita como positiva, com boa articulação entre entidades e reconhecimento da experiência acumulada por parte dos Centros envolvidos.
Iniciativas de comunicação	<p>1. As iniciativas de comunicação desenvolvidas no âmbito do ALGARVE 2030 foram, em geral, bem recebidas, ainda que se apontem oportunidades de melhoria na regularidade e adequação das ações. Com destaque para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A Linha dos Fundos tem desempenhado um papel positivo no apoio aos beneficiários, ajudando a esclarecer dúvidas e a aliviar a pressão sobre os serviços. • Foram mencionadas iniciativas relevantes como o roteiro de capacitação e o modelo da academia promovido pela AICEP e pelo IAPMEI, considerados úteis para reforçar competências. • Contudo, a formação oferecida é por vezes excessiva e concentrada no tempo, limitando a possibilidade de aplicação prática. Foi sugerido que as ações formativas fossem mais metódicas e regulares. <p>2. Foram também referidas práticas de comunicação local com impacto positivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os Centros Qualifica recorrem a rádios locais para promover certificações e divulgar eventos, o que tem contribuído para uma ligação mais próxima com a comunidade.

Tema	Principais conclusões
	<ul style="list-style-type: none"> • No entanto, este tipo de comunicação não foi diretamente associado à atuação do ALGARVE 2030, ficando centrado na dinâmica própria das entidades envolvidas. <p>3. Em domínios com maior complexidade técnica, o acompanhamento personalizado foi apontado como essencial:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Na área da Inovação Social, a comunicação contínua tem sido fundamental para apoiar as entidades nas fases de pré-preparação, candidatura e execução. • Representantes regionais têm desempenhado um papel ativo no território, promovendo sessões de esclarecimento e reuniões com os projetos. • Tem sido necessário explicar com frequência os conceitos base da Inovação Social, bem como as especificidades do modelo de financiamento, como custos simplificados, taxas fixas e montantes fixos por operação. • Algumas entidades não se encontram devidamente informadas, e sem o apoio direto da EMPIS e da AG o processo de candidatura seria significativamente mais difícil.
Eficiência operativa	<p>1. A eficiência operativa do ALGARVE 2030 tem sido fortemente condicionada por problemas relacionados com os sistemas de informação, complexidade regulamentar e centralização de processos, apesar de algumas melhorias pontuais. Com destaque para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O novo sistema AG+ foi amplamente referido como menos eficiente do que o anterior (SGO2020), apresentando retrocessos em funcionalidades, dificuldades de adaptação à junção de fundos (FEDER/FSE) e constrangimentos no back office. • Verificaram-se problemas técnicos como a ausência de notificações automáticas, demora na disponibilização de módulos e falta de clareza nos circuitos operacionais, com impacto direto nos prazos e na fluidez da tramitação. • Embora alguns problemas já tenham sido mitigados, continuam a existir bugs, funcionalidades em falta e dificuldades de comunicação através do Balcão dos Fundos, considerado pouco funcional por várias entidades. • Em áreas como a ciência, o prazo padrão de 60 dias para análise é visto como irrealista devido à necessidade de peritagem externa e escassez de especialistas. <p>2. A centralização de competências e a perda de autonomia operacional foram também apontadas como fatores críticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • As entidades gestoras deixaram de poder emitir ordens de pagamento, ficando apenas com a função de parecer técnico, o que gera atrasos e frustração entre os beneficiários. • A ausência de autonomia, aliada à dependência de entidades centrais e à lentidão nos processos de validação, contribui para atrasos que, em alguns casos, se estendem por semanas ou meses. • Foi igualmente referida a redução da delegação de competências nos Organismos Intermédios, o que impacta negativamente a agilidade dos procedimentos. • As dificuldades no processo de contratação pública também limitam a implementação de inovações e criam rigidez nos modelos de intervenção. <p>3. A complexidade regulatória e a carga administrativa são outros fatores que dificultam a eficiência:</p>

Tema	Principais conclusões
	<ul style="list-style-type: none"> • O excesso de planos estratégicos a considerar, aliado à complexidade dos regulamentos e à falta de clareza nos critérios de avaliação, dificulta a análise e a preparação de candidaturas. • A análise tornou-se mais demorada e passa por múltiplos níveis de validação, nem sempre considerados úteis pelos intervenientes. • Foi sugerida a introdução de inteligência artificial no sistema para apoiar a avaliação de mérito e elegibilidade, como forma de compensar a carga de trabalho manual. <p>4. Apesar dos constrangimentos, registaram-se algumas melhorias operativas, sobretudo ligadas à utilização dos OCS (Operações com Custos Simplificados):</p> <ul style="list-style-type: none"> • As OCS foram amplamente valorizadas por simplificarem o processo de análise, reduzirem os encargos administrativos e introduzirem uma cultura de responsabilidade partilhada. • A sua aplicação é descrita como uma mudança qualitativa em relação ao modelo anterior baseado em custos reais, onde se imputavam frequentemente custos indiretos mal justificados. • Em áreas como os Centros Qualifica, as OCS permitiram incluir técnicos administrativos no financiamento, contribuindo para uma melhor gestão das equipas. • Foram também apontadas como facilitadoras em contextos de menor capacidade técnica, permitindo uma maior clareza e previsibilidade na afetação de recursos. <p>5. A articulação institucional e o planeamento dos avisos continuam a exigir melhorias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • As decisões de planeamento foram consideradas tardias, com timings apertados e pouca previsibilidade para os beneficiários. • O modelo de governação dos ITI, em particular, foi descrito como pouco eficaz, contribuindo para atrasos na tramitação. • Alguns entrevistados apontaram que os OI deveriam ter sido envolvidos mais cedo na definição dos avisos, como forma de garantir maior adequação à realidade operacional. • Apesar das limitações, foram referidas boas relações com os técnicos e canais de reporte, bem como a utilidade dos fundos para promover mudanças qualitativas nas entidades beneficiárias.
Indicadores	<p>1. As opiniões sobre os indicadores utilizados no ALGARVE 2030 revelam uma avaliação globalmente positiva quanto à sua adequação e articulação com os sistemas existentes, embora se identifiquem dificuldades operacionais e técnicas, sobretudo na sua aplicação prática e na definição de indicadores de impacto. Com destaque para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os indicadores são, na sua maioria, considerados simples e em linha com os do anterior período de programação, sendo descritos como adequados, de fácil leitura e alinhados com os objetivos das políticas públicas. • Em áreas como a qualificação, os indicadores estão totalmente articulados com os sistemas internos (ex: SIGO) e refletem a prática diária das entidades, permitindo um reporte regular e fluído. • A existência de três grandes indicadores (inscrição, encaminhamento e certificação) é vista como positiva, contribuindo para a eficiência da monitorização.

Tema	Principais conclusões
	<ul style="list-style-type: none"> • A proximidade dos Organismos Intermédios com os beneficiários facilita a definição realista das metas e o acompanhamento do seu cumprimento. <p>2. Apesar da avaliação positiva geral, subsistem dificuldades operacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Algumas intervenções não estão devidamente cobertas pelos indicadores dos avisos, dificultando a monitorização e a adequação entre o que é realizado e o que é reportado. • As entidades são, por vezes, obrigadas a adaptar os seus sistemas internos para recolher dados exigidos, o que nem sempre é exequível. • Problemas nos sistemas de informação impedem o suporte completo ao apuramento dos indicadores, obrigando a reportes manuais sucessivos. • A interpretação dos indicadores pode variar, sobretudo em áreas como a recuperação urbana, onde conceitos como “espaço público” são considerados ambíguos. • Na eficiência energética, os indicadores são vistos como mais complexos e de difícil demonstração – por exemplo, a redução de consumo num hotel pode depender da ocupação e não refletir diretamente o impacto da intervenção. <p>3. A definição e uso dos indicadores de impacto é uma das principais dificuldades referidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Muitas entidades revelam não compreender bem o conceito de indicador de impacto, focando-se principalmente em indicadores de realização. • Cada projeto tende a utilizar um indicador distinto, dificultando a agregação e a avaliação global dos resultados. • Estão a ser feitos esforços para desenvolver mecanismos de agregação de dados e facilitar a análise transversal, nomeadamente em projetos sociais como apoio a idosos isolados, saúde ou sucesso escolar. <p>4. Outros fatores estruturais e legais afetam a operacionalização dos indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Foram referidas alterações legislativas (ex: SIMPLEX Urbanismo) que impactaram os procedimentos de reporte e exigiram adaptações, nomeadamente no caso de licenciamento urbanístico. • A falta de orientações técnicas claras levou a atrasos na obtenção de respostas formais, com impacto direto no cumprimento das obrigações de reporte. • Questões como a não oeração de ativos cofinanciados e a ausência de procedimentos específicos da AD&C para salvaguarda de hipotecas foram também apontadas como pontos críticos.
Outras Considerações	<p>1. Foram identificadas diversas questões transversais com impacto na operacionalização do ALGARVE 2030, relacionadas com a carga administrativa, a gestão das equipas, a adequação dos modelos de financiamento e a necessidade de capacitação técnica. Com destaque para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A crescente complexidade dos programas exige perfis técnicos com competências diversificadas, incluindo funções de fiscalização, o que nem sempre é compatível com os recursos existentes. • A carga de trabalho elevada, aliada à falta de pessoal, afeta a qualidade da gestão e o bem-estar das equipas.

Tema	Principais conclusões
	<ul style="list-style-type: none"> • A multiplicação de linhas de financiamento, com calendários sobrepostos, dificulta o planeamento estratégico e a absorção dos fundos. • Aumentou o número de tipologias e o volume das candidaturas, tornando difícil uma gestão focada exclusivamente em cada aviso. <p>2. Várias observações incidiram sobre os critérios de análise e os modelos de avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os critérios de mérito são considerados úteis, mas o seu número e nível de detalhe tornam o processo de análise moroso e exigente para as equipas técnicas. • Foi referida a necessidade de interpretar com maior flexibilidade certas questões sociais, que nem sempre se enquadram numa lógica binária. • Há casos em que entidades com bom desempenho operacional apresentam más candidaturas, e vice-versa. • Foi sugerida a simplificação dos processos e o reforço do financiamento até ao final do quadro comunitário, garantindo a continuidade das respostas e a proteção das dimensões mais frágeis. <p>3. No que respeita ao financiamento e reporte, os entrevistados destacaram vários aspetos práticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A adoção de modelos baseados em custos simplificados ou taxas fixas (ex: 40%) tem agilizado o processo de análise e reduzido a carga burocrática, evitando o controlo exaustivo de despesas como eletricidade ou contratação pública. • Ainda assim, persistem dificuldades com os formulários de reporte, apontando-se o excesso de colunas e a falta de clareza sobre os campos a preencher. • Foi sublinhada a ausência de ações de capacitação por parte da AD&C, sendo que a EMPIS tem promovido algumas, embora sem conhecimento técnico profundo do sistema de reembolso. • Foi sugerida a criação de materiais de apoio práticos, como vídeos curtos sobre dúvidas recorrentes. <p>4. Foram também abordadas questões específicas em setores como investigação e qualificação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A adoção da metodologia de custos unitários, recomendada pela FCT, exigiu coordenação com várias entidades (DGEC, AD&C, Comissão Europeia, Ministérios das Finanças), e continua a suscitar dúvidas quanto aos mecanismos de acompanhamento. • A plataforma Balcão dos Fundos é vista como pouco adequada para investigadores, levando a FCT a lançar avisos semelhantes na sua própria plataforma, com maior celeridade. • Em projetos de I&D, é elegível a realização de obras, mas não a compra de edifícios. O custo unitário é calculado com base numa metodologia internacional validada pelo Eurostat. <p>5. Outras reflexões incidiram sobre elementos estratégicos e estruturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Foi reconhecida a importância de incluir perfis adicionais nas equipas de projeto, como mediadores, júris e especialistas externos, com relevância também para os custos associados a materiais, livros e equipamentos informáticos. • A não elegibilidade de ajudas de custo, apesar da necessidade de itinerância, foi criticada.

Tema	Principais conclusões
	<ul style="list-style-type: none"> • Destacou-se o despacho n.º 1391/2025 como um reforço ao papel dos Centros no acompanhamento de adultos ao longo da vida, sugerindo-se que os futuros avisos combinem estabilidade com flexibilidade. • Foi também mencionada a possibilidade de explorar soluções como garantias através do BPF, que, se bem desenhadas, podem alavancar projetos de maior escala. • A integração de inteligência artificial, a interoperabilidade e a simplificação de processos foram apontadas como caminhos relevantes para o futuro do sistema.

Anexo A8. Sinopse dos Focus Group

Quadro A12. Resumo temático dos principais contributos dos focus group realizados

FG	Principais conclusões
<p>FG 1.1 - ITI CIM</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. A equipa de avaliação identificou um conjunto de conclusões transversais, com destaque para: <ul style="list-style-type: none"> • A sobreposição entre o encerramento do PT2020, a execução do PRR e o arranque do Algarve 2030 gerou fortes pressões operacionais e de planeamento, quer para os beneficiários, quer para as autoridades envolvidas. • As dificuldades centram-se, sobretudo, na escassez de recursos humanos qualificados: i. Falta de técnicos nas áreas de engenharia e arquitetura; ii. Incapacidade de acompanhar simultaneamente os vários instrumentos; iii. Dependência de empreiteiros externos, com custos mais elevados e menos capacidade de resposta. • A maturidade exigida dos projetos (rubricas criadas, cabimento, pronto para lançar) é muitas vezes difícil de garantir face aos prazos e exigências dos AAC, o que contribui para atrasos e candidaturas devolvidas. • O mercado de empreitadas revela-se incapaz de absorver o volume de investimentos previsto: i. Concursos desertos; ii. Subidas de preços acima dos valores base; iii. Escassez de mão de obra, sobretudo a nível regional. 2. Relativamente aos obstáculos à preparação e submissão de candidaturas, as principais reflexões centraram-se em três áreas: <ul style="list-style-type: none"> • Documentação exigida no momento da candidatura: i. Dificuldade em apresentar certos documentos (ex: certificado energético, fontes de financiamento) dentro dos prazos de submissão; ii. Falta de flexibilidade nos procedimentos, mesmo quando os projetos estão praticamente prontos. • Excesso de AAC abertos em simultâneo: i. As equipas técnicas não conseguem dar resposta a todos os avisos; ii. Os promotores sentem-se obrigados a hierarquizar candidaturas e deixar outras por submeter. • Desajustes entre TO, critérios e indicadores: i. Indicadores genéricos que não se adequam a operações muito específicas (ex: intrusão salina); ii. Incongruência entre objetivos e indicadores, dificultando a avaliação e monitorização; iii. AAC que apontam para candidaturas individuais, dificultando projetos em parceria.

FG	Principais conclusões
	<p>3. Quanto à execução e metas, destacaram-se vários desafios com impacto direto na operacionalização:</p> <ul style="list-style-type: none"> • As metas definidas em áreas como a gestão da água (ex: perdas) foram consideradas excessivamente ambiciosas, tendo em conta os prazos e as dotações disponíveis. • A pressão dos prazos, especialmente no PRR, tem levado à submissão de candidaturas com dúvidas quanto à sua exequibilidade, com receio de que não sejam concluídas até março de 2026. • A articulação entre instrumentos ainda não permite uma passagem fluida de projetos de um programa para outro. i. Não há garantias de aprovação; ii. As diferenças procedimentais dificultam a transição. • Foram identificadas dificuldades de execução relacionadas com o Balcão dos Fundos: i. Limitações na inserção de despesa; ii. Falhas técnicas e dificuldade em submeter pedidos de pagamento; iii. Situação prejudicial tanto para beneficiários como para a AG, gerando atrasos e insatisfação generalizada. <p>4. Os participantes apresentaram ainda várias propostas e sugestões de melhoria, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reforçar a flexibilidade nos procedimentos: i. Permitir maior tolerância na submissão de documentos comprovativos; ii. Ajustar o grau de maturidade exigido às características dos projetos e territórios. • Valorizar o trabalho já realizado, nomeadamente no Plano Regional de Eficiência Hídrica, integrando as medidas previstas no ALGARVE 2030. • Reforçar a componente de apoio aos municípios: i. Considerar o reforço financeiro (ex: 20M€ adicionais) para cobrir operações que não se concretizem no PRR; ii. Estudar majorações na taxa de cofinanciamento. • Promover maior articulação entre instrumentos, evitando sobreposição de áreas e reforçando a coerência na programação e execução. <p>5. Finalmente, em termos das perspetivas futuras, os participantes demonstraram preocupação com o equilíbrio entre ambição e capacidade de execução. O encerramento do PRR e a regra n+3 impõem um calendário exigente, obrigando à aceleração de processos sem comprometer a qualidade dos investimentos.</p> <p>6. Como notas finais da sessão, relevou-se que o sistema se encontra sob grande pressão, mas existe um forte compromisso institucional em garantir a boa execução do ALGARVE 2030. A simplificação de procedimentos, a adequação dos indicadores e a articulação estratégica entre programas foram identificadas como condições-chave para reforçar a eficácia e o impacto dos fundos estruturais na região.</p>
<p>FG 1.2 - ITI Água</p>	<p>1. A equipa de avaliação identificou um conjunto de conclusões transversais, com destaque para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A ITI Água foi considerada uma iniciativa com objetivos relevantes, sobretudo ao nível da proteção dos recursos hídricos e da gestão integrada do território. No entanto, desde o início, foram levantadas preocupações quanto à sua coerência territorial e operacional. • Um dos aspetos mais críticos apontados foi a baixa taxa de cofinanciamento (40%) aplicada à região do Algarve, em contraste com os 85% praticados no Alentejo. Esta diferença tem impacto direto na viabilidade dos projetos, sobretudo os de natureza não lucrativa, e agrava as desigualdades territoriais.

FG	Principais conclusões
	<ul style="list-style-type: none"> • Foram também identificadas limitações estruturais: i. Falta de técnicos capacitados e meios institucionais; ii. Sobrecarga das equipas que gerem vários instrumentos em simultâneo; iii. Dificuldades da Administração Central em assumir competências de intervenção no território. • A execução tem sido muito reduzida: apenas duas candidaturas aprovadas (uma em cada região), o que reflete os constrangimentos mencionados. Os projetos identificados carecem, na sua maioria, de maturidade suficiente e não têm garantias de financiamento. <p>2. Relativamente aos obstáculos à mobilização da ITI, as principais reflexões centraram-se em cinco áreas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cofinanciamento e montante mínimo exigido: i. A taxa de 40% é vista como inibidora para promotores sem fins lucrativos; ii. O valor mínimo de 200 mil euros por candidatura é considerado excessivo para muitas associações e ADL. • Falta de articulação com intervenções urbanas e multifuncionais: i. Projetos ligados à drenagem, reutilização de águas pluviais ou à paisagem urbana não encontram enquadramento na ITI; ii. Essas intervenções são remetidas para outros objetivos estratégicos (ex: OE 2.5), fora da lógica integrada da ITI. • Projetos com tipologias muito específicas e sem alternativa de financiamento: i. Muitos não se enquadram nos instrumentos atuais; ii. A falta de flexibilidade impede o ajustamento às necessidades concretas do território. • Dificuldade de substituição do papel dos privados: i. A Administração Pública vê-se forçada a assumir responsabilidades que, em teoria, caberiam aos particulares (ex: intervenção em águas interiores); ii. Esta realidade cria bloqueios na implementação. • Falta de rede e concertação: i. Foi referida a necessidade de maior envolvimento das ADL na mobilização dos promotores; ii. A CCDR é vista como entidade com conhecimento estratégico, podendo coordenar melhor a articulação territorial. <p>3. Quanto à execução e desafios institucionais, destacaram-se ainda:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A sobreposição com outros instrumentos (PRR, Fundo Ambiental, PEPAC) gera dispersão de recursos e reduz a capacidade de concentração de esforços na ITI. • Os mesmos técnicos e estruturas são chamados a responder a múltiplos avisos e programas, dificultando a hierarquização e operacionalização das candidaturas. • A contrapartida nacional continua a ser uma limitação séria, sobretudo para promotores públicos com orçamentos exíguos e múltiplas frentes de atuação. <p>4. Os participantes apresentaram algumas sugestões para reforçar a mobilização da ITI, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rever a taxa de cofinanciamento e os valores mínimos de investimento, de forma a adaptar o instrumento à realidade regional e ao perfil dos promotores. • Alargar o âmbito da ITI a projetos de natureza urbana e a intervenções multifuncionais, valorizando o papel da água na resiliência e qualidade dos espaços urbanos. • Explorar mecanismos de co-promoção entre entidades, que permitam dividir custos e ultrapassar limitações financeiras (ex: consórcios locais). • Reforçar a articulação entre CCDR, ADL e Municípios, promovendo uma rede de partilha, aconselhamento e apoio técnico mais eficaz.

FG	Principais conclusões
	<ol style="list-style-type: none"> 5. Finalmente, em termos das perspetivas futuras, os participantes consideraram que a ITI continua a ser um instrumento útil, com potencial para responder a problemas estruturais do território. No entanto, para que esse potencial seja concretizado, será necessário garantir maior flexibilidade, reforço de apoio técnico e equilíbrio territorial nas condições de acesso. 6. Como notas finais da sessão, relevou-se que, apesar das dificuldades, existe um elevado interesse em mobilizar este tipo de instrumento. O desafio estará em ajustar a sua arquitetura à realidade dos territórios e dos beneficiários, assegurando condições equitativas de acesso e uma estratégia verdadeiramente integrada.
FG 2	<ol style="list-style-type: none"> 1. A equipa de avaliação recolheu um conjunto de contributos transversais, com destaque para: <ul style="list-style-type: none"> • Verificaram-se limitações na capacidade do Programa em captar a procura desejada, sobretudo devido à dificuldade de muitas entidades em acomodar os encargos exigidos face aos montantes aprovados. • Foi referida a baixa adequação dos valores de cofinanciamento em algumas tipologias, nomeadamente na área do acolhimento a vítimas de tráfico e violência, onde os custos de funcionamento (ex: renda de espaços, equipa técnica) não são integralmente cobertos. • A rigidez dos 40% para gestão de recursos humanos em determinados projetos foi referida como um entrave significativo, não permitindo cobrir a diversidade de despesas envolvidas. • A maturidade das iniciativas foi também apontada como uma dificuldade: muitos dos projetos identificados não estavam suficientemente desenvolvidos no momento da candidatura, o que dificultou a sua formalização. 2. No que respeita aos procedimentos e plataformas, destacaram-se várias dificuldades operacionais: <ul style="list-style-type: none"> • O Balcão dos Fundos foi percecionado como menos intuitivo comparativamente ao anterior (PT2020), especialmente no arranque. As entidades relataram um início mais confuso, com prazos curtos e respostas extemporâneas. • O tempo de resposta da Linha dos Fundos foi considerado demorado em alguns momentos críticos, dificultando a submissão atempada de candidaturas. • A integração de dados entre o Balcão e o sistema SIGO (no caso dos Centros Qualifica) foi identificada como um problema persistente, dado que os ficheiros extraídos não incluem toda a informação exigida. Esta limitação aumenta a carga de trabalho e a necessidade de cruzamento manual de dados. • Foi sugerida uma maior antecedência na divulgação dos avisos e linhas de financiamento, para permitir uma preparação mais eficaz das candidaturas. 3. Relativamente à implementação dos projetos e cumprimento de metas, as principais dificuldades identificadas foram: <ul style="list-style-type: none"> • A dificuldade em cumprir metas rígidas, como no caso do acolhimento de emergência, onde o número de beneficiários é imprevisível. • As limitações impostas por regras de constituição das equipas técnicas (ex: perfis exigidos, percentagens de afetação) foram referidas como um constrangimento à flexibilidade das respostas, sobretudo quando há baixas imprevistas. • Verificaram-se dificuldades em assegurar turmas com o número mínimo de formandos, especialmente em formações de nicho e com públicos estrangeiros, propondo-se maior flexibilidade para turmas mais pequenas.

FG	Principais conclusões
	<ul style="list-style-type: none"> • Foi também referido que, em situações de substituição de técnicos, a ausência de flexibilidade nos regulamentos comprometeu a execução financeira e a capacidade operacional. <p>4. Quanto à população-alvo e contexto regional, as seguintes questões foram destacadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em alguns projetos de formação, as 40h exigidas não são contabilizadas como tempo de trabalho, um fator dissuasor para empresas e entidades formadoras, levando à autoexclusão. • Verificou-se que muitos adultos ativos no Algarve trabalham em setores sazonais (como a hotelaria e agricultura), sendo frequentemente aliciados por estas indústrias antes de concluir os percursos formativos. • A realidade específica da mão de obra estrangeira no Algarve foi identificada como uma dificuldade particular: i. Problemas na certificação escolar obtida fora de Portugal; ii. Dificuldade em reunir a documentação necessária para inscrição e certificação; iii. Baixa participação em formações modulares por falta de enquadramento adequado. • Algumas áreas de formação consideradas prioritárias na região (ex: turismo, hotelaria e comércio) foram referidas como menos privilegiadas nos avisos abertos, dificultando a resposta a necessidades concretas. <p>5. Foram também apresentadas sugestões de melhoria, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alargar a flexibilidade nos regulamentos, prevendo adaptações face a imprevistos como substituições temporárias ou ajustes às metas por fatores externos. • Reavaliar a estrutura das áreas de formação e os perfis de referência, incorporando competências transversais e dimensões psicossociais, frequentemente valorizadas, mas ainda ausentes em algumas tipologias de formação. • Aumentar a articulação entre programas (ex: ALGARVE 2030 e Pessoas 2030), evitando disparidades nos critérios de elegibilidade e na aceitação de candidaturas por alinhamento estatutário. • Adaptar os instrumentos à realidade regional, nomeadamente na recolha documental, reconhecimento de habilitações e desenho de programas para trabalhadores estrangeiros. <p>6. Finalmente, em termos de perspetiva futura, foi sublinhada a importância de garantir maior previsibilidade, flexibilidade e adequação dos programas ao contexto regional. A vontade de participação é evidente, mas os instrumentos precisam de melhor refletir as condições reais do território e dos seus públicos.</p> <p>7. Como notas finais da sessão, reforçou-se que o sucesso do ALGARVE 2030 dependerá da capacidade de garantir uma gestão flexível, de promover a articulação entre entidades e programas, e de ajustar os mecanismos de financiamento às características do território e dos beneficiários.</p>
<p>FG 3.1 - SI e CT&I</p>	<p>1. A equipa de avaliação recolheu um conjunto de reflexões transversais, com destaque para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A operacionalização dos projetos tem sido condicionada por um conjunto de fatores estruturais, nomeadamente a burocracia excessiva e a complexidade crescente dos procedimentos administrativos. Foi apontado que, por vezes, são exigidas candidaturas com 60 a 70 páginas, o que representa um esforço desproporcionado face à dimensão dos investimentos.

FG	Principais conclusões
	<ul style="list-style-type: none"> • A falta de clareza e flexibilidade na contratualização e no cumprimento de indicadores, em especial nos projetos de I&D, tem gerado incerteza sobre os critérios de avaliação e dificultado a monitorização. • A baixa taxa de comparticipação (cerca de 60%) em muitos avisos foi considerada um entrave à participação de várias entidades, em particular quando comparada com programas nacionais (ex: Compete) que oferecem taxas de 85%. • Foram referidas dificuldades técnicas no Balcão 2030, com destaque para formulários genéricos, linguagem demasiado técnica e pouca adequação aos diferentes perfis de beneficiários. As respostas recebidas são, muitas vezes, vagas ou repetitivas, com pouca utilidade prática. <p>2. Relativamente ao apoio aos beneficiários e à comunicação institucional, os participantes salientaram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A redução da proximidade entre as entidades gestoras e os promotores, que anteriormente permitia maior orientação na preparação das candidaturas. Esta falta de contacto direto foi referida como um dos fatores que aumentam a incerteza e os erros. • A linha dos fundos, apesar de existir, não responde eficazmente a dúvidas mais específicas. As respostas remetem frequentemente para o regulamento, sem oferecer esclarecimentos úteis. • Foi apontada a necessidade de reforçar a interação com organismos intermédios e promover maior articulação entre os mesmos, criando condições para decisões mais contextualizadas e respostas mais ágeis. • Algumas entidades referiram que o processo de aprovação de candidaturas está a tornar-se excessivamente formalista, centrado na forma e não na substância, o que compromete a eficiência e a relevância dos apoios. <p>3. Quanto à execução dos projetos e contratualização de metas, destacaram-se várias dificuldades:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A dificuldade em interpretar, quantificar e cumprir os indicadores contratualizados, em particular no caso de projetos de investigação, inovação ou impacto ambiental. A falta de exemplos e metodologias claras para cálculo foi identificada como um problema recorrente. • Foram referidas situações de incoerência entre avisos, com diferentes critérios de cálculo para os mesmos indicadores, gerando confusão e risco de incumprimento. • Alguns participantes consideraram que os indicadores são demasiado genéricos ou distantes da realidade das operações, servindo mais para fins estatísticos do que para avaliar o verdadeiro impacto dos projetos. • A ausência de formulários para reprogramações (ex: alterações ao investimento planeado face à evolução do mercado) foi identificada como uma limitação prática, dificultando o ajuste dos projetos a novas oportunidades ou necessidades emergentes. <p>4. Foram ainda apontados obstáculos específicos à participação de certos tipos de entidades, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A impossibilidade de laboratórios colaborativos liderarem candidaturas foi apontada como um entrave à promoção de projetos com impacto na inovação regional. • A dificuldade em encontrar empresas parceiras que alinhem com os objetivos científicos dos projetos dificulta a execução de ideias relevantes, mesmo quando há capacidade técnica instalada.

FG	Principais conclusões
	<ul style="list-style-type: none"> • Foi sugerido o desenvolvimento de avisos específicos para entidades não empresariais, como laboratórios ou instituições de interface, com regras mais ajustadas à sua realidade. <p>5. Em termos de avaliação global do programa e visão de futuro, os participantes manifestaram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Preocupações quanto à desadequação entre a ambição dos objetivos e os meios disponíveis, sobretudo nos domínios da diversificação económica, da inovação e da valorização do conhecimento. • Foi referida a lentidão no tempo de resposta dos avisos, com prazos longos entre submissão e decisão, o que desmotiva promotores e compromete oportunidades de investimento. • Defendeu-se a importância de promover maior responsabilização dos beneficiários, mas também de confiar mais nas suas competências e na substância dos projetos, reduzindo a carga burocrática associada. <p>6. Como notas finais da sessão, salientou-se que a eficácia do ALGARVE 2030 dependerá da capacidade de simplificar procedimentos, melhorar a clareza dos indicadores, reforçar o apoio técnico e ajustar os instrumentos às especificidades dos territórios e dos perfis dos promotores. A aproximação às entidades no terreno e a valorização do impacto real das operações foram identificadas como caminhos para melhorar a execução e os resultados do programa.</p>
<p>FG 3.2 - CTeSP</p>	<p>1. A discussão centrou-se na eficácia da captação de candidatos e nas condições de funcionamento e financiamento dos CTeSP, com destaque para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A dimensão populacional reduzida da região condiciona a capacidade de atrair candidatos, especialmente em áreas mais técnicas. Houve experiências anteriores em que cursos encerraram por falta de procura, apesar de iniciativas recentes de reforço de vagas. • As entidades demonstram forte conhecimento do tecido empresarial, com boas relações para angariação de estágios e visitas de estudo, embora enfrentem dificuldades na contratação de docentes, sobretudo em áreas muito especializadas. • Os processos de registo e acreditação foram apontados como burocráticos e morosos, desajustados ao ritmo necessário de resposta. Esta complexidade tem impacto direto na capacidade de lançar novas formações em tempo útil. • A formação técnica e pedagógica de docentes tem sido assegurada internamente, embora algumas ofertas tenham deixado de ser consideradas por ausência de financiamento. <p>2. Foram partilhadas experiências concretas de obstáculos à implementação de cursos, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O caso de um curso de secretariado clínico, cuja aprovação sofreu vários entraves administrativos, apesar de existir procura comprovada e interesse institucional. A mudança forçada de área CNAEF inviabilizou a submissão final. • A valorização profissional limitada dos diplomados de nível 5 em contexto público ou privado foi apontada como um desincentivo para os candidatos, mesmo quando existe mercado para estes perfis. • Apesar do interesse por parte de alunos com percursos alternativos, muitos acabam por tentar transitar para licenciaturas, o que implica uma vigilância redobrada dos docentes. • Há um défice de comunicação junto do ensino secundário, com baixa mobilização dos docentes para divulgar os CTeSP e esclarecer as saídas profissionais associadas. <p>3. Quanto à execução prática dos cursos, surgiram diversas preocupações operacionais:</p>

FG	Principais conclusões
	<ul style="list-style-type: none"> • A escassez de espaço para aulas, sobretudo num contexto de crescimento da oferta (com várias licenciaturas, CTeSP e mestrados), tem condicionado a gestão das instalações. • A aquisição de equipamentos técnicos chega, por vezes, com atraso face às necessidades do plano curricular – dificultando a experiência formativa no primeiro ano. • A gestão dos cursos exige grande flexibilidade para responder a estudantes com compromissos profissionais paralelos, sendo valorizado o esforço de concentrar aulas em três dias e a mediação personalizada por parte dos coordenadores. • A falta de docentes altamente especializados, sobretudo em áreas como videojogos ou bem-estar, deve-se em parte ao desalinhamento entre a remuneração oferecida e os valores praticados no mercado. <p>4. Do ponto de vista institucional e programático, destacaram-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A existência de uma pressão para cumprir taxas de conclusão, mesmo em cursos com públicos muito heterogéneos que requerem mais tempo de adaptação e acompanhamento. • Foi sublinhado que indicadores contratualizados, como os 68% de conclusão, podem ser demasiado exigentes. Em alguns casos, o valor real fixado foi de 65%. • As condições de elegibilidade abertas são vistas positivamente por permitirem percursos diversos, mas os cursos mais alinhados com o RIS3 acabam por ser privilegiados nos financiamentos. Áreas como contabilidade, secretariado ou desporto ficam, assim, mais marginalizadas, apesar de responderem ao mercado. • A burocracia é uma constante, tanto nos procedimentos internos das instituições como nos trâmites com as autoridades de gestão. A lentidão na disponibilização de avisos e fundos compromete o planeamento das ofertas e a instalação de recursos. <p>5. Relativamente à integração com o mercado de trabalho e o valor das formações, salientou-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O nível 5 continua a não ser valorizado salarialmente, nem nos estágios do IAFP nem nas carreiras públicas, sendo tratado como equivalente ao nível 4. • Os CTeSP são vistos por muitos como uma ponte para o ensino superior, com casos de sucesso de progressão até ao mestrado, mas ainda com pouco reconhecimento como formação terminal. • Em várias áreas fora do RIS3, como desporto, estética ou comércio, há procura empresarial não correspondida pela oferta formativa, criando lacunas no território. • O mercado de trabalho exige mais profissionais em áreas técnicas, mas há resistência institucional à sua inclusão nos eixos prioritários, o que limita a resposta a necessidades reais da região. <p>6. Como notas finais da sessão, reforçou-se que a eficácia dos CTeSP depende da capacidade de reforçar a articulação com o ensino secundário, reduzir os entraves administrativos, valorizar os diplomados e ajustar os critérios de financiamento à realidade do território. O investimento em comunicação e a flexibilização da gestão dos cursos foram apontados como fatores críticos para o sucesso e sustentabilidade destas ofertas.</p>
FG 3.3 - Inovação Social	<p>1. A discussão centrou-se nos desafios e condições de implementação de projetos de inovação social, com destaque para:</p>

FG	Principais conclusões
	<ul style="list-style-type: none"> • A dificuldade em angariar investidores sociais privados foi amplamente referida, mesmo quando os projetos tinham apoio municipal e relevância local comprovada. • Foi identificada uma baixa sensibilização do setor privado para o conceito de inovação social, com desconhecimento sobre o programa e ausência de estruturas dedicadas à responsabilidade social. • A sobrecarga administrativa, a morosidade nos processos e o desalinhamento entre os prazos das candidaturas e os tempos internos das entidades foram apontados como entraves à participação. • A limitação de recursos humanos nas equipas promotoras condiciona a capacidade de resposta e exige ajustamentos às metas inicialmente previstas. <p>2. Foram partilhadas experiências concretas de constrangimentos na preparação e execução dos projetos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projetos que tiveram de adaptar objetivos e prazos por redução de equipa ou dificuldades em operacionalizar ações junto de públicos com maior instabilidade social. • Dificuldades na articulação com escolas e agrupamentos escolares, onde a abertura institucional nem sempre é acompanhada de envolvimento efetivo por parte dos profissionais no terreno. • A exigência de contratualização de metas quantitativas foi considerada um fator de risco, sobretudo em projetos com públicos difíceis de mobilizar ou em contextos complexos. • Apesar da flexibilidade do programa, a exigência de traduzir impacto social em números a três anos foi apontada como difícil, nomeadamente no caso de jovens em situação de exclusão. <p>3. Quanto à execução prática dos projetos, surgiram preocupações operacionais e estruturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A elevada carga burocrática e a linguagem técnica dificultam o acesso de organizações com menor estrutura, como associações comunitárias ou pequenos coletivos. • Foi apontada a existência de um “nicho” de entidades com maior capacidade técnica para elaborar candidaturas, o que pode comprometer a equidade de acesso ao programa. • A sobreposição de linhas de financiamento com prazos e objetivos semelhantes gera confusão no terreno e dificulta o planeamento estratégico das organizações. • A desarticulação entre os sistemas de reporte internos dos projetos e os formatos exigidos pelos financiadores origina redundâncias e aumenta a carga administrativa. <p>4. Do ponto de vista institucional e estratégico, destacaram-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A necessidade de maior articulação entre o programa e entidades como as CCDR, a DGE e a DGES, especialmente em projetos com intervenção em contexto educativo. • Foi sugerida uma revisão dos critérios de majoração, de forma a valorizar a entrada de novos investidores sociais, e não apenas os que já tenham histórico de participação. • A falta de ferramentas verdadeiramente inclusivas foi considerada um obstáculo à democratização do acesso à inovação social, sobretudo fora dos grandes centros urbanos. • A inovação incremental, com base em práticas já existentes, mas melhoradas, parece menos valorizada nos atuais instrumentos, que tendem a privilegiar abordagens mais disruptivas. <p>5. Relativamente ao impacto no território e ao papel dos investidores sociais, salientou-se:</p>

FG	Principais conclusões
	<ul style="list-style-type: none"> • O envolvimento dos municípios é essencial, mas pode desvirtuar o objetivo do programa, que pretende mobilizar também entidades privadas e diversificar o financiamento. • Apesar das dificuldades, alguns projetos conseguiram estabelecer parcerias com a banca ou manter colaborações com empresas no âmbito da responsabilidade social. • O papel do investidor social foi amplamente reconhecido como essencial para a continuidade e sustentabilidade dos projetos no território, sobretudo após o término do financiamento. • Foi sugerida maior flexibilização da percentagem mínima exigida de cofinanciamento, permitindo majorações por metas voluntárias em vez de imposições obrigatórias. <p>6. Como notas finais da sessão, reforçou-se que a eficácia do programa depende de reforçar a sensibilização junto do setor privado, simplificar os processos de candidatura e promover maior equidade no acesso. Foi reconhecido o papel positivo da estrutura de missão, nomeadamente na proximidade com os promotores e no apoio técnico ao longo do processo. A valorização de projetos com impacto comprovado, o reconhecimento da diversidade territorial e a promoção de instrumentos adaptados à realidade das organizações foram apontados como aspetos críticos para o sucesso e sustentabilidade da inovação social.</p>

Anexo A9. Estudo de Caso

EC1 - CTeSP em Sistemas e Tecnologias de Informação

Beneficiário	Universidade do Algarve
Tipologia de Intervenção	Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP)

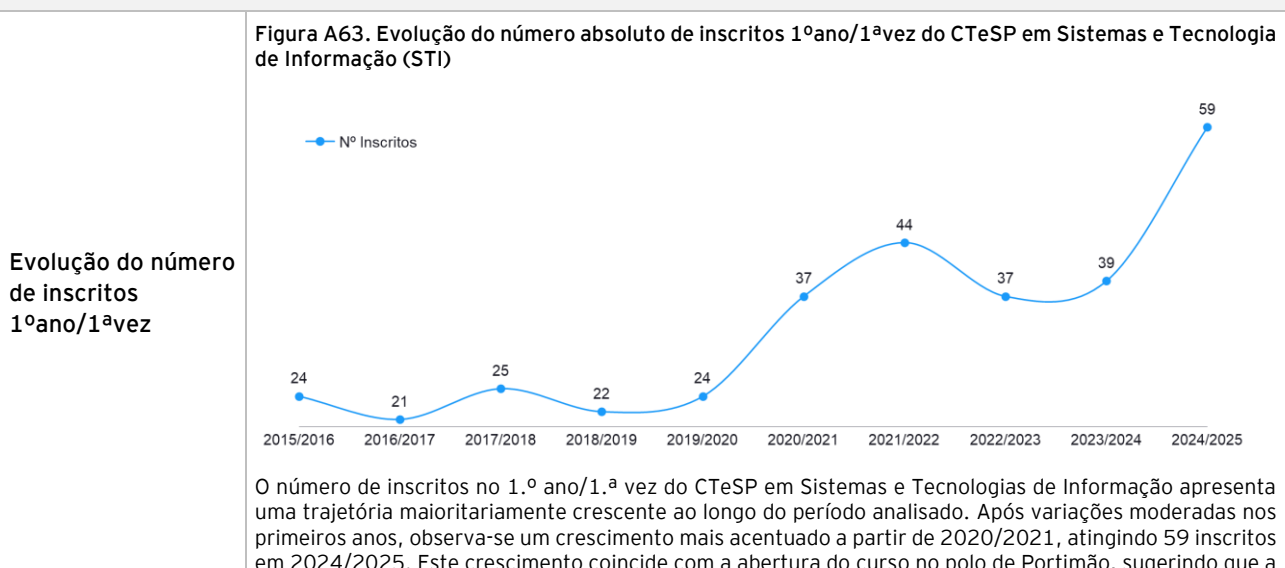
Motivos para Seleção de Estudo de Caso

- 1) O Curso Sistemas e Tecnologias de Informação é abrangido pela única operação aprovada, entre as três analisadas, que se encontra concluída (ALGARVE-FSE+-00002300), permitindo fazer uma análise mais detalhada sobre as taxas de conclusão e o percurso dos alunos inscritos após o término do curso.
- 2) No ano letivo de 2022/2023, o Curso em Sistemas e Tecnologias de Informação registou a maior adesão entre os cursos CTeSP lecionados na Universidade do Algarve, com 87 inscrições. A equipa de avaliação acredita que a elevada procura por este curso pode ser um ponto importante a explorar e a desenvolver.
- 3) Sem prejuízo do alinhamento global de todos os cursos abrangidos nesta operação com a RIS3, salientamos a importância deste curso por se enquadrar com as estratégias de digitalização e de desenvolvimento e inovação tecnológica da economia algarvia.

Enquadramento

Caraterização	A Universidade do Algarve apresentou a candidatura de financiamento a 10 Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP), repartidos por 9 áreas de educação e formação. Todos os cursos estão alinhados com a Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Algarve 2030. Sendo que 9 dos 10 estão cursos alinhados com as disciplinas de ciência, tecnologia, engenharia, arte e matemática (STEAM na sigla em Inglês). Todos os cursos visam dotar os estudantes com competências (conhecimentos, aptidões e atitudes) adequadas para o desempenho de um perfil profissional.
Objetivos	Os Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP) têm como objetivo principal proporcionar uma formação superior técnica, prática e especializada, que visa preparar os estudantes para o exercício de atividades profissionais em áreas específicas do mercado de trabalho.
Descrição do CTeSP em Sistemas e Tecnologias de Informação	O Curso Técnico Superior Profissional em Sistemas e Tecnologias de Informação centra-se na evolução recente do setor das TIC em Portugal, onde o emprego tem vindo a crescer e os dados apontam para uma maior procura de profissionais qualificados nos próximos anos. O curso oferece uma formação técnica de base em tecnologias e sistemas de informação, com uma forte componente de gestão e business intelligence. Os diplomados ficam preparados para desenvolver aplicações informáticas, bases de dados, conteúdos web e multimédia, trabalhando de forma autónoma, sob orientação ou integrados em equipa. O curso permite ainda prestar apoio informático a micro, pequenas e médias empresas, serviços públicos e outras organizações.

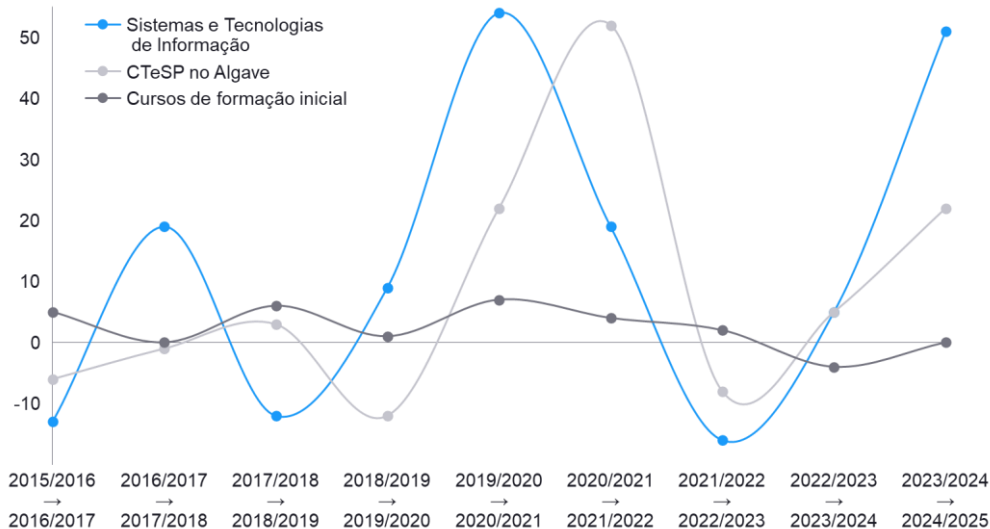
Recolha e análise de dados



EC1 - CTeSP em Sistemas e Tecnologias de Informação

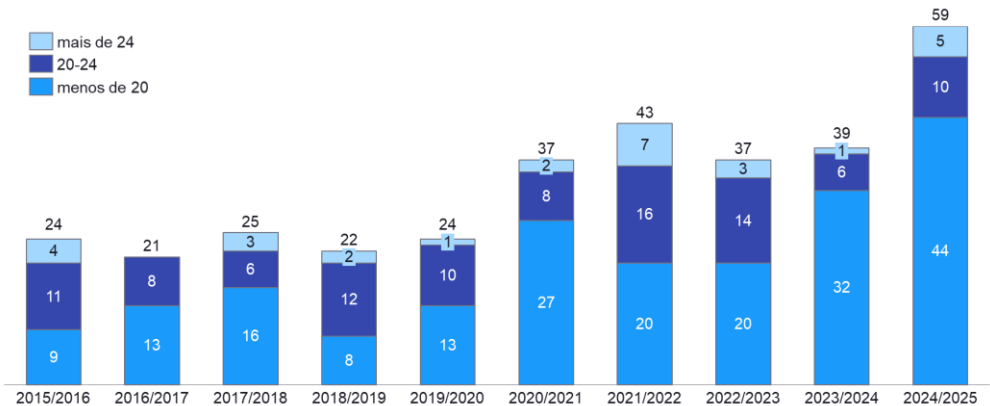
expansão territorial encontrou procura efetiva, já que a nova oferta atraiu um número significativo de novos inscritos.

Figura A64. Taxa de Crescimento do nº de inscritos CTeSP em STI face ao Algarve e ao Ensino Superior



Quando se comparam as taxas de crescimento, o CTeSP em Sistemas e Tecnologias de Informação apresenta variações mais acentuadas do que os restantes CTeSP no Algarve, embora siga a mesma direção geral nos anos de maior expansão. Face aos cursos de formação inicial, que mostram uma evolução bastante estável, este CTeSP evidencia um comportamento mais volátil, mas acompanha a tendência global de recuperação registada nos últimos anos. No geral, o curso cresce em linha com as dinâmicas regionais, ainda que com oscilações mais marcadas.

Figura A65. Evolução do perfil etário de inscritos 1ºano/1ªvez



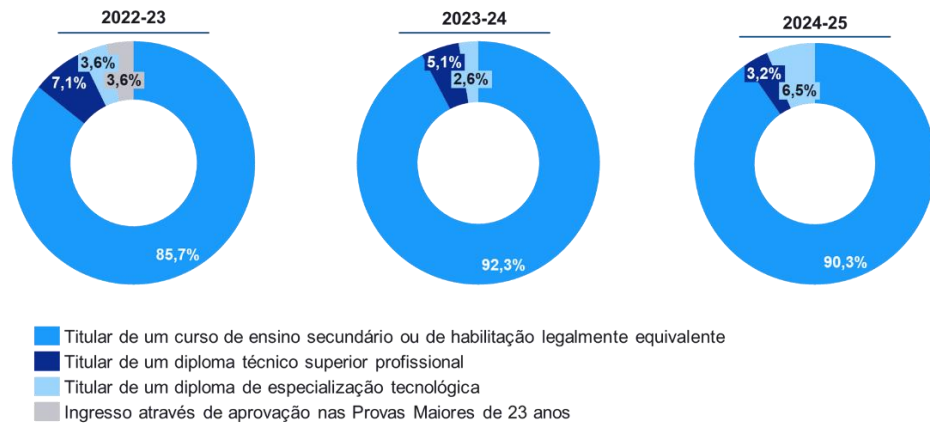
Evolução do perfil etário de inscritos 1ºano/1ªvez

A evolução do perfil etário dos inscritos no 1.º ano/1.ª vez revela um perfil progressivamente mais jovem da procura pelo CTeSP em Sistemas e Tecnologias de Informação. A faixa "menos de 20 anos" ganha expressão de forma muito marcada a partir de 2020/2021, tornando-se o principal grupo de inscritos até 2024/2025. Já os estudantes entre os 20 e os 24 anos mantêm uma presença relevante, embora mais irregular, enquanto os maiores de 24 anos representam uma parcela reduzida e oscilante. O curso mostra-se cada vez mais atrativo para candidatos mais jovens, indicando possivelmente a sua crescente relevância enquanto opção inicial de ingresso.

EC1 - CTeSP em Sistemas e Tecnologias de Informação

Evolução da forma de ingresso

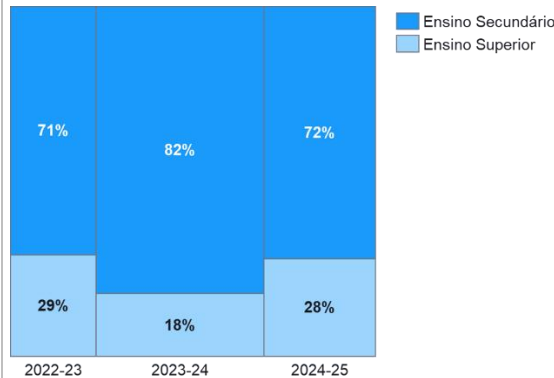
Figura A66. Evolução da forma de ingresso 2022-2025



A forma de ingresso mostra que a grande maioria dos inscritos entra no curso através do ensino secundário, mantendo-se acima dos 90% nos últimos dois anos. As restantes vias de acesso têm um peso reduzido e tendencialmente decrescente, com destaque para a diminuição do ingresso por diplomas de CTeSP e para o desaparecimento da via Maiores de 23 anos. Apenas os titulares de diploma de especialização tecnológica revelam alguma variação, embora representem uma parcela muito pequena do total.

Habilitações dos Pais dos Inscritos

Figura A67. Distribuição das Habilitações dos Pais (2022-2025)



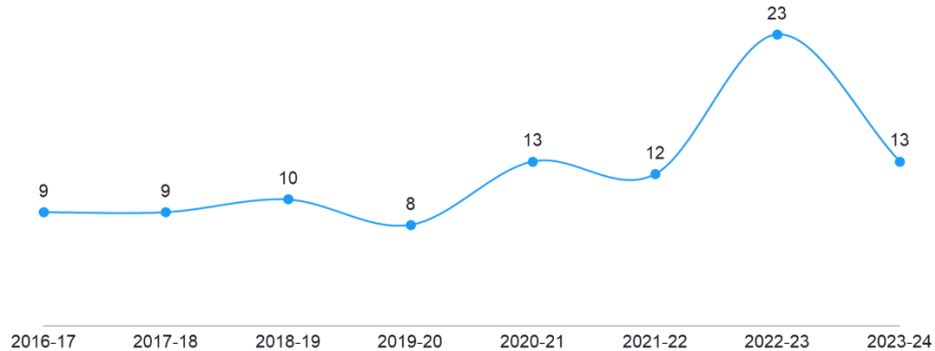
As habilitações dos pais dos inscritos revelam um padrão bastante estável ao longo dos três anos analisados, com a grande maioria a possuir como nível máximo o ensino secundário. A proporção de pais com ensino superior permanece reduzida, variando entre 18% e 29%. Este perfil sugere que o curso atrai sobretudo estudantes provenientes de famílias com qualificações intermédias

Motivações dos alunos para a escolha da IES/Curso

As motivações para a escolha da instituição e do curso mantêm uma consistência significativa ao longo dos últimos anos, com a localização a surgir sistematicamente como o fator mais valorizado. Seguem-se motivos ligados ao prestígio e qualidade da oferta, ao alinhamento com interesses vocacionais e à procura de maior qualificação ou empregabilidade, embora em 2024/2025 ganhem destaque razões como a influência de familiares e a possibilidade de acesso direto ao curso pretendido. É igualmente relevante notar que a motivação "não consegui entrar noutra curso" tem um peso residual ou inexistente, indicando que a inscrição neste CTeSP resulta sobretudo de escolha intencional e não de uma alternativa de recurso.

EC1 - CTeSP em Sistemas e Tecnologias de Informação

Evolução do número de diplomados



O número de diplomados no CTeSP em Sistemas e Tecnologias de Informação revela alguma variação ao longo dos anos, mantendo-se entre 8 e 13 até 2021/2022. Em 2022/2023 observa-se um aumento excecional para 23 diplomados, seguido de uma descida para 13 no ano seguinte. No conjunto, os dados sugerem uma tendência moderadamente positiva, ainda que marcada por oscilações anuais.

Entrevistas

Síntese Entrevista a Alunos

Os alunos descrevem motivações muito diversas para ingressar no CTeSP em Sistemas e Tecnologias de Informação, mas todas alinhadas com o modelo dos CTeSP. Há quem venha diretamente do ensino secundário, sobretudo de vias profissionalizantes, procurando continuidade numa formação prática e orientada para o mercado de trabalho. Outros retomam percursos formativos incompletos e veem no CTeSP uma alternativa mais vantajosa do que formações modulares, valorizando o facto de permitir concluir o nível 5 dentro do ensino superior e “entrar logo no sistema”, o que abre portas a progressões futuras. Existem também alunos já integrados no mercado de trabalho, que procuram qualificação formal para melhorar condições laborais.

A maioria dos alunos entrevistados afirma que os CTeSP ainda têm pouca divulgação, sobretudo entre quem abandonou a escola cedo ou está desempregado, e consideram que estes cursos deveriam ser muito mais promovidos nas escolas, no IEFP e junto de adultos que poderiam beneficiar de uma alternativa mais útil do que outras ofertas que “não lhes trouxeram muito”. Para muitos, a existência do curso na UAAlg foi determinante; apesar de a localização não ser sempre o fator principal, a maior parte reconhece que, sem uma opção pública e acessível na região, dificilmente teria prosseguido estudos, uma vez que as alternativas em áreas de tecnologia são maioritariamente privadas e consideradas demasiado caras.

Os alunos relatam que o curso corresponde às expectativas, oferecendo conteúdos apelativos e um ensino prático, com curta duração e estágio integrado. Não se candidataram a licenciaturas nem a outros cursos: o Curso TeSP foi a primeira e única opção, e não uma opção de recurso. Reconhecem, no entanto, desafios importantes, do quais se destaca a dificuldade em manter-se no local de estágio devido a rotatividade ou limitação de vagas. Embora exista apoio da universidade, a adequação depende muito da proatividade do aluno, porque a oferta de estágios é condicionada pelo tecido produtivo da região.

Os alunos gostariam de presenciar um envolvimento mais direto das empresas, através da realização de mais visitas, intervenções em contexto de aula e o contacto direto com potenciais empregadores. Ainda assim, afirmam que as bases aprendidas são úteis e aplicáveis, mesmo que algumas linguagens ou ferramentas usadas no mercado não coincidam totalmente com as lecionadas. Nos estágios, há quem aplique o que aprendeu, mas existe o risco de não conseguir permanecer na empresa, o que afeta a transição para o emprego.

Alguns colegas dos entrevistados trabalhavam durante o curso, incluído em tempo inteiro, e conseguiram gerir, mas há casos de desistências, sobretudo devido à pressão sazonal do setor do turismo.

No que diz respeito aos resultados após o curso, alguns alunos expressam vontade de prosseguir para licenciatura e reconhecem que o CTeSP desempenha um papel importante na entrada de novos alunos no ensino superior sobretudo para quem vem de percursos profissionalizantes. Alguns colegas sentiram dificuldades em alcançar os objetivos pretendidos, incluindo arranjar emprego na área. Ainda assim, há bastantes casos de sucesso, com alunos que conseguiram ficar na empresa onde estagiaram ou conseguir um emprego na área pretendida.

Os participantes mencionam que este curso constitui uma oferta crítica e relevante para a região, sendo uma alternativa acessível e uma forma de alargar a base de recrutamento para o ensino superior, combinando uma componente profissionalizante com necessidades reais das empresas. No geral, a

EC1 - CTeSP em Sistemas e Tecnologias de Informação

	<p>experiência é avaliada como positiva, apesar dos desafios ligados aos estágios, ao envolvimento das empresas e às dificuldades de conciliação com o trabalho para alguns estudantes.</p>
Síntese Entrevista a Membros da Direção	<p>A direção de curso identifica uma mudança gradual no perfil dos candidatos ao CTeSP em Sistemas e Tecnologias de Informação. Inicialmente, a maioria dos estudantes vinha do ensino profissional, muitas vezes por não conseguir aceder às licenciaturas, mas nos últimos anos verificou-se também a entrada de alunos do ensino regular. Os dados mais recentes mostram uma distribuição semelhante entre ambos os percursos no conjunto da faculdade. A procura mantém-se estável e permitiu abrir uma nova turma em Portimão, em colaboração com a Escola do Turismo, que rapidamente ficou completa e atraiu sobretudo alunos do sotavento, que dificilmente se deslocariam para Faro devido aos custos de alojamento.</p> <p>A instituição refere não ter dificuldades de procura, mas sim desafios à saída, uma vez que as taxas de conclusão são reduzidas e uma parte substancial dos estudantes prossegue para licenciaturas uma tendência recente que a direção associa a maior equidade no acesso. A grande maioria dos candidatos nacionais é originária do Algarve, com alguns estudantes da zona de Beja, e tem crescido o número de candidatos internacionais, sobretudo dos PALOP e do Brasil.</p> <p>A equipa docente destaca que o investimento recente permitiu abrir a turma de Portimão e melhorar as condições de Faro, com novas salas equipadas com computadores, rede e outros recursos digitais, reduzindo assim o número de alunos deslocados. Em paralelo, o curso beneficia da formação pedagógica promovida pela reitoria, centrada em aprendizagem ativa, quadros interativos e aperfeiçoamento pedagógico, bem como de oportunidades de formação dirigidas aos docentes da casa. Referem que a atualização constante é essencial, sobretudo num contexto em que as empresas da região começam a introduzir novas ferramentas e tecnologias, nomeadamente no âmbito da inteligência artificial, que têm sido integradas de forma gradual e ainda embrionária no plano de estudos.</p> <p>A articulação com o tecido empresarial faz-se através do conselho da qualidade e dos conselhos consultivos das escolas, nos quais participam empresários que contribuem para alinhar o desenho curricular com as necessidades regionais. Antes da abertura do curso foi realizado um inquérito às empresas que permitiu ajustar o plano de estudos, e ao longo dos anos foram incorporadas pequenas alterações com base no feedback recolhido. A ligação às empresas é reforçada através dos estágios, feiras empresariais, palestras, visitas de estudo e da proximidade a um hub empresarial onde os alunos visitam instalações e assistem a apresentações. Estes mecanismos permitiram ajustar o curso às necessidades identificadas pelas empresas e garantir a atualização contínua.</p> <p>Quanto aos resultados, a direção sublinha que a taxa de diplomados está abaixo do desejado, não por abandono definitivo, mas devido às interrupções associadas ao trabalho sazonal no setor do turismo. A partir de março, muitos alunos começam a trabalhar por necessidade financeira ou familiar e, não tendo contrato formal, não podem aceder ao estatuto de trabalhador-estudante, o que dificulta o cumprimento da obrigatoriedade de 75% de assiduidade. Muitos acabam por regressar mais tarde e concluir o curso em três anos ou mais. A pandemia também trouxe dificuldades adicionais na aquisição de algumas competências.</p> <p>Em termos de inserção profissional, a colocação é muito elevada, praticamente todos os diplomados ficam nas empresas onde estagiaram, ingressam noutras empresas ou prosseguem estudos. Algumas empresas tentam ainda acolher estudantes através de estágios profissionais via IEFP, embora nem sempre consigam manter o vínculo após o período de apoio.</p>
Conclusões	
Eficácia e valor acrescentado europeu	<p>O curso evidencia elevada eficácia, demonstrada pelo aumento consistente da procura e pela capacidade de justificar a expansão para o pólo de Portimão, que rapidamente ficou completo. A atratividade do curso ultrapassa o Algarve, captando estudantes de outras regiões, e confirma a importância da sua natureza distintiva: uma formação profissionalizante d, percecionada como primeira opção por muitos candidatos. As entrevistas revelam que a existência desta oferta foi determinante para a decisão de prosseguir estudos, funcionando como uma alternativa pública e acessível face às opções privadas existentes na região. O financiamento teve um papel decisivo na qualificação das instalações e no reforço da capacidade formativa, permitindo abrir novas salas, modernizar equipamentos e ampliar a oferta territorial.</p>
Riscos	<p>O principal risco identificado está associado ao abandono ou interrupção temporária motivados pela forte pressão do mercado de trabalho sazonal no setor do turismo. A partir de março, muitos estudantes começam a trabalhar por necessidade financeira, ficando impossibilitados de cumprir os requisitos de assiduidade por não terem contrato formal que permita aceder ao estatuto de trabalhador-estudante. Este fenómeno contribui para taxas de conclusão mais baixas em dois anos e para trajetórias prolongadas, criando instabilidade no percurso académico. Trata-se de um risco estrutural da região, cuja mitigação exige estratégias adicionais de apoio e acompanhamento aos estudantes.</p>
Oportunidades	<p>Existe um potencial ainda pouco explorado para atrair adultos que interromperam precocemente o percurso educativo, um público que os próprios alunos identificam como particularmente beneficiário deste tipo de formação. Embora reconhecido como uma oferta com forte pertinência para quem procura requalificação ou retorno à educação, este segmento ainda tem fraca representação no curso. Um reforço</p>

EC1 - CTeSP em Sistemas e Tecnologias de Informação

da divulgação junto de escolas, centros de emprego e público adulto poderia ampliar significativamente a base de recrutamento. A tendência crescente para prosseguimento de estudos em licenciaturas revela igualmente oportunidades de expansão futura e consolidação do curso na região.

Anexo A10. Matriz de Avaliação

Indicadores de resposta às SubQA/EOR	Técnicas de recolha de informação/ Fontes-Stakeholders	Técnicas de tratamento e análise	Estratégia de resposta às SubQA/EOR e às QA
<p>Coerência QA1. Existem complementaridades e/ou sinergias e/ou sobreposições entre as intervenções do PR e outras intervenções a atuar sobre o mesmo constrangimento ou território (nomeadamente relação entre Programas Temáticos e Regionais e entre estes e o PRR e outros instrumentos de política regional/setorial)?</p>			
<p>1.1. Concluir sobre o: i) Grau de complementaridade - (...); ii) Grau de sinergia - (...) iii) Grau de sobreposição - (...)</p>			
<ul style="list-style-type: none"> Instrumentos de apoio FEEI e não FEEI que cobrem os constrangimentos e/ou objetivos e tipologias de objetivos e grupos-alvo em cada instrumento (matrizes) Indicadores de procura dirigida aos ITI (candidaturas, volume de fundo solicitado) por constrangimento e/ou objetivo, território e grupo-alvo % beneficiários que candidata intervenções articuladas (dentro e fora do PR) % beneficiários que desconhece a existência de outros instrumentos de apoio para os mesmos constrangimentos/objetivos 	<ul style="list-style-type: none"> Recolha documental (Texto do Programa, outros Programas do Portugal 2030, PRR e outros instrumentos de política pública) Recolha de dados do SI (dados sobre Avisos, candidaturas e aprovações) Entrevistas a AG, OI, CIM e AD&C; FG #1.1 e 1.2; Inquéritos 	<ul style="list-style-type: none"> Análise estatística e de dados Análise de conteúdo de documentação, entrevistas, FG Análise integrada de informação qualitativa, triangulando os diferentes inputs e estruturando-os sob a forma de narrativa; 	<ul style="list-style-type: none"> Focada nos Investimentos Territoriais Integrados com Plano de Ação aprovado (ITI CIM - OE 5.1, e ITI Água e ecossistemas de paisagem - OE 5.2.), a presente QA visa: i) aferir a coerência da abordagem preconizada na arquitetura programática do Programa, nomeadamente no que respeita a potenciais complementaridades ou sinergias com outros instrumentos de financiamento regionais, nacionais e/ou comunitários, tendo presente o policy mix dos seus grandes pilares de intervenção e o contexto vigente, nomeadamente em termos das principais necessidades dos territórios e dos atores regionais; ii) avaliar o potencial de sobreposição de intervenções previstas com outros instrumentos de política pública regional/setorial e a forma como estas estão a condicionar a implementação dos ITI (existência de riscos de “concorrência” entre instrumentos, e consequentes ineficiências no uso dos recursos públicos ou de constrangimentos/necessidades a descoberto nos apoios do Programa). A resposta contemplará: Inventariação dos instrumentos de apoio mobilizados pelo ALGARVE 2030 no âmbito dos ITI, bem como outros financiados por FEEI e não FEEI (PRR, por exemplo), considerando os objetivos, os públicos-alvo, os territórios-alvo, as formas de apoio e as TO; Avaliação da adequação dos instrumentos às necessidades dos atores e da região. Os inquéritos e os FG permitirão perceber até que ponto os apoios respondem a efetivas necessidades, como se estabelecem articulações com outros instrumentos, de modo a potenciar os resultados a alcançar, e como se evitam sobreposições (prevenindo efeitos de concorrência entre intervenções e garantindo a eficiência dos recursos mobilizados); Conclui-se com uma análise matricial de complementaridades (potenciais e efetivas), procurando aferir ainda da existência de sobreposições ou efeitos concorrenciais.
<p>Eficiência Operativa QA2. O Programa está a ser capaz de mobilizar a procura desejada (em quantidade e qualidade), assegurando o alinhamento das operações candidatas com os objetivos do Programa e dos respetivos instrumentos de apoio, tendo em conta as características da procura potencial?</p>			
<p>2.1. Concluir sobre a eficácia do Programa na captação da procura desejada (em quantidade e qualidade). Concluir sobre os fatores determinantes dos níveis de procura registados, incluindo a eficácia da comunicação, a existência e o cumprimento do Plano de Avisos, a adequação do processo de seleção definidos, a facilidade de acesso/utilização e adequação dos sistemas de informação e dos procedimentos administrativos, o papel dos Organismos Intermédios, a utilização de custos simplificados e a operacionalização dos Instrumentos Territoriais, entre outros fatores.</p>			

<ul style="list-style-type: none"> • Indicadores de procura (nº de candidaturas, fundo solicitado, taxas de admissibilidade, aprovação e de compromisso) • Estatísticas descritas das classificações de mérito • Tipologia de entidades candidatas e de beneficiários • Grau de concretização do Plano de Avisos • Grau de concretização das ações estabelecidas no Plano de Comunicação • Perceção dos beneficiários sobre a adequação das TO, Avisos e respetivas condições de elegibilidade e de seleção • Perceção dos beneficiários sobre a frequência, clareza e utilidade das ações de comunicação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilização dos resultados da QA3 • Recolha documental (TdA, texto dos Avisos, grelhas de análise, Plano de Avisos, Plano de Comunicação, descrição do SGC, formulários, manuais de apoio); • Recolha de dados do SI (dados sobre Avisos, candidaturas e aprovações); • Entrevistas AG, OI, AD&C • FG #2, #3.1, #3.2, #3.3 • Inquéritos 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise estatística e de dados • Análise de conteúdo de documentação, entrevistas, FG • Matrizes de procura • Análise integrada de informação qualitativa, triangulando os diferentes inputs e estruturando-os sob a forma de narrativa; 	<ul style="list-style-type: none"> • A eficiência do Programa depende da capacidade de captar procura em quantidade e qualidade adequadas aos objetivos e metas programados, a qual depende por sua vez de um conjunto alargado de fatores internos e externos à gestão do Programa, que devem estar identificados na TdP/toda, podendo destacar-se: i) relevância das tipologias e formas de apoio às necessidades dos beneficiários e destinatários; ii) adequação das ações de comunicação e divulgação dos apoios do Programa; (iii) cumprimento do Plano de Avisos e adequação dos Avisos face às necessidades (considerando o ritmo de lançamento, dotações e elegibilidades); iv) exigência dos procedimentos e requisitos a cumprir nas candidaturas e adequação das ferramentas de trabalho (plataforma, formulários, guias etc); v) eficácia do processo de seleção (analisado na QA3). A resposta à QA terá em consideração, de forma transversal, os meios e atividades previstos na TdA, em particular as dimensões regulamentares e operacionais (e.g. modelo de delegação de competências, operacionalização dos Instrumentos Territoriais) que possam limitar a eficiência operativa. A resposta envolve: • Análise dos Avisos, cálculo dos indicadores de procura, e classificação dos avisos, por TO, em escalões de nível de procura total e qualificada (matriz de procura); • Recolha e análise documental e de dados sobre a execução do Plano de Avisos e Plano de Comunicação, e eventuais desvios face ao programado; • Identificação de casos extremos (excesso de procura face à dotação; baixo nível de procura ou de procura qualificada); • Avaliação da adequação da procura face às expetativas (subjacentes à TdP) e identificação dos principais fatores determinantes da procura. Este passo envolve a auscultação dos stakeholders: para os beneficiários, será apurada a perceção da adequação das ações de comunicação e dos Avisos e seus atributos (clareza, dotações, condições de elegibilidade, critérios de seleção, metodologia de custos simplificados, etc.) e dos procedimentos administrativos e respetivas ferramentas de suporte (simplicidade na submissão de candidaturas, etc.) face às suas necessidades e nível de capacitação. Para a AG/OI e restantes membros do CA, os inputs incluirão também aspetos técnicos e operacionais, incluindo os regulamentares, atribuições e estrutura da AG/OI, quadros de pessoal técnico. Os resultados das análises quantitativas e qualitativas serão cruzados com a matriz de procura, visando identificar os fatores determinantes da procura por TO. • Avaliação da integração das recomendações realizadas no âmbito da Avaliação Ex Ante ao ALGARVE 2030, nomeadamente: i) "Necessidade de valorizar alocação e capacitar os recursos organizacionais e humanos necessários, orientando-os para os resultados, sem os quais estes serão de difícil alcance, sobretudo quando se passa de áreas de intervenção físicas para áreas de intervenção imateriais"; ii) "Garantir que são mobilizados os meios e os canais de comunicação que maximizem a captação da procura potencial e promover a necessária simplificação da apresentação dos apoios e do seu quadro regulamentar e operacional que garanta o seu conhecimento por parte da procura potencial, mas que simultaneamente não a desmobilize por excesso de complexidade"; iii) "A AG deve, tanto quanto possível, disponibilizar o calendário de abertura de AAC, e garantir a sua regularidade, garantindo assim que a procura mobilizada concorre aos apoios do PR ALGARVE 2030 de forma planeada e menorizando as ineficiências na análise de candidaturas pouco planeadas".
---	--	---	---

Eficiência Operativa | QA3. O Programa está a ser capaz de selecionar as operações que lhe garantem melhor cumprimento dos seus objetivos, em tempo útil?

3.1. Concluir sobre a adequação do processo de seleção para garantir a apoio às operações com maior potencial de contributo para os objetivos do Programa. Concluir sobre os fatores determinantes, considerando, entre outros, os critérios e análise de admissibilidade e de mérito e respetivos prazos de decisão, o papel dos intervenientes nesse processo, de acordo com o

modelo de governação (ex. Comitês de acompanhamento e Redes de Articulação Funcional) e de delegação de competências e, quando aplicável, da operacionalização dos Instrumentos Territoriais.

<ul style="list-style-type: none"> • Taxas de admissibilidade, seletividade e sinistralidade por OE, TO e Aviso • Motivos de exclusão de candidaturas (admissibilidade/mérito/falta de dotação avisos) • Motivos de anulação/ rescisão de projetos aprovados • Estatísticas descritivas dos resultados de mérito • Prazos médios de decisão e desvios face ao estabelecido, por entidade (AG/OI) • Perceção dos beneficiários sobre a adequação dos prazos • Grau de adequação dos documentos e ferramentas de suporte ao processo de análise • Perceção dos beneficiários sobre a clareza e adequação dos critérios de seleção 	<ul style="list-style-type: none"> • Recolha documental (Programa, regulamentos específicos, Avisos, grelhas de análise, atribuições do Programa, orgânica e estrutura da AG e OI, quadros de pessoal técnico) • Recolha de dados do SI (dados sobre Avisos, candidaturas, aprovações e prazos); • Entrevistas com AG, OI, AD&C • FG #2, #2, #3.1, #3.2, #3.3 • Inquéritos 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise estatística e de dados • Análise de conteúdo de documentação, entrevistas, FG • Análise integrada de informação qualitativa, triangulando os diferentes inputs e estruturando-os sob a forma de narrativa; 	<ul style="list-style-type: none"> • O processo de seleção das operações a aprovar influi diretamente na eficiência operativa do Programa, na medida em que os procedimentos e critérios definidos devem balancear adequadamente, por um lado, níveis de complexidade e robustez que promovam o cumprimento de regras de seleção das operações com maior nível de mérito e maturidade, e por outro lado, o princípio da simplificação, de forma a não onerar de forma desproporcionada os agentes envolvidos (AG/OI, beneficiários) e a promover a implementação e conclusão dos procedimentos de aprovação em tempo útil. A resposta à QA terá em consideração, de forma transversal, as dimensões regulamentares e operacionais da AG/OI que possam impactar a eficiência operativa, nomeadamente os recursos alocados à análise de candidaturas, modelo de governação e delegação de competências e de operacionalização dos ITI. A resposta implica os seguintes passos: • Recolha e análise documental sobre os critérios de elegibilidade e de seleção; • Cálculo de indicadores de admissibilidade, mérito e sinistralidade das operações e de prazos de decisão (na fase de seleção) por OE, TO e Aviso e identificação de desvios no processo de seleção, no que respeita a prazos e ao mérito dos projetos selecionados (exclusão de projetos com elevado potencial ou seleção de projetos com baixa qualidade); • Avaliação da adequação do processo de seleção face aos objetivos e ao princípio da simplificação, e respetivos fatores determinantes. Este passo permitirá triangular os elementos analisados com os inputs dos stakeholders. Para os beneficiários, será apurada a perceção da clareza e pertinência dos critérios de seleção, bem como dos tempos de análise. Para a AG/OI, os inputs incluirão também aspetos técnicos e operacionais, incluindo os recursos humanos disponíveis, modelo de governação e operacionalização das ITI. • Avaliação da integração das recomendações realizadas no âmbito da Avaliação Ex Ante ao ALGARVE 2030, nomeadamente: "Garantir que as modalidades de apoio são adequadas ao contexto de atuação do Programa e são suficientes para produzir os efeitos esperados (sendo que alterações no contexto económico poderão conduzir a uma reavaliação do policy mix e das formas de apoio mobilizadas)"
---	---	--	--

3.2. Concluir sobre a eficácia dos critérios de seleção (considerando a natureza e número de critérios, a forma como se combinam entres si e os ponderadores que lhes estão associados) para concentrar os apoios nas operações de maior potencial face aos objetivos do Programa (com recurso a TdP). Nota: Diferenciar análise por diferentes modelos de gestão e delegação de competências.

<ul style="list-style-type: none"> • Taxas de admissibilidade, seletividade e sinistralidade por OE, TO e Aviso e outras desagregações relevantes • Taxa de aprovação, prazos de análise candidaturas • Estatísticas descritivas da classificação de mérito global e por critério 	<ul style="list-style-type: none"> • Recolha documental (Avisos e grelhas de análise, memórias descritivas; critérios de seleção por TI) • Recolha de dados do SI (dados sobre candidaturas, aprovações e prazos) 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise estatística e de dados • Análise de conteúdo de documentação e entrevistas • Mapeamento e/ou construção de matrizes análise em função da complexidade e 	<ul style="list-style-type: none"> • A presente QA constitui um aprofundamento da QA 3.1. centrada na pertinência e eficácia dos critérios de seleção para as seguintes TO: Parcerias para a Inovação Social, CTeSP, Criação, expansão ou modernização de micro e pequenas empresas (SI) e Investimento empresarial produtivo (SI). A resposta terá em consideração, as dimensões regulamentares e operacionais da AG/OI que possam limitar a eficiência e eficácia do processo de seleção nas Tipologias destacadas, nomeadamente os critérios de seleção de operações, disposições regulamentares que lhes deem respaldo e os modelos de gestão e de delegação de competências. A resposta à SubQA envolve os seguintes passos: • Recolha dos critérios de seleção definidos por Aviso, TI e OI e candidaturas a que os mesmos foram aplicados;
--	---	---	---

<ul style="list-style-type: none"> • Coeficientes de correlação entre pontuações de critérios e entre essas e a classificação final 	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevistas a AG, OI e AD&C • Inquéritos 	<p>exigência dos critérios</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análise integrada de informação qualitativa, triangulando os diferentes inputs e estruturando-os sob a forma de narrativa; 	<ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento das disposições em sede de Aviso mais exigentes em função da sua complexidade (natureza e número de critérios e ponderadores) e de exigência (procedimentos e evidências documentais); • Cálculo de indicadores de mérito, admissibilidade e sinistralidade das operações, de prazos de decisão, por OE, TO, Aviso e OI, e análise cruzada com o mapeamento efetuado nos passos anteriores; • Apuramento das pontuações obtidas nos diferentes critérios de seleção das candidaturas analisadas, identificação de motivos de exclusão e análise de coerência e articulação entre critérios (e.g. pontuação média nos diferentes critérios, coeficientes de correlação entre eles); • Análise dos efeitos dos indicadores de mérito regional e aferição do contributo dos mesmos para atrair projetos de qualidade para a região, quando aplicável (e.g. SI); • Identificação dos principais desvios no processo de seleção, no que respeita a prazos e ao mérito dos projetos selecionados e auscultação da AG/OI sobre fatores determinantes e contributo dos critérios de seleções para a aprovação de projetos alinhados com os objetivos do Programa, considerando a TdP (diferenciar análise por diferentes modelos de gestão e delegação de competências); • Análise cruzada dos elementos recolhidos nos passos anteriores e triangulação com a perspetiva dos stakeholders, em particular AG/ OI, concluindo-se pelo contributo dos critérios para a eficácia e eficiência do Programa e pela identificação de necessidades de ajustamento (e.g. maior ou menor neutralidade / caráter discriminatório dos critérios)
--	---	---	---

Eficácia | QA4. A implementação do Programa (ritmo de compromisso e de execução física e financeira e qualidade/adequação das operações aprovadas) até ao momento, em cada uma das áreas de intervenção, permite assegurar o cumprimento das metas e dos objetivos do Programa?

4.1. Concluir, atendendo ao ritmo de implementação do Programa e dos projetos, sobre o realismo das metas definidas ao nível de cada um dos objetivos específicos do Programa e sobre as perspetivas de atingir essas metas, traduzidas pelos indicadores de realização e resultado. Explicitar as causas para perspetivas de desempenho eventualmente diferenciadas, quer para as áreas de intervenção com melhores perspetivas de cumprimento das metas, quer para as áreas de intervenção em que se perspetivam maiores dificuldades, incluindo constrangimentos inesperados na implementação dos projetos. Nos fatores externos, explicitar em que medida os custos de contexto condicionam (em ritmo e qualidade) a apresentação de candidaturas e a execução dos projetos aprovados.

<ul style="list-style-type: none"> • Nível de execução das metas dos indicadores físicos • Taxas de compromisso e de execução financeira por OE/TO • Ritmo de execução médio necessário para garantir cumprimento de metas • Tipologia de fatores que causaram constrangimentos na submissão de candidaturas • Tipologia de fatores (internos ou externos) que condicionam a execução dos projetos 	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilização dos resultados das respostas às QA2 e 3 • Recolha de dados SI (dados sobre aprovações e execução) • Entrevistas a AG, OI e AD&C • FG #2, #2, #3.1, #3.2, #3.3 • Inquéritos 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise estatística e de dados • Análise de conteúdo de documentação e entrevistas, FG • Análise integrada de informação qualitativa, triangulando os diferentes inputs e estruturando-os sob a forma de narrativa; 	<ul style="list-style-type: none"> • Com a resposta à QA pretende-se verificar se os objetivos que nortearam o desenho e implementação do Programa (previstos na TdP do Programa) e os resultados visados (metas) estão a ser alcançados. A análise permitirá ainda desenvolver uma leitura crítica sobre a pertinência e realismo das metas - à luz da execução - tomando como referência casos em que se perspetivem desvios significativos. Será dada particular atenção à capacidade do Programa para mobilizar a procura e selecionar as melhores operações, bem como a outros fatores internos relacionados com a operacionalização dos apoios e contratualização de resultados, na medida em que estas possam estar associadas e ajudar a explicar diferenças nos níveis de progresso face aos objetivos (mobilizando os resultados da resposta à QA2 e QA3). Quanto a fatores externos ao Programa com efeitos no seu desempenho, serão analisados fatores condicionadores (ou facilitares) da apresentação de candidaturas e do arranque e implementação dos projetos na esfera dos promotores (e.g. capacidade de autofinanciamento ou acesso a outras fontes de financiamento, recursos técnicos e humanos disponíveis, etc) e eventuais custos de contexto (e.g. procedimentos administrativos e exigências legais nacionais no âmbito de processos de contratação pública, processos de licenciamento, etc), considerando também os
---	--	---	---

<ul style="list-style-type: none"> • % de beneficiários apoiados que espera: i) cumprir as metas contratualizadas ii) executar o total do investimento aprovado 			<p>diferentes níveis de experiência e capacitação dos beneficiários para responder às exigências legais e administrativas (do Programa e outras não associadas aos FEEI). A resposta envolverá:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aferição do nível de compromisso, execução e realização financeira e estimação do esforço de execução necessário à absorção da dotação dos FEEI; • Aferição do nível de realização física (por OE) e dos principais desvios; • Análise da capacidade para alcançar os objetivos e as metas definidas, tendo em consideração: i) as perspetivas dos beneficiários relativamente à capacidade de alcance dos resultados contratualizados e da total realização do investimento previsto; ii) a análise de tendência dos projetos em execução (relação entre os níveis de execução e resultados previstos e os efetivos) ii) o realismo das metas (à luz do ritmo de execução) e à luz da perceção dos stakeholders (AG, OI e AD&C); • Identificação de principais causas para os desvios verificados, nomeadamente os principais fatores (conjunturais vs estruturais; internos vs externos) que condicionam a eficácia do Programa e das operações, com particular enfoque nos fatores internos e no que respeita aos custos de contexto particularmente impactantes na execução das operações.
<p>4.2. Concluir se as operações aprovadas, atendendo às suas características, reúnem condições para atingir os resultados intermédios (TdP) e, conseqüentemente, os objetivos do Programa.</p>			
<ul style="list-style-type: none"> • Indicadores da TdP • Tipologia de indicadores de resultado contratualizados • Nível de execução dos indicadores (da TdP e contratualizados) • % de beneficiários apoiados que espera: i) cumprir as metas contratualizadas ii) executar o total do investimento aprovado • % de beneficiários apoiados que espera que o projeto contribua para determinados objetivos (a definir em sede de relatório inicial) 	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilização dos resultados da resposta às QA2 e QA3 • Recolha documental, incluindo memórias descritivas e/ ou relatórios de execução • Recolha de dados SI (dados sobre aprovações e execução) • Entrevista a AG, OI e AD&C • FG #3.1, #3.2, #3.3 • Inquéritos • Estudo de caso 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise estatística e de dados • Análise de conteúdo de documentação e entrevistas, FG • Matrizes de cruzamento de indicadores • Análise integrada de informação qualitativa, triangulando os diferentes inputs e estruturando-os sob a forma de narrativa; 	<ul style="list-style-type: none"> • A presente SubQA, debruçando-se sobre 4 tipologias - Parcerias para a inovação social, CTeSP, Criação, expansão ou modernização de micro e pequenas empresas (SI), Investimento empresarial produtivo (SI) - e pretende aferir se as respetivas operações aprovadas permitem perspetivar a verificação da TdP. A resposta a esta SubQA pressupõe: • Revisão crítica da TdP fornecida e apresentação simplificada da TdP com as revisões e ajustamentos que se revelem pertinentes, incluindo a definição dos respetivos indicadores; • Analisar o perfil das candidaturas aprovadas, objetivos e indicadores contratualizados, confrontando-os com os da TdP; • Aferir os níveis de execução física (efetivamente realizados (metas alcançadas) e contratados (metas contratualizadas) face às metas dos indicadores do Programa (e da TdP). • Identificar desvios entre os resultados alcançados (realizados e/ ou contratualizados). • Perspetivar capacidade de execução das metas dos indicadores de realização e de resultados da TdP e do Programa, com base no grau de alcance das metas apurado nos passos anteriores e da perceção dos stakeholders. • Analisar o contributo do Programa para os resultados, triangulando as várias técnicas de recolha de informação e auscultação empreendidas, e concluindo para as diferentes TO em análise, se o perfil de realizações e resultados das operações aprovadas se encontra alinhado com a TdP e permite perspetivar o alcance dos indicadores de resultado previstos.
<p>4.3 Concluir sobre a adequação dos processos de contratualização de resultados com os beneficiários e sobre a medida em que estes contribuem para a eficácia dos apoios (cumprimento das metas do Programa), na ótica da orientação para resultados</p>			

<ul style="list-style-type: none"> • Tipologia de indicadores de resultado contratualizados • % de beneficiários que afirma que os indicadores contratados são adequados ou muito adequados, por tipologia • % de beneficiários que afirma que os indicadores contratados e processo de monitorização contribui ou contribuiu muito para o alcance dos resultados, por tipologia • Perceção dos stakeholders (AG/ OI/ outros) quanto à adequação dos indicadores contratualizados e da programação para induzir os resultados esperados 	<ul style="list-style-type: none"> • Recolha documental e de dados (regras de contratualização, lista indicadores contratualizados vs execução) • Recolha de dados SI (dados sobre aprovações e execução) • Entrevistas a AG, OI e AD&C • Inquéritos • FG #3 • Estudo de caso 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise estatística e de dados • Análise de conteúdo de documentação e entrevistas, FG • Análise integrada de informação qualitativa • Análise específica (com grelha de análise) da qualidade dos indicadores contratualizados 	<ul style="list-style-type: none"> • Nesta SubQA, novamente subordinada às 4 tipologias identificadas no CE - Parcerias para a inovação social, CTeSP, Criação, expansão ou modernização de micro e pequenas empresas (SI), Investimento empresarial produtivo (SI) - pretende-se compreender se os elementos contratualizados entre a AG e os beneficiários (designadamente as metas dos indicadores) e processos inerentes à monitorização dos mesmos se revela adequado e contribui para o alcance dos objetivos do PR. O racional subjacente à contratualização passa por um lado, por vincular os beneficiários aos objetivos do PR e, por outro, por reforçar a orientação deste para o alcance de resultados. Neste contexto, a resposta à presente SubQA envolve: • Mapeamento dos indicadores contratualizados com os beneficiários, nas TO alvo e análise do seu alinhamento face aos objetivos e metas estabelecidas na programação; • Identificação dos processos e regras subjacentes à monitorização dos resultados, mecanismos de monitorização e de execução dos contratos em caso de incumprimento; • Análise da adequação e contributo para os resultados do processo de contratualização, incluindo análise da adequação dos indicadores e do processo/ mecanismos de monitorização (via auscultação por inquérito, entrevistas e estudo de caso); • Avaliação da adequação dos indicadores contratualizado, mobilizando os elementos recolhidos nas fases anteriores e sistematizando-os sob a forma de matriz de avaliação • Concluir pela adequação do processo de contratualização de resultados com os beneficiários e sobre o seu contributo para a eficácia do Programa, triangulando os elementos anteriores com os inputs recolhidos em sessão de FG temáticas. • Avaliação da integração das recomendações realizadas no âmbito da Avaliação Ex Ante ao ALGARVE 2030, nomeadamente: "A monitorização do Programa deverá voltar-se para uma tónica sobre os resultados e não apenas para a execução do programa, nesse sentido sugere-se a estabilização de um leque de indicadores mais alargado (um tableau de bord "paralelo" à bateria de indicadores oficiais do Programa) para monitorizar os contributos do Programa para a região."
---	---	--	--

Anexo A11. Matriz de técnicas de recolha e tratamento da informação

Recolha documental	
Objetivos	O desenvolvimento da metodologia visa, através da identificação e análise de documentos, aprofundar o conhecimento sobre: i) lógica da programação (objetivos, pressupostos, riscos, metas, indicadores), instrumentos mobilizados e recursos alocados; ii) Plano de Avisos e avisos lançados, incluindo critérios de elegibilidade e seleção; iii) procedimentos administrativos inerentes ao ciclo de vida dos projetos, prazos e respetivos materiais e ferramentas de suporte (incluindo o SI); iv) modelo de governação e processo de delegação de competências; v) Plano de comunicação e respetivas ações, bem como ações de capacitação de potenciais beneficiários; vi) outros Programas do Portugal 2030, PRR e outros instrumentos de política pública setorial/regional.
Fontes e documentos a consultar	Identifica-se preliminarmente uma lista não exclusiva de fontes a consultar, nomeadamente: Acordo de Parceria Portugal 2030, texto Integral do ALGARVE 2030 e respetivas fichas de indicadores; Instrumentos de Planeamento relacionados com o PR (de que são exemplo Planos Estratégicos ou Planos de Investimento); Plano de Avaliação do ALGARVE 2030; Plano de Avisos de Abertura de Concursos e texto dos Avisos, incluindo as grelhas de análise das candidaturas; Quadro Regulamentar Europeu aplicável ao Portugal 2030, Legislação Nacional e Europeia aplicável ao ALGARVE 2030 e deliberações da AG; Contratos de delegação de competências; Descrição do Sistema de Gestão e Controlo, manuais de procedimentos e outros documentos de orientação técnica; Estrutura e orgânica da AG/OI, incluindo os quadros de pessoal técnico; referenciais metodológicos relevantes.
Formas de aplicação/dinamização	Este processo de <i>deskwork</i> consiste na identificação, seleção e análise de documentos que permitam atingir os objetivos enunciados, destacando-se os referidos em sede de CE. Complementarmente, serão compilados vários estudos, relatórios e outros documentos técnicos e metodológicos, que venham a ser considerados relevantes e que contribuam para o aprofundamento dos conhecimentos da equipa técnica sobre os temas em análise.
Descrição das Técnicas de tratamento e análise	A informação recolhida será alvo de uma leitura orientada pelas QA, sendo sujeitos a um processo de tratamento sistemático e reflexivo que inclui os seguintes passos: a contextualização da informação; codificação de segmentos de texto que representam temas, conceitos ou categorias relevantes para a análise; a interpretação e triangulação dos dados, procurando padrões, relações e estruturas subjacentes e fazendo conexões com a teoria, com o contexto mais amplo e com outras fontes de dados; e a síntese em matrizes/ tabelas que demonstrem as relações entre categorias e resultados, diagramas que apresentem as relações entre variáveis/processos ou ainda narrativas temáticas e/ou cronológicas.
Outputs	A informação tratada será integrada nas várias fases da avaliação e respetivos relatórios, servindo como <i>input</i> para a resposta às QA e para a preparação e operacionalização de outras técnicas de recolha e análise de informação, como os inquéritos, as entrevistas, os FG e os estudos de caso.
Recolha de dados	
Objetivos	O processo de recolha de dados tem uma natureza principalmente quantitativa, tendo como principais objetivos: i) caracterizar o objeto da avaliação, identificar e quantificar os recursos afetos ao Programa; ii) calcular os níveis de compromisso e de execução (financeira e física), confrontando-os com o ritmo desejável de execução do Programa; iii) calcular taxas de seletividade e caracterizar a avaliação de mérito dos projetos candidatos; iv) apurar tempos médios associados aos procedimentos de candidatura, seleção, contratação e acompanhamento dos projetos; v) obter inputs, apurar e calcular outros indicadores de suporte à avaliação; vi) recolher informação variada de suporte à delimitação das amostras para a inquirição por questionário.
Fontes a envolver	Para a concretização desta metodologia de recolha de informação, serão essencialmente mobilizadas e consultadas fontes de dados, com destaque para: Dados e estatísticas oficiais com origem nos sistemas estatísticos nacionais e regionais (INE, BdP, ...) que relevem para a resposta às QA; SI PT2030 e SI ALGARVE 2030, com destaque para avisos publicados, programação financeira por OE, candidaturas e aprovações por Prioridade/OE/ TI/TO, estatísticas descritivas da classificação de mérito global e por critério, indicadores de execução financeira das operações aprovada, indicadores de realização e resultado do Programa e contratualizados com beneficiários, pedidos de pagamento, prazos de análise de candidaturas.
Formas de aplicação/dinamização	Os dados serão sujeitos a uma análise preliminar para validar a sua pertinência e qualidade, sendo posteriormente filtrados, organizados e carregados em aplicações de tratamento e análise dedicadas. O universo de dados a obter a partir do SI ALGARVE 2030 deverão ser propostos pela equipa na reunião de arranque, tendo em vista o alinhamento entre as necessidades de informação e as variáveis, campos e níveis de detalhe disponíveis.
Descrição das técnicas de	Os dados serão alvo de uma leitura orientada para as QA, sistematizada com recurso a i) análise descritiva de dados; ii) construção de variáveis de caracterização, indicadores de desempenho e quadros de análise estatística; iii) análises de correlação (e.g. coeficientes de correlação entre pontuações de critérios e entre essas e a

tratamento e análise	classificação final, correlação entre classificação de mérito e capacidade de execução e cumprimento de metas contratualizada) e previsão (e.g. ritmos de execução necessários para cumprimento de metas).
Outputs	Os outputs desta técnica serão, sobretudo, indicadores segmentados pelas variáveis relevantes para cada QA, que darão origem a gráficos e quadros.
Entrevistas semiestruturadas	
Objetivos	O objetivo é a obtenção de informação qualitativa para suporte e fundamento do processo avaliativo, procurando-se mais especificamente aferir a perceção dos stakeholders sobre: i) lógica da programação (objetivos, metas, indicadores), instrumentos mobilizados e recursos alocados; ii) modelo de governação e meios ao dispor da AG/OI; iii) carga administrativa associada à submissão de candidaturas e eficácia do processo de seleção; iv) operacionalização dos instrumentos, ritmo de implementação do Programa e desvios face aos desejáveis níveis de execução; v) realismo das metas e expectativas quanto à sua concretização, fatores (internos ou externos, esperados ou não) que condicionam o ciclo de vida dos projetos e a execução do Programa
Atores a envolver	Serão realizadas entrevistas à AG, OI, AD&C e AMAL. Em função dos resultados dos FG, poderá ser necessário realizar entrevistas adicionais a outros agentes específicos das TO em análise, em particular das TO objeto de aprofundamento.
Formas de aplicação/ dinamização	As entrevistas poderão ser individuais ou coletivas, com uma duração estimada de 60 minutos, e suportadas por um guião de questões pré-definido indicativo e previamente validado. A identificação dos contactos para efeitos de entrevista será coordenada com a AG/OI. Um dos desafios está relacionado com a capacidade de participação dos interlocutores em tempo útil, pelo que os esforços de articulação do GA serão principalmente relevantes.
Descrição das técnicas de tratamento e análise	Os conteúdos recolhidos nas entrevistas serão sujeitos a um processo de tratamento sistemático e reflexivo que inclui: transcrição completa e precisa das entrevistas; leitura e análise preliminar das transcrições e identificação de temas ou padrões dentro dos dados qualitativos; identificação de segmentos de texto relevantes e a codificação desses segmentos com etiquetas que representam temas; revisão e refinamento dos códigos e temas em função dos critérios de avaliação e QA; interpretação dos dados e integração/trianguação dos conteúdos com outros dados/informação recolhidos.
Outputs	Das entrevistas é esperada a recolha de inputs de carácter qualitativo que, em triangulação com os restantes instrumentos, permitirão à equipa responder às QA. Serão também subprodutos os guiões de entrevista e as fichas de sistematização dos conteúdos (apresentada em anexo ao relatório).
Inquérito por questionário	
Objetivos	O recurso ao inquérito por questionário é particularmente relevante quando é necessário recolher informação primária de natureza qualitativa e quantitativa comparável para um número elevado de inquiridos. São objetivos principais desta técnica de recolha de informação: <ul style="list-style-type: none"> i) Avaliar a clareza e adequação da regulamentação específica, guias, regras e orientações, assim como dos materiais e plataformas interface com os candidatos e de divulgação dos apoios, formulários de candidatura/ outros utilizados no reporte da execução dos projetos; ii) Determinar a eficácia e eficiência dos procedimentos, assim como dos prazos associados a marcos essenciais do ciclo de vida dos projetos; iii) Identificar os principais constrangimentos no arranque e dificuldades na implementação dos projetos e no alcance (previsto) dos resultados contratualizados; iv) Aferir a relevância das diferentes ações de capacitação ao dispor e utilizadas pelos beneficiários, bem como do recurso a consultores externos e respetivo contributo para a preparação das candidaturas, e a capacidade de resposta da AG/OI, às necessidades de apoio; v) Conferir a perceção dos beneficiários sobre a eficácia do plano de comunicação, sobretudo na perspetiva do cumprimento dos requisitos de comunicação e divulgação dos apoios; vi) Perspetivar o cumprimento das metas dos indicadores contratualizados e adequação dos mesmos; vii) Aferir / verificar se ocorreram complementaridades/ sinergias e /ou efeitos concorrenciais entre instrumentos de apoio;
Atores a envolver	Prevê-se a mobilização de 2 inquéritos aos potenciais beneficiários - um dirigido às empresas e outro às entidades não empresariais, por se tratar de racionais de adesão ao Programa completamente diferenciados. Todos os candidatos, com candidaturas aprovadas, excluídas ou em análise serão inquiridos (inquérito censitário). Os inquéritos serão organizados em módulos diferenciados em função das TO e do estado da candidatura.

Formas de aplicação/dinamização	A operacionalização implica: produção do formulário e testes; publicação e divulgação do inquérito <i>online</i> ; acompanhamento e promoção da participação; recolha e sistematização dos dados; análise, integração e cruzamento de dados. Os contactos para inquirição devem ser disponibilizados pela entidade adjudicante ou esta deve proceder ao envio do <i>link</i> de resposta aos grupos de inquiridos. Os riscos relacionados com a dificuldade em obter taxas de resposta ajustadas, serão mitigados através da otimização da estrutura do inquérito, acompanhamento do nível de participação e apelo à participação.			
Descrição das técnicas de tratamento e análise	A análise dos dados passará por um controlo de qualidade inicial, que visa identificar eventuais incongruências entre respostas. Posteriormente, a informação será alvo de uma leitura orientada pelas QA e sistematizada com recursos a diversas técnicas, como o carregamento de informação em aplicações dedicadas, análise descritiva, construção das variáveis de caracterização e de indicadores de desempenho e a criação de quadros de análise estatística.			
Outputs	Serão subprodutos deste instrumento o formulário, a ficha de caracterização dos respondentes e um anexo com a totalidade da análise das respostas tratadas. Os <i>outputs</i> serão, sobretudo, indicadores segmentados pelas variáveis relevantes para cada QA, para além de gráficos, tabelas e mapas.			
Focus Group e Workshop				
Objetivos	As sessões a realizar terão como objetivo recolher opiniões e testemunhos relativamente a um conjunto de questões previamente definidas, visando promover o debate entre atores com perspetivas diferenciadas. A utilização deste instrumento será particularmente importante para recolher informação qualitativa sobre os temas indicados na tabela abaixo e para recolher informação de suporte às conclusões e recomendações. Prevê-se a realização de 6 sessões FG (5 temáticas, em função das tipologias identificadas no CE, e uma transversal). O quadro abaixo sinaliza as entidades a envolver em cada sessão, assim como os contributos mais diretos que cada FG terá para a resposta a cada uma das QA. A organização dos FG proposta permite “distribuir” os participantes em função dos temas em que estão mais envolvidos, particularmente importante no caso dos membros do CA e representantes de beneficiários - minimizando assim o risco de uma entidade participar numa (longa) sessão em que não terá contributos para uma grande parte dos temas em debate, gerando cansaço e menor disposição para participar. De facto, à exceção da AG/OI e AD&C, os intervenientes mobilizados no FG#2 e nos FG#3 são diferenciados, conferindo abordagens mais focalizadas nos diferentes FG em função do objeto e grupos-alvo das TO.			
Atores a envolver	Temas		Participantes	subQA
	FG1.1 (ITI)	Coerência externa: complementaridades e/ou sinergias e/ou sobreposições entre as intervenções do Programa e outras intervenções a atuar sobre o mesmo constrangimento ou território	AG/OI, AMAL e Municípios, Representantes dos beneficiários e representantes de entidades com responsabilidades setoriais/regionais nas linhas de intervenção do ITI (e.g. infraestruturas de educação, infraestruturas de cuidados de saúde primários, mobilidade a pedido/transporte flexível, ciclo urbano da água, gestão de resíduos, etc	1.1
	FG1.2 (ITI Água)		AG/OI, AMAL e Municípios, Representantes dos beneficiários e representantes de entidades com responsabilidades setoriais/regionais (e.g. CCDR, Administrações das Regiões Hidrográficas, Direção Regional de Agricultura e Pescas, Associações para o Desenvolvimento Local).	
	FG2	Mobilização da procura/procura qualificada e processo de seleção (todas as TO exceto as que são alvo de aprofundamento nos FG3)	AG/OI, AD&C, representantes de entidades do CA e das redes de articulação funcional em que o Programa participa	2.1, 3.1, 4.1
	FG3.1: SI	Mobilização da procura/ procura qualificada, processo de seleção, implementação dos projetos	AG, OI, AD&C, representantes de entidades do CA e de outras entidades com responsabilidades setoriais/regionais, específicos das TO (e.g. ANI, IAPMEI), beneficiários (e.g. empresas) e associações empresariais	2.1, 3.1, 4.1, 4.2, 4.3
FG3.2: CTeSP	(progresso e fatores condicionadores ou facilitadores) e adequação dos	AG, OI, AD&C, representantes de entidades do CA e de outras entidades com responsabilidades setoriais/regionais, específicos das TO (e.g. DGES, IEFPP), representantes de beneficiários (e.g. Instituições de Ensino Superior)		

	FG3.3: Parcerias para a inovação social	processos de contratualização de resultados com os beneficiários	AG, OI, AD&C, representantes de entidades do CA e de outras entidades com responsabilidades setoriais/regionais, específicos das TO (e.g. EMPIS, ISS), representantes de beneficiários (e.g. IPSS)	
	Prevê-se ainda a realização de um workshop final para a validação de conclusões e recomendações da avaliação com a AG/OI, AD&C e membros do CA e de uma sessão pública de apresentação dos resultados , na qual a equipa se dispõe a participar e a produzir conteúdos.			
Formas de aplicação/dinamização	A preparação inicia-se com a definição do grupo de participantes nas sessões (que deverão ter entre 60 e 90 minutos). A interação do grupo é promovida por um facilitador, podendo-se recorrer a plataformas digitais de recolha de feedback em tempo real (por exemplo, Mentimeter). Devem também participar na sessão cofacilitadores que observam a discussão e fazem recomendações ao(s) facilitador(es). Se necessário, pode ser desenvolvida uma dinâmica de discussão mais alargada (com um número maior de participantes), utilizando métodos específicos, com destaque para a técnica de Delphi.			
Descrição das técnicas de tratamento e análise	A informação recolhida será alvo de uma leitura orientada pelos critérios de avaliação e pelas QA, sendo sistematizada com recurso a diversas técnicas, como a codificação, análise e organização dos dados qualitativos e consequente identificação de tendências ou padrões, a elaboração de mapas mentais ou tabelas de relações entre dados/evidências, diagramas que relacionem as relações entre variáveis ou processos; narrativa (temática e/ou cronológica), resultados das questões colocadas em tempo real na plataforma digital.			
Outputs	Serão subprodutos desta metodologia de recolha de informações, os guiões e apresentações de suporte ao desenvolvimento das sessões, assim como as respetivas sinopses, que serão anexas ao Relatório Final. Espera-se que a recolha de contributos das sessões FG, permitam à equipa, através da triangulação com os restantes instrumentos de auscultação, reunir conteúdos que lhe permitam responder à generalidade das QA.			
Estudos de Caso				
Objetivos	Prevê-se a realização de um estudo de caso sobre um CTeSP apoiado, visando aprofundar o conhecimento sobre condições necessárias para atingir os resultados contratualizados e riscos associados à implementação do projeto.			
Atores	Representantes do beneficiário, professores e alunos			
Formas de aplicação/dinamização	A operacionalização do EC assenta na combinação de métodos qualitativos e quantitativos, envolvendo a análise documental e a realização de entrevistas. Estes métodos serão complementados pela realização do FG3 e inquérito por questionário, ambos explicitados nos métodos anteriores. Este processo visa capitalizar as oportunidades de interação previstas em sede de CE, procurando aumentar o nível de detalhe da informação obtida.			
Técnicas de tratamento e análise	Filtragem, sistematização, análise, triangulação e interpretação da informação recolhida, sistematizada com recurso à análise descritiva dos dados, construção de variáveis de caracterização, indicadores-síntese e construção de quadros de análise conclusiva e elaboração de matrizes ou tabelas que ilustrem as relações resultados, diagramas que apresentem as relações entre variáveis ou processos, ou uma narrativa (temática e/ou cronológica)			
Outputs	A informação documental recolhida e tratada será integrada nos relatórios de avaliação e servirá também como <i>input</i> para o trabalho a desenvolver no âmbito da resposta à QA4. Os resultados serão sistematizados numa ficha de EC, a integrar no Relatório Final.			

